DANIEL APARECIDO DE SOUZA

“A REPRESENTAÇÃO DO HOMEM POLÍTICO NO PRINCIPADO ROMANO: UMA LEITURA DAS CARTAS DE PLÍNIO, O JOVEM (96 – 113 d.C.)”

ASSIS
2010

DANIEL APARECIDO DE SOUZA

"A REPRESENTAÇÃO DO HOMEM POLÍTICO NO PRINCIPADO ROMANO: UMA LEITURA DAS CARTAS DE PLÍNIO, O JOVEM (96 – 113 d.C)"

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientadora: Drª. Andréa Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi.

ASSIS
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

S729r

Souza, Daniel Aparecido de
A representação do homem político no principado romano: uma leitura das cartas de Plínio, o Jovem (96 a 113 d.C) / Daniel Aparecido de Souza. Assis, 2010
165 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Andréa Lucia Dorini de Oliveira C. Rossi

1. Roma – História – Império. 2. Plínio, o Jovem – cartas. 3. Imperadores romanos. 4. Estoicismo. 5. Mos maiorum. 6. Historiografia. I. Título.

CDD 188
937.06

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Drª. Andréa Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi

_____

Drª. Renata Lopes Biazotto Venturini

_____

Drª. Margarida Maria de Carvalho

_____

Aos meus pais e minha noiva, com amor.

Pela diligência, incentivo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de Mestrado só pode ser realizada graças ao apoio e contribuição direta e indireta de uma quantidade enorme de pessoas. Agradeço a todas elas e faço menção especial:

- à Drª. Andréa Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi, pela orientação e pela contribuição indispensável dada a este trabalho de pesquisa, bem como pela infinita paciência, compreensão e apoio dado nos momentos mais difíceis.

- ao Professor Dr. Carlos Roberto de Oliveira, pela grande contribuição intelectual, modelo de dedicação aos estudos plinianos, incentivo ao desenvolvimento, como também pelo empréstimo de materiais para a realização desta.

- aos Dr. Ivan Esperança Rocha, Drª. Margarida Maria de Carvalho e Drª. Cláudia Penavel Binato pela participação e contribuição no Exame de Qualificação.

- à Drª. Renata Lopes Biazotto Venturini pelo incentivo à pesquisa, logo em seu princípio, enquanto era aluno de graduação por ventura de uma mesa de comunicação.

- ao NEAM - Assis, pelo acompanhamento desde o período de graduação, pelas discussões e pelo importante aporte em minha formação.

- aos professores, Língua e Literatura Latina da F.C.L. da Unesp – Câmpus de Assis – que me permitiram assistir suas aulas, e, desse modo, me ensinaram os primeiros passos nessa língua vital para o desenvolvimento dessa pesquisa.

- aos professores Dr. Eduardo Bastos de Albuquerque (*in memoriam*), professora Drª. Tânia de Lucca , professora Drª. Zélia Lopes da Silva e ao Dr. Áureo Busetto pelo aporte intelectual nos últimos semestres da graduação e durante a integralização dos créditos do Mestrado.

- à Secretaria Municipal da Educação da cidade de Campinas, que não possibilitou meu afastamento, nem a redução de minha jornada de trabalho para o desenvolvimento desse trabalho (mesmo com dispositivos previstos na legislação municipal), proporcionando mais um desafio a ser vencido.

- aos professores e amigos Marco Aurélio de Oliveira Filho e Cleiton Alessandro Pereira pelo companheirismo, altruísmo e incentivo.

- aos meus colegas e alunos das FIMI – Mogi-Guaçu, em especial ao meu amigo e Ms. Glauber Biazo, que além de me proporcionar a possibilidade de ingressar na docência do ensino superior, incentivou o desenvolvimento da prática de ensino concomitante às atividades de pesquisa.
- aos professores e funcionários da Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Assis, da Univesrsidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", pela importante papel em minha formação enquanto pesquisador e professor.
- à minha noiva Sylzimara, que nos momentos difíceis não me permitiu desistir e apoiou incondicionamelte essa pesquisa, pela dedicação, paciência e amor.
- aos meus familiares, em especial, minha mãe Rosana, meu pai Adauto, meu irmão Alberto e minha avó Benedita (*in memoriam*). Estes que empenharam seus recursos mais vitais em minha formação, pelo suporte, apoio e exemplo de superação.
- Aos meus amigos: Dr.Thiago Alves Valente, à professora e psicopedagoga Maria Aparecida Piva, bem como à professora e escritora Beatriz Meirelles, que me ensinaram a dar os primeiros passos na carreira docente e, pelo exemplo, onde me mostraram as virtudes necessárias a um educador.

RESUMO:

Essa dissertação concebe uma breve reconstituição da situação dos estudos plinianos no Brasil e no mundo, apresentando os principais pesquisadores da referida área. Aborda a problemática da representação de homem político de acordo com o discurso apresentado por Plínio, o Jovem em seus livros de I à IX. Por meio desse epistolário faz uma análise da contribuição da *fides* e da *virtus*, bem como da imagem que o autor constói de si e do *princeps* na constituição do modelo de homem político durante o período de 96 a 113 d.C. Para tanto, utiliza-se dos pressupostos advindo das contribuições metodológicas elaboradas pela Histórica Cultural, em especial pelo conceito de representação adotado por Roger Chartier.

Palavras-chave: Plínio, o Jovem, epistolografia latina, estoicismo, *Mos maiorum*, Trajano, Domiciano, Nerva, *virtus*, *fides*, homem político, Principado, historiografia pliniana, representação.

SOUZA, Daniel A. de. *A Representação do homem político no Principado Romano: uma leitura das Cartas de Plínio, o Jovem*. Assis, 2010. 165 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Assis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

ABSTRACT:

This dissertation conceives a brief reconstitution of studies about Pliny, the Younger in Brazil and in the World, showing the majors researchers of this area. Approach problematic of the civil man's representation according to the discourse presented by Pliny, the Younger in him books I to IX. Through this epistolary, we make a analysis of the contribution of the *fides* and the *virtus*, as well as the image created by the autor about himself and about the *princeps* in the constitution of the civic man's model while 96 to 113 a. D. For this, we used the assumptions coming of methodological contributions prepared by the Cultural History, in special the representation's concept adopted by Roger Chartier.

Keywords: Pliny, the Younger, latin epistolography, estoicism, *Mos maiorum*, Trajan, Domician, Nerva, *virtus*, *fides*, civil man, Principate, plinian historiography, representation.

SOUZA, Daniel A. de. The civil man's representation in Roman Principate: a reading of Pliny, the Younger's *Letters*. Assis, 2010. 165 p. Dissertation (Master in History) – College of Science and Arts, Assis' Unity, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho".

ABREVIATURA E OUTROS NOMES

AJP	*American Journal fo Philology*
ANPOLL	*Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em letras e Linguística*
ANPUH	*Associação Nacional dos Professores Universitários de História*
CA	*Classical Antiquity*
CB	*Classical Bulletin*
CJ	*Classical Journal*
CPA	*Centro do Pensamento Antigo*
CQ	*Revista Classical Quarterly*
EUA	*Estados Unidos da América*
FAPESP	*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*
FCL	*Faculdade de Ciências e Letras*
FIMI	*Faculdades Integradas Maria Imaculada*
IFCH	*Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*
INTERNET	*Rede Mundial de Computadores*
JSTOR	*Banco de Dados de Periódicos Digitalizados*
NEAM	*Núcleo de Estudos Antigos e Medievais* (da Universidade Estadual Paulista)
PPGLC/USP	*Programa de Pós Graduação em Letras Clássicas da USP*
SITES	*Sítios Eletônicos ou Virtuais/ Páginas Virtuais*
UEM	*Universidade Estadual de Maringá*
UFPR	*Universidade Federal do Paraná*
UFRJ	*Universidade Federal do Rio de Janeiro*
UNESP	*Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"*
UNICAMP	*Universidade de Campinas*
USP	*Universidade de São Paulo*

ÍNDICE

DEDICATÓRIA..... **3**
AGRADECIMENTOS..... **4**
RESUMO/ PALAVRAS-CHAVE..... **6**
ABSTRACT/ KEYWORDS..... **7**
ABREVIATURAS..... **8**

INTRODUÇÃO..... **11**

CAPÍTULO I: A Política Romana no Principado e as *Cartas* de Plínio..... **15**
1. Organização do Principado e Relações Sociais no Tempo de Plínio..... **16**
2. A Política Romana: províncias e homens novos..... **16**
3. Religião, Filosofia e Política: o estoicismo e a aristocracia romana..... **22**
4. O Ideal Político e a Aristocracia Romana..... **29**
5. Dos Assuntos Plinianos..... **34**
5.1. Caius Plinius Caecilius Secundus: *cursus honorum*..... **34**
5.2. As Cartas Plinianas: características gerais **36**
5.3. Historiografia Pliniana..... **37**
5.3.1. Historiografia Pliniana Internacional **38**
5.3.2. Historiografia Pliniana Nacional **46**

CAPÍTULO II: Dos Pressupostos para a Representação de Homem Político **55**
1. Dos Pressupostos da Pesquisa..... **56**
1.1. a Epistolografia enquanto Objeto de Estudo do Historiador.. **57**
1.2. Do Trato Metodológico com Epístolas..... **58**
1.3. Dos Critérios de Seleção das Cartas..... **63**
1.4. Do Recorte Cronológico..... **66**
1.5. Das Bases Teórico-Metodológicas..... **71**
2. Das Configurações do Homem Político..... **73**
2.1. Das Qualidades do Homem Político: *virtus* e *fides*..... **75**
2.2. Da Representação Excelente de Homem Político: o *princeps* **80**

CAPÍTULO III: A Representação de Homem Político no Cotidiano de Plínio **100**

1- Das Qualidades dos Homens Políticos no Tempo de Plínio..... **101**

2. A *Virtus* Pliniana: um espelho para a representação de homem político **115**

3. Os Motivos da Representação de Homem Político por Plínio..... **126**

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **131**

REFERÊNCIAS **136**

1. Fontes..... **137**

2. Obras de Referência..... **137**

3. Bibliografia Geral..... **138**

4. Bibliografia Pliniana..... **144**

5. Sites..... **154**

ANEXO..... **155**

INTRODUÇÃO

A temática da representação do homem político e do *Mos Maiorum* no Principado por meio das Cartas Plinianas é a consequência de alguns anos de dedicação sobre o gênero literário intitulado epistolografia.

No ano inicial de graduação, em virtude de um interesse genuíno pelas configurações do Império Romano, iniciamos[1] um estudo introdutório das epístolas paulinas. Nesse momento, tornou-se inevitável trafegar pelas principais correntes filosóficas que circulavam por Roma durante o primeiro século. Em *O Estoicismo* de Jean Brun (1986) percebemos a profundidade, as raízes e possíveis interesses paulinos com admoestações acaloradas destinadas a Corinto e Éfeso.

Contudo, nas trilhas das representações paulinas de "cristão genuíno", verificamos a construção de um panorama sociocultural romano que era conectado no estoicismo. Paulatinamente, aprimoramos as técnicas e métodos do estudo epistolar. Fundamentados nesses recursos nos deparamo-nos com Sêneca e Plínio, o Jovem[2].

No segundo semestre do ano final de graduação, desenvolvemos, com muita labuta, um projeto de iniciação científica, projeto fomentado pela FAPESP, com o título *Práticas Políticas e o Mos Maiorum no Principado Romano: uma leitura de Plínio, o Jovem*. Este fora mister para familiarizar-nos com uma nova bibliografia, novas fontes e novos questionamentos.

Nesse período observamos a importância de perceber os processos de representação do homem político[3] no Principado, bem como entender os anseios e os

---

[1] Diferentemente do formalismo acadêmico, utilizaremos a primeira pessoa do plural em seu sentido majestático ("nós majestático") no intuito de aproximarmos de você: leitor. Além disso, não pretendemos divagar sobre questões de objetividade e subjetividade quanto à pesquisa. Mas gostaríamos de reforçar que ideia de atividade de pesquisa coordenada, uma compilação de informações e reflexões tomadas de referencias conhecido... sem compromisso com a inovação ou a criatividade individual.
Aproveitamos essa primeira pausa para informar que resolvemos deixar todas as notas, textos originais e comentários junto com o texto. Acreditamos que o leitor, no decorrer da leitura, julgará se é ou não necessário considerar a nota. Em caso afirmativo esta estará facilmente à mão. No caso dos documentos originais, estes estarão no rodapé afim de facilitar o contraste junto a tradução.

[2] Para não tornar o texto enfadonho utilizaremos apenas o primeiro nome do autor das cartas: Plínio. Por sua vez, quando surgir a necessidade de distingui-lo de seu tio (Plínio, o Velho), assinalaremos segundo a necessidade e a conveniência estética do parágrafo.

[3] Aproveitamos para esclarecer que existe uma confusão quanto aos termos utilizados nas traduções em língua portuguesa, bem como na historiografia de forma geral. Costumeiramente, notamos o termo homem político trocado por homem público, cidadão ou homem cívico. Neste trabalho, para não tornar pedante a leitura (por causa das repetições) faremos o uso dos termos com o mesmo sentido e, quando houver ressalvas, essas, sempre, aparecerão nos respectivos parágrafos. Na discussão sobre esse homem justificaremos essa postura.

elementos utilizados na construção dessa representação no período de 96 a 113 d.C[4]. Salientemos que a escolha do período não está apenas relacionada com a obra pliniana. Antes, o recorte leva em consideração a relação das Cartas, isto é, com o possível ano de morte do autor (113 d.C.), em consonância com a ascensão dos Antoninos (96 d.C.). Isto, pois, acreditamos que as representações adotadas por Plínio tem como pressupostos os modelos de Nerva e Trajano, que por vezes, são contrapostos a Nero e – especialmente – Domiciano.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é identificar a representação ou as representações de homem político a partir dos escritos plinianos. Para tanto, analisaremos alguns aspectos intrínsecos da representação desse homem, valendo-nos do epistolário pliniano, e verificaremos as especificidades das representações políticas e sociais na *urbs* romana como construção de um ideal imperial sob a perspectiva de Plínio. Assim, tentaremos observar as relações entre o discurso pliniano e as visões de mundo da aristocracia romana, bem como suas articulações com o ideal do *mos maiorum*[5].

Tendo em vista que, por cuidado didático, o tema a ser tratado está multifacetado em outros tópicos, perfazendo paulatinamente a apresentação das questões. Conformemente, com a finalidade de lançar base à compreensão da amplitude apresentada pela problemática desse texto, dividimo-lo em três capítulos.

No Capítulo I apresentaremos Plínio e suas *Cartas*. Além disso, faremos uma breve reconstituição da situação da bibliografia sobre a obra pliniana. Ainda nessa parte verificaremos a contextualização do período, verificando as condições sociais e política no Principado.

Por conseguinte, no Capítulo II, onde – após elucidar e introduzir a temática passamos a analisar de fato a documentação - apresentaremos informações gerais sobre a caracterização do homem político em Roma. Lançaremos os pressupostos em que está calcada esta pesquisa. Mostraremos os critérios de seleção e recortes, a escolha de temas

[4] O período leva em conta os governos de Nerva e Trajano, tendo como ponto final a data da morte pliniana. Sobre esta, reiteramos os dilemas que envolvem tal datação. Cada um dos comentadores adota uma data e, por sua vez, essas variam de 110 (pouco provável) a 114. Preferimos nos valer das considerações feitas por Guillermin (1938), que adota o ano 113 em seu livro *Les lettres de Pline le Jeune*. Essa obra, que por ser referência, tornou-se padrão adotado por outros estudiosos.

[5] Literalmente, *mos maoirum* pode ser vertido como costumes tradicionais, dos mais velhos ou dos antepassados. Todavia, no contexto do Principado tal conceito ganhava outras facetas relacionadas à vida pública e tornava-se como que uma lapidação "espiritual" dos valores estóicos como – por exemplo – *pater familiae*, a *virtus*, a *fides* e a *amicitia*. Para entender melhor a inserção desse conceito enriquecido dos valores estóicos no cotidiano romano, veja-se a obra *O Estoicismo*, de Jean Brun.

e a opção de abordagem. Logo após, iniciaremos o processo de compreensão da representação desse homem político à luz do estoicismo, verificando como o processo de representação desse homem, dado por Plínio, remetia-se ao *princeps*.

O último capítulo complementará os demais, na medida em que continuará o processo de análise representação de homem político para Plínio. Nesse verificaremos como os as características advindas do imperador podem ser utilizados nas representações de homem político para os amigos plinianos[6] e, finalmente, tentaremos elaborar algumas prospecções sobre a atuação pliniana no processo de formulação dessas representações.

[6] Nesse contexto, citamos como amigos plinianos não são apenas seus correspondentes ou clientes (fidelizados pela *amicitia* instituída pelo patronato), mas o grupo social que direta ou indiretamente se relaciona com o autor por meio de um grande elemento comum: as características sociais (origem, participação política, etc). Nesse sentido, amigos plinianos, aqui, em sua maioria, tratam-se de importantes membros da aristocracia provinciana, senadores, escritores, etc.

CAPÍTULO I –

A Política Romana no Principado e as *Cartas* de Plínio

1. Organização do Principado e Relações Sociais no Tempo de Plínio

De acordo com que dissemos a pouco, neste capítulo contextualizaremos o período pliniano e mostraremos, detalhadamente, as características da epistolografia e historiografia pliniana[1].

Nesse ínterim, apresentaremos uma rápida reconstituição sobre o processo de expansão territorial[2] e suas consequências imediatas à Civilização Romana. Nesse aspecto, trataremos da formação dos homens novos e o seu papel na vida política a partir da ótica da valorização das províncias.

Em seguida apresentaremos, por meio de uma multifacetação didática[3], como religião, filosofia e política se unem por meio dos ideais estóicos imbricados no *mos maiorum*.

Compreendendo as correntes de pensamento vigente na época, conjuntamente coma as formas de ver o mundo guiada pelo viés religioso, tentaremos reconstituir a relação entre o ideal político para o período e aristocracia romana.

Nesse sentido tentaremos mostrar a relação dessas províncias com o aumento da visibilidade social dado aos homens novos. Ainda, poderemos considerar as relações estabelecidas entre o pensamento estóico e a vida política no Principado.

Depois disso apresentado, trabalharemos os assuntos plinianos, isto é, todos os assuntos que circundam Plínio. Para tanto retomaremos aspectos fundamentais da vida, carreira e obra do autor. Mostraremos ainda como as Cartas podem ajudar na compreensão do contexto e, por fim, faremos uma breve explanação sobre as condições atuais da historiografia pliniana.

2- A Política Romana: províncias e homens novos

Dada a importância das províncias para a compreensão do Principado, Rostovtzeff (1973)[4], em sua obra *História de Roma*, dedicou três itens (capítulos) para o tema. O capítulo sete, que o autor dá o nome de *As Províncias Romanas* apresenta o processo de organização do Estado romano, relacionando com a importância das

[1] Historiografia produzida sobre Plínio.
[2] Segue em anexo um mapa que apresenta as diferentes fases do processo de expansão territorial.
[3] Informamos desde já que conforme nos afirma Veyne (1989), não é possível separar homem de sua atuação pública e privada, como também são indissociáveis na sociedade política, religião, economia, etc. Dessa forma, todas as separações neste trabalho tem mero papel didático de destacar determinado aspecto. Afinal, seria arbitrário tratar de um dois aspectos da vida romana sem entendê-la globalmente.
[4] Adiantamos que apesar do posicionamento historiográfico deste autor (marxismo), a riqueza de detalhes, bem como a análise de diversas fontes na confecção de seu texto faz com que essa postura fique num plano secundário.

províncias. O autor mostra como o processo de expansão territorial fora o fator que gerou a necessidade do estabelecimento de relações entre a *Urb* e as províncias.

No capítulo seguinte, embora não volte-se a essa problemática, a obra referida no parágrafo anterior mostra as mudanças ocorridas em Roma e na Itália por ventura das guerras púnicas e das guerras orientais, há citações do processo de formação de um contingente de súditos longe de Roma. Estes, inicialmente, ligavam-se pelas relações de trocas de gêneros alimentícios e proporcionavam postos militares.

Roma, Itália e as Províncias no Século I a.C., capítulo treze de Rostovtzeff, detalha o processo de valorização das províncias. No entanto, segundo ele, no princípio, Roma estava cautelosa para com a efetiva romanização[5] das províncias. Ele afirma que

> *"Enquanto isso, crescia a necessidade de uma reforma constitucional à medida que o Estado crescia. A cautelosa política externa do Senado, que evitava a anexação de novas províncias, foi substituída no século II a. C. pela política francamente imperialista, posta em prática tanto pelo Senado como por seus inimigos, inclusive a classe de homens de negócios conhecida como 'cavaleiros'"* (Idem, p. 149).

Conforme notamos, com os benefícios advindos das conquistas, a anexação territorial passou a ser uma política de estado apoiada pelas principais camadas sociais. Entretanto, pelo que aponta o autor na obra, antes do advento do Principado as províncias não gozavam de privilégios ou destaque político no sistema político-administrativo romano; nem mesmo seus habitantes poderiam desfrutar de benefícios políticos em Roma por causa de seus volumosos negócios.

O capítulo dezoito, que é intitulado *As Províncias nos Séculos I e II da Era Cristã*, denota as mudanças ocorridas no processo de formação de um território que ora era secundário e, por sua vez, passava a ganhar destaque e influência. Esse capítulo vale-se de uma fase cronológica muito próxima daquela que nos valemos no presente trabalho e, por isso, merece um destaque especial.

Um sistema político-administrativo organizado é o resultado do processo de ligação das províncias. Algo tão gigantesco (quantitativamente ou espacialmente, bem

---

[5] Desde já esclarecemos que o emprego do termo romanização é arbitrário e não condiz com a realidade dinâmica entre a *Urb* e as províncias. Nesse ínterim, o contato entre as partes não se davam pela explicação marxista (simplista) de periferia e centro, antes as relações políticas refinadas, a importância econômica de algumas províncias, como os elementos de resistência local contradizem esse elemento que passa a idéia de coerção. Assim, nosso emprego de romanização estará ligado aos atos propagandísticos do Principado, as tentativas (não a efetivação de fato) de estabelecer valores da *Urb*, longe desta. Para verificar essa discussão veja: HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture*. Unity, diversity and empire. Londres/ Nova Yorque, 2005.

como qualitativamente), que Rostovtzeff maravilha-se das técnicas de gestão do Império por afirmar que

> "*Augusto e seus sucessores realizaram aquilo que parecera ao mundo antigo, antes de sua época, um objetivo inatingível: a paz permanente, sem choques constantes de guerra externa ou revolução interna, e uma vida regulada pelas condições ordenadas de um Estado civilizado*" (Idem, Ibidem, p. 216).

Aquele processo de medo às províncias e aos provincianos que havia no princípio foi mudando. "O estado recebia com agrado esse desejo e assegurava às cidades recém-formadas os direitos e privilégios que Roma concedera sempre a seus aliados italianos, que mais tarde se tornaram cidadãos" (Idem, Ibidem, p. 218). Esse processo possibilita que as "províncias romanas na Europa ocidental [transformem-se] numa rede de territórios urbanos e sua paulatina romanização" (Idem, Ibidem, p. 219). Romanização que levaria a uma completa integração do Império. Todavia, essa romanização não se efetiva de fato. Observam-se distinções quanto à diferenciação social.

Para não agravar as tensões, bem como acabar com as revoltas províncias que tiveram início no final da República, segundo Alföldy (1975)[6] os senadores voltaram a atenção para

> "*As camadas superiores locais, que geralmente se mantinham leais a Roma, [para] poderem ser integradas no sistema de governo romano através da concessão do direito e da cidadania e de outros privilégios, servindo assim como sustentáculo da organização política e social do Estado Romano*" (p. 88).

Destacamos que as diferenças entre as elites provincianas e as elites italianas diminuem com o passar do tempo. Os provincianos pouco a pouco eram agregados na sociedade. Como lembra Veyne (1989), na medida em que alguns cargos (geralmente de menor importância) vagassem em Roma, membros de destaque das províncias poderiam ser nomeados.

Assim, por exemplo, um provinciano tornava-se equestre. Dessa forma, daria um importante passo para avançar na carreira pública (*cursus honorum*)[7]. Ressalta-se que esse era um cargo baixo na hierarquia, destinado, geralmente, ao exército (tribuno

[6] Lembramos que este, apesar de seus caracteres marxistas, engendra seu texto por meio de um diálogo com a História Social. Além disso, torna-se indubitável a visibilidade que ele dá à questões de cunho religioso, como por exemplo a importância do *mos maiorum.*

[7] Para elucidar as etapas do *cursus honorum*, apresentaremos uma síntese dos principais cargos (etapas) em anexo.

angusticlavio, tribuno laticlávio, etc), e a ocupar postos na administração imperial. Para os *novi homnines* tratava-se de uma oportunidade ímpar, para a aristocracia romana era mais uma etapa de preparação do jovem para aprimorar suas virtudes e subir no *cursus honorum*.

Explicando esse processo de entrada na vida pública, Nicolet afirma

> "*A maioria da classe política continua a estar sujeita a tais modelos, na medida em que o serviço militar, na qualidade de oficial, continua a ser obrigatório para quem queria seguir o cursus honorum*[8]" (1992, p. 310).

Esses homens novos, conforme apontado nos últimos parágrafos, davam provas de que a sociedade romana sofrera consideráveis transformações na transição República-Império (ALFÖLDY, 1975, p. 101)

Com a prosperidade econômica do início do Império teremos o aumento da visibilidade das aristocracias provincianas. O enriquecimento gerado pelo trato comercial e agrário propiciará a ascensão dos homens novos. Esses terão de demonstrar ou recuperar elementos tradicionais afim de serem aceitos na *Urb*.

Nesse sentido, Alföldy afirma:

> "*podemos considerar que existe uma relação entre o caráter essencialmente conservador da ordem social romana e a estrutura econômica: a natureza relativamente estável da agricultura limitava as possibilidades de alteração radical na distribuição de riqueza, uma vez que a sua permeabilidade era limitada e as ideias que condicionavam a maneira de pensar e de agir dos círculos dominantes se encontravam estreitamente ligados à tradição*" (Idem, Ibidem, p. 115).

É indubitável que o aspecto econômico estava, ainda mais por se tratar da Antiguidade, ligado à estruturação social. Mas é a fala final de Alföldy que desenvolveremos no próximo item, pois, realmente, o elemento filosófico-religioso, mediado pelo conceito de *mos maiorum*, atua para a coesão das esferas política, social e econômica.

O advento do Principado, para fortalecer a figura imperador, o tratamento com a província, bem como para com a aristocracia provinciana ganha mais visibilidade e respeito. Assim, nos séculos I e II d.C, as províncias latinas e helênicas (ocidentais e orientais) do Império Romano são tratadas com absoluta igualdade devido às relações comerciais que mantinham com Roma (GRIMAL, 1984 p.56).

Os provincianos que passavam a viver em Roma e adquiriam a cidadania romana se tornavam, efetivamente, *novi homines*. Em outras palavras, os provincianos,

[8] Sempre que a citação estiver sublinhada indicará um grifo dado pelo autor citado (negrito, itálico, etc). Qualquer outra forma de intervenção será dada por nós.

mesmo gozando de privilégios em sua terra natal (pertencendo à aristocracia local), não são dos *aristói*, são intrusos, novos; não são incluídos no seio da aristocracia romana. Dessa forma, os *dediticii* ou súditos das províncias não são considerados cidadãos nem aliados, mas estrangeiros (ROSTOVTZEFF, 1973, p. 80-81).

Para minimizar as tensões, segundo seu volume X, *The Cambridge Ancient History* nos informa:

> "*Em virtude dos poderes de censoriais possuídos por Augusto, esse passou a re-organizar os equestres, sem introduzir grandes mudanças. Similarmente às suas ações com o Senado, ele simplesmente tentou garantir que os membros dessa camada, que ele pretendia subordinar, pudessem desfrutar de honra [na carreira pública]*" (1971, p. 186).

Mais do que aceitar enquanto cidadãos ou novos homens, Augusto passa a nomear a aristocracia local (provinciana) para os cargos da carreira pública. Mas, lembremos que "os *novi homines* não pertenciam, pois àquelas camadas tradicionais da aristocracia romana cujo enfraquecimento é crescente desde o final da República" (ROSSI, 1996, p. 89).

Com a morte de Augusto o risco da descontinuidade da suposta era áurea retorna. Assim, segundo apontam os escritores do período e, também é reproduzido por Alföldy (1975, p. 123,124), os tumultos sociais retornariam. Especialmente nos governos de Calígula, Cláudio, Nero e Domiciano (que são extremamente criticados nos documentos latinos) acentuariam as disputas sociais. Entre a ordem senatorial e a ordem equestre, entre a aristocracia romana e aristocracia provinciana, entre os homens livres e os descendentes de libertos.

Tibério e Vespasiano não são criticados ferozmente por suas medidas políticas e administrativas. Contudo, seus feitos, neste âmbito, não chamaram a atenção dos cronistas da época. Apenas depois de muito tempo sem uma imagem forte, que se consegue liderar o povo. Nerva e, especialmente, Trajano, que são tidos em seus respectivos períodos como o retorno às tradições republicanas preservadas por Augusto, valem-se dos mesmos princípios utilizados no início do Principado. Porém com um agravante: a extensão territorial.

A ampliação dos territórios levava à novas províncias, que ,por conseguinte, novos equestres buscando espaço e visibilidade social. Trajano fora apresentado como portador da *romanitas*. *The Cambridge Ancient History*, em seu volume dedicado aos anos 70 a 192 de nossa era (vol. XI) relata:

> *"As comunicações da Itália, tanto externa como interna, foram uma das principais preocupações de Trajano em sua tentativa para reforçar sua*

> *estrutura econômica e, também aqui, uma distinção similar entre as partes anteriores e posteriores do seu reinado, reforçando sua imagem*" (1969, p. 207).

Sendo assim, Trajano, por ter origem provinciana, precisará de elementos de legitimação do seu poder. Nesse processo de afirmação, consequentemente abrirá precedentes para outros provincianos. Plínio, por sua vez reforçará a importância do *princeps* e legitima sua posição. Com uma relação estreita com o imperador consegue galgar importantes cargos políticos, chegando a governador de província. Entretanto, a postura de Trajano não cessa a discussão. Pelo contrário, reforça na medida em que amplia a atuação e visibilidade dos homens novos.

Vale adiantar algumas reflexões, pois, quando retomamos a origem e os signos apropriados de Augusto e Nerva por Trajano, notamos que ele assume é a força do *imperator* (de cunho militar, com forte ligação aos equestes, que remete à ideia de conquistador). Este imperador retoma os valores da República (os ideais, formas da administração, bem como os valores do romano sobre a coisa pública). Por ser provinciano, alinha-se às aristocracias locais, sem perder o laço com a tradição e à ancestralidade (que fora herdada de Nerva).

Sintetizando os pontos explanados, notamos que o alargamento das possessões romanas fazia com que as províncias deixassem de ser um posto avançado do exército (como era no início do processo de expansão) para participar da vida romana. A influência econômica, segundo Alföldy (1975) possibilitou o avanço de negociantes e membros da aristocracia local (provinciana). Por sua vez, o aparato administrativo de Roma, conforme aponta Rostovtzeff, aproximava a *Urb* das províncias. Para evitar as revoltas provinciais (como as ocorridas no final da República) e críticas ao poder imperial, Augusto cede espaço aos *novi homines*. Seus sucessores, igualmente, buscam elementos que evitem radicalizações ou disputas acirradas no âmbito social, bem como garantam a paz para seus respectivos governos.

Em outras palavras

> "*Desde o final da República, as instituições tradicionais, como o Senado, se desgastaram e o poder pessoal, na figura do Imperador, cresce com a ajuda dos novi homines. A ascensão dos novi homines e dos liberti amplia a máquina estatal, o que faz com que o Imperador se indisponha com grupos políticos tradicionais prejudicados pelo vazio do poder em que são colocados. A oposição ao poder, formada por esses grupos políticos e inspirada pelo estoicismo, procura um novo equilíbrio através da recuperação do culto do mos maiorum*" (ROSSI et CINTRA,2009, p. 115).

Portanto, para evitar as tensões em seu governo, Trajano adotara o retorno às tradições. A principal delas será a rememoração filosófica-religiosa do *mos maiorum*, fator que consideraremos no próximo item.

Depois disso dito, e, também antes cerrar essa parte, salientamos que há no período de Trajano uma temeridade nos discursos quanto ao que toca a estrutura dos grupos sociais. Além das disputas existentes entre o grupo senatorial e equestre, verificamos em algumas Cartas traduzidas, a resistência equestre[9] quanto à ascensão dos libertos[10] e seus sucessores. No entanto, em virtude objeto de pesquisa não discutiremos essa questão.

3- Religião, Filosofia e Política: o estoicismo e a aristocracia romana

Ao retomarmos as informações dadas a pouco, percebemos que o imperador precisava de algum elemento que pudesse garantir a paz em seu governo (minimizando as disputas sociais e garantindo seu prestígio). Esse elemento será retirado da religião e da filosofia. O *mos maiorum* e o estoicismo[11] atuarão conjuntamente no processo de legitimação das configurações sociais romanas. Comecemos, então, pela religião.

Conforme dissemos anteriormente, embora não haja cisão entre o social, político, cultural, religioso e político, podemos inferir que uma forma mais didática de partir no percurso para a compreensão do homem político é saindo do ponto de visa religioso. A religiosidade era vivenciada a todo o momento pelo romano. Desde a gênese do mundo, às ações humanas, os fenômenos naturais que observavam, o porvir, em suma, todas as coisas estavam sob os desígnios dos deuses. O tempo era sacralizado pelos ritos, festividades e perpetuação dos mitos. Os cultos públicos e privados serviam para aprofundar esse *modus vivendi*.

Todos estavam imbuídos nesse mundo. Rosa nos lembra que todas as relações eram marcadas pelos desígnios dos deuses. Para ela até “um escritor como Tito Lívio,

---

[9] Embora possa parecer um tratamento dos equestres enquanto grupo coeso ou classe social (no conceito marxita), lembramos que tratava-se de uma ordem (*Ordo*) e, por sua vez, por estarem muma carreira mostravam disposições contrárias aqueles que não obedeciam os postulados sociais estabelecidos historicamente.

[10] Conforme apresentado nos *Anais* (XIII: 27) de Tácito, que fora comentado por Joly (2005), os libertos faziam parte da pauta política do senado e da sociedade romana. Plínio também analisa a postura dos libertos, interpretando e emitindo seus valores para com suas respectivas atitudes. A retórica pliniana quanto a questão do liberto figura-se como importante objeto de estudo para futuros pesquisadores de Plínio.

[11] Nossas notas parecerão redundantes, porém vários dos elementos que separamos (por motivo didático) nesse trabalho não eram vistos de forma isolados pelos romanos. É o caso do estoicismo e do *mos maiorum*, que são indissociáveis no período pliniano.

que se voltava ao passado romano a partir do século de Augusto, acreditava que o sucesso dos romanos na conquista do mundo deveu-se a um escrupuloso cuidado nas relações com os deuses" (2006, p.137).

Deus e homem interagiam a todo o momento por meio de rituais. Esses

> "*marcavam todos os eventos públicos e celebrações; alguns deles podem ser classificados como ocasiões religiosas propriamente ditas – festivais anuais, a realização e o cumprimento de juramentos, os aniversários das fundações de templos, etc. Outros, como seculares – as eleições, as assembleias, o censo dos cidadãos romanos; outros, ainda, podem variar segundo critérios adotados: os jogos, as performaces dramáticas, que tinham elementos rituais em seu programa, mesmo que tivessem também o entretenimento entre os seus propósitos* (Idem, Ibidem, p.141).

A religião estava presente ao levantar, ao comer, ao participar do Estado, ao cuidar da família, seja dentro ou fora de casa. O romano tinha a religião como elemento tão importante, que guerras poderiam ser perdidas se um líder não caminhasse segundo o percurso dos deuses[12]. Nicolet nos informa que todas as práticas políticas dependiam dos deuses, da tradição e dos costumes (1992, p. 35). Assim, as pessoas passavam por uma imensa gama de rituais com a finalidade de pedir aprovação divina para as ações humanas.

Sobre este aspecto dizemos que,

> "*De fato, a religião era uma das expressões, e das mais visíveis, da ideologia da elite romana, de suas técnicas de manutenção e/ou limitação de poder de indivíduos e de grupos políticos. Ao mesmo tempo, eram os rituais que garantiam as relações entre os dois grupos, homens e deuses. Garantir os ritos representava a certeza de manutenção da sociedade como a queriam: ordenada e segura. Ao respeitar as regras de comportamento, como o respeito aos deuses, sobretudo em seus espaços, ao curvar-se sob a autoridade dos rituais, o cidadão garantia a ordem social, e a pax deorum e as práticas que acarretavam a transgressão à ordem vigente podiam levar a sociedade ao caos e à desagregação. A concórdia entre os homens e os deuses é a garantia da ordem romana*" (ROSA, 2006, p.145).

Dentre os diversos rituais descritos a pouco, um dos mais comuns e sóbrios tratava-se dos cultos. Amanda Giacon Parra (2009) esclarece que

> "*Havia dois tipos de cultos ligados à religiosidade oficial: os cultos privados e os cultos públicos. Os cultos privados ou domésticos eram feitos pelo pater familia. Neles, cada família escolhia os deuses de deveriam cultuar. Esse tipo de culto estava ligado à ancestralidade*" (p. 80).

[12] *The Cambridge Ancient History* nos lembra que a religião era tão séria para o cidadão, que no direito romano havia a seguinte categoria: *laesa religio* ou *sacrilegium* (1971, Vol. X, p. 470). Para obter mais detalhe veja as páginas 369, 370 e 390 da referência citada.

Assim, o culto aos antepassados figurará como processo comum no cotidiano do romano. Nos locais públicos havia estátuas, bustos e lápides erguidas aos grandes homens do passado. Aqueles que fizeram a pátria, que derrotaram inimigos, que foram piedosos para com os deuses. Todos os mais velhos, que são dignos de nota pela sua sapiência e seu exemplo.

A religião romana, seja por sua função antropológica de buscar e retomar origens (gêneses, que está presente em praticamente todas as religiões que observamos até hoje) ou pela sua perpetuação de crenças ou mitos, era baseada, dentre outras coisas, no princípio da rememoração. Essa rememoração buscará algo que se foi perdido, que deve ser recuperado. Os valores, costumes, o vigor, a coragem ... a virtude.

Nesse sentido, o velho será uma busca do romano, segundo (Oliveira, s/d)

> "*O enquadramento dos veteres observa a tradição literária greco-romana, onde há três tipos de heróis: os heróis consagrados na poesia épica, os heróis destacados pelos seus feitos políticos e os heróis que se mantêm associados aos cultos domésticos e familiares. Os primeiros, os heróis consagrados na poesia épica, no caso dos romanos, fazem parte de uma tradição que se perde no tempo, mas permanecem na memória e nos relatos das obras-primas produzidas em língua latina, consumidas intensamente tanto na formação do cidadão quanto como adorno literário. Os segundos, heróis políticos, estão mais próximos da realidade concretamente vivida pelo cidadão, pois sua ação está ligada mais estreitamente aos assuntos da pátria. Os terceiros, os heróis mantidos pelos cultos domésticos e familiares, constituem a representação da categoria embrião dos cultos de heróis disseminados pelas gentes e pelas familiae*" (s/d, p. 1 – *Ad privatum*)[13].

O velho, num dos planos, será como o herói do domínio doméstico, o líder da família, o *pater familias*. Este guardará, não apenas o saber, mas, sobretudo, as virtudes tão esmeradas por qualquer cidadão. Nesse sentido, os exemplos dados pelo pai, avô e demais homens (velhos) da família deveriam se seguidos de perto.

Sobre a função do exemplo Corassin (2006) afirma que

> "*A figura de parentes masculinos de idade madura também é importante, seja o pai ou, na falta dele, de um tio ou outra figura que substitua a figura paterna. Os rapazes acompanham o pai, iniciando-se nos aspectos da vida pública da qual irão fazer parte; aprendem pela observação e, sobretudo, pelo exemplo. Os exempla foram muito valorizados, inclusive pelos historiadores, pois aprende-se com o comportamento deixados pelos varões ilustres: essa é a razão de se ensinar a história da cidade*" (p. 274).

Esse culto aos ancestrais, de caráter religioso, onde na esfera doméstica retomará

[13] Artigo *A "fábrica" de heróis*, confeccionado no processo de confecção da Tese de Livre Docência do Prof. Carlos Roberto de Oliveira. Este sofrera pequenas modificações até a data da defesa e se encontra no âmbito privado.

a figura dos *veteres*, será dado pelo *mos maiorum*. Assim esses exemplos, apresentados no seio familiar ou na esfera pública serão mostrados aos jovens a forma de proceder com a *Urb* e com os outros cidadãos. Lembremos que o *mos maiorum* detêm em si essas ideias. Afinal, *mos* pode ser vertido como costumes, valores, morais ou ensinamentos. Em sequência, *maiorum* significa dos mais velhos, dos antigos, dos antepassados. Sendo assim, *mos maiorum* era o respeito, a veneração e o cumprimentos dos costumes deixados ou ensinados pelos antepassados.

No culto doméstico dos antepassados, reavivavam-se os costumes e resgatava-se a origem da família. Altares, imagens, textos e pensamentos dos mais velhos, dos "pais" da família serão retomados dentro de casa. Seja na esfera doméstica, quanto no exercício político, o romano terá o *mos maiorum*, no período referido, enquanto elemento presente. Ao sair de casa, nos bustos, nas estátuas, nos monumentos mortuários, sem contar dos templos e locais sacralizados por natureza, tinham elementos que retomavam a tradição e os valores construídos pelos romanos. Enéias, Rômulo, César e outros homens ilustres eram lembrados nas conversas e nos monumentos públicos. Enfim, o *mos maiorum* era constantemente instado a todos os romanos.

Pelo que nos lembra Corassin, a educação romana voltava-se ao ensino das origens, dos exemplos dados pelos antigos, isto é, para a essência do *mos maiorum*. Assim,

> "*A educação romana constituía a iniciação progressiva a um modo de vida tradicional; a criança aprendia a imitar os mais velhos. Ela convivia com eles, e à medida que crescia, ia se introduzindo, silenciosa e reservada, no círculo dos adultos. Os valores básicos nessa sociedade são transmitidos entre as gerações; é fundamental o respeito aos costumes dos antepassados ou dos ancestrais: o mos maiorum. Ensinar aos jovens esses costumes e o respeito a eles como um valor indiscutível é a principal função de quem educa. Educação entendida aqui no sentido mais amplo, da formação e não apenas da transmissão de conhecimentos por mestres escolares*" (Idem, Ibidem, p. 273).

Os velhos tinham papel importantíssimo no seio social. Vivo ou morto, seus conhecimentos eram perpetuados, agiam como se fossem guardiões das memórias e dos saberes (HALBWACHS, 1990), exemplos de postura e virtude para os demais. Realmente, esse processo calcado no *mos maiorum* fortalecia os elementos tradicionais da sociedade. Pois, conforme notamos, desde pequenino, o romano era inserido num mundo de retorno às bases ancestrais. O velho, suas virtudes e exemplos eram rememorados cotidianamente nos elementos religiosos domésticos e públicos, bem

como na educação formal.

Isso posto, como já alertamos no início dessa parte, o *mos maiorum* durante o Principado não era constituído apenas pelo aspecto religioso. A influência filosófica contribuía para encorpar esse valor. No caso, o estoicismo juntar-se-á aos preceitos religiosos, reforçando a ideia de retorno às origens.

Antes de prosseguir é mister lembrar que o estoicismo era na uma das vertentes filosóficas mais pujante em Roma e por todo império durante o primeiro século. Realçamos, mais uma vez, nesse período o pensamento estóico fornecera, por sua vez, o respaldo teórico para a legitimação do *mos maiorum* no campo filosófico-religioso.

Neste ínterim, vale a pena relembrar que em seu conjunto, o estoicismo – diz Brun (1986) - pode-se dividir em três períodos: um período antigo ou ético, um período médio ou eclético, um período recente ou religioso. Os dois últimos, bastante divergentes do estoicismo clássico. O fundador da *antiga* escola estóica fora Zenão de Citium (334-262 a.C., mais ou menos). Em seus escritos já se encontravam a clássica divisão estóica da filosofia em *lógica*, *física* e *ética*, a primazia da ética e a união de filosofia e vida. Essa ética era proveniente da noção elaborada anteriormente de *ethos*.

Os valores observados no período pliniano, que eram relacionados com o elogio ao mais velho e à origem estavam latentes no estoicismo médio - que era tributário de várias linhagens do pensamento antigo, sobretudo do estoicismo antigo. Este, durante o final da República e início do Principado, retomou o conceito de *virtus*, baseado na disciplina e subordinação do cidadão - dentro do seio familiar - ao *pater familias* e - na esfera pública - à cidade. A partir de então, ser virtuoso torna-se oferecer demonstrações de louvor aos antepassados e à origem da *Urb*[14]. Razão (filosofia) e religião somavam-se com a finalidade de contribuir na formação de um cidadão, este que por expressar suas virtudes, seria digno de prestar a vida pública diante dos deuses e dos antepassados.

O estoicismo entranhava de tal forma na sociedade por causa das suas características iniciais. Zenão, mais do que um conjunto de reflexões, desejava que seus pensamentos fossem colocados em prática para o benefício do homem e da cidade. A base ética do estoicismo seria dada pela união de filosofia e vida. Dessa forma, desde a construção das leis até os aspectos mais banais da vida em Roma, para Grimal (1993, p.98), havia influência da filosofia. Esse último defende que a razão (o pensamento

[14] Por isso temos o (re)florescimento do culto aos antepassados, bem como Augusto e os demais imperadores retomando a imagem de Rômulo.

estóico no caso – explicitação nossa) era empregada no cotidiano afim de facilitar as tomadas de decisão do cidadão. Consequentemente, o homem político[15] deveria, por meio da vertente estóica, capturar a essência do povo romano, isto é, o conjunto de valores e exemplos ensinados pelos deuses, heróis, homens ilustres, do mais velho da casa (da figura patriarcal: *pater familias*). Por meio do exemplo lembrado diuturnamente, segundo o estoicismo, seria possível alcançar a virtude.

Além do velho, o estoicismo retoma outros fatores ligados à origem romana. A importância do campo, enquanto local de descanso e reflexão, onde o homem busca a paz e a lapidação do espírito será trazida à ordem do dia. Assim, mais que a vida campestre, que narrada e elogiada nos diversos autores latinos, a origem agrária de Roma. Eis que as vilas romanas serão buscadas pelos seus donos com o objetivo de busca à *moderatio* (um dos preceitos ético do estoicismo).

Numa das leituras estóicas, retomar o passado enquanto era áurea será recuperar os mitos fundadores. Tendo em vista de que os fundadores de Roma tinham suas atividades ligadas à terra, retornar às origens significa retomar as questões agrárias. Virgílio em suas obras, por exemplo, além de reconstituir os valores e a história (tradição) romana, trata da questão campestre. No entanto, cabe salientar que as atividades agrárias eram, no principio, fundamentadas em torno do Tibre. Essa recuperação do passado também utilizar-se-á do *locus*. Assim, a tradição estará ligada à Roma e, em segunda instância à Itália.

A retomada do passado, da origem, do velho, do mito, dos deuses, seja qual elemento fosse buscado, para o estoicismo, tinha como função a lapidação ou aumento das virtudes do indivíduo. Assim, por meio da retomada de suas origens históricas e/ou mitológicas, como do culto aos antepassados pela rememoração de seus valores, o homem ficava repleto de *virtus*, e denotava sua preocupação com a *Urb*, desenvolvendo características desejáveis para um homem apto ao cargo político. Dito isso, podemos dizer que não havia (ou no que se refere a moral romana, não deveria haver) homem político sem a *virtus*.

Mesmo tendo muita força na sociedade romana, Barrow afirma que nenhum

[15] Podemos considerar por homem político o cidadão, que é latifundiário, pertence às famílias tradicionais (NICOLET, 1992, 28), participa da vida pública e, por isso, está ligado aos valores romanos e ao poder imperial. Esse, também, comunga das práticas sociais vigentes no período. Informamos que há um emprego concomitante e similar dos termos de homem político e homem público na historiografia, afinal o exercício da *politikós* (exercício da vida na pólis/cidade) dava-se, em sua grande maioria, fora do domínio doméstico. Por isso, às vezes, efetuares a troca de um termo por outro por motivo estético. E, caso em alguma circunstância seja necessária alguma complementação, nós a faremos.

romano adotava o estoicismo em sua totalidade (1986, p. 156). Afinal, o estoicismo exigia inúmeros valores do homem romano e, por isso, sua aplicação era sempre almejada, mas nunca efetuada em plenitude. O cidadão deveria, portanto, ser virtuoso (deter a *virtus*) e por isso comungar da *pietas* (ser dovoto e respeitar as vontades divinas), do *mores* (costumes e tradições), da *auctoritas* (respeitar as autoridades estabelecidas), da *disciplina* (respeito e obediência a todo e qualquer postulado social), da *constantia* (adotar e manter um proceder único ou padrão) e da *fides* (dar fé à seus atos por respeitar qualquer palavra firmada).

Mesmo não sendo aplicado em sua plenitude, a lapidação do espírito, pelo fortalecimento da *virtus* era um consenso entre os romanos. Assim os valores morais eram imprescindíveis. Para entendê-los melhor, a obra de Carcopino[16] (1990) mostra essas relações em Roma no apogeu do Império. Sua obra é dividida em duas partes. Na primeira trabalha o meio físico, questões inerentes à arquitetura, e o contingente populacional. Nessa o autor discute e apresenta a grandeza de Roma, tomando, essencialmente, o período de Trajano. Numa leitura interessante faz inúmeras analogias das construções grandiosas com o poder do *princeps.* Na segunda, Carcopino discute o meio moral, no qual se trabalham os sentimentos e as ideias que explicam os méritos e as fraquezas do romano dentro das práticas e representações[17] cotidianas, isto é, dos costumes passados de geração em geração. Costumes esses, os quais – segundo ele - iam se perdendo pouco a pouco (Idem, p. 73). Assim, segundo o autor, a partir do segundo século os valores tradicionais começam a entrar em desuso, facilitando o enfraquecimento e a coesão no império, prova disso é que inclusive a figura do *pater familias* perde o poder e respeito que detinha outrora (Idem, Ibidem, p. 100).

Os valores morais eram tão importantes que deixar de demonstrá-los era motivo para repúdio público, e, por sua vez, para alguns historiadores motivo para crise ou decadência[18]. Exatamente isso é abordado por Veyne (1990) na sua apresentação do

---

[16] Em sua obra, ele faz uma leitura diferenciada do Principado onde nos possibilita compreender/ interpretar o período de Trajano, apresentando indícios (de cunho moral) de que este não seria tão harmonioso conforme apresentado pela historiografia clássica.

[17] Emprestamos aqui o conceito elaborado por Chartier.

[18] Além de Carcopino, podemos citar os textos de Montesquieu e Gibbon sobre a fraqueza e declínio de Roma. Montesquieu, em sua obra *Considérations sul lhes causes da grandeur dês Romains et de leur décadence* (1734) retoma a quebra de tradição nas relações administrativas e, especialmente, no exército. Para ele, na medida em que se aceitam soldados "não legítimos", os romanos esqueciam a importância da pátria e dos valores relacionados à fidelidade ao imperador e aos (soldados) mais velhos. Gibbon, em *História da decadência e queda do Império Romano* que está impregnado por gerações e geração de livros didáticos em nosso país, apresenta o que chamamos de fatores clássicos: a quebra dos costumes gerados pelo cristianismo e a grande extensão territorial, somada à dificuldade de defender suas

Império Romano. Esse autor, nos diversos temas trabalhados no livro, incluindo-se as relações políticas e as categorias sociais, nota-se o destaque que é dado a uma influência marcante da vida social e política romana: o estoicismo. Essas relações de respeito, reciprocidade, fidelidade, piedade, fundamentais na constituição da *virtus* estavam calcadas no *mos maiorum*. E, por isso o estoicismo fornecia o cabedal teórico para seu sustentáculo e, ainda, a religião, via seus cultos, mitos e ritos cotidianos reforçavam, perpetuavam e garantiam a manutenção dos valores tradicionais[19].

Depois dessas considerações faz-se necessário entender as relações desses postulados religioso-filosóficos dentro da vida pública romana. Por isso, nos próximos poucos parágrafos, tentaremos estabelecer as relações do *mos maiorum* com a política e a aristocracia romana.

4- O Ideal Político e a Aristocracia Romana

Levando em consideração que o *mos maiorum* fazia-se onipresente do primeiro século em Roma, não seria demais dizer que o *cursus honorum* e os ideais aristocráticos valiam-se dele para se legitimarem. Assim sendo, nos parágrafos seguintes tentaremos resumir como o ideal político e a aristocracia romana pode ser visto a partir do *mos maiorum*. E, por sua vez, como a aristocracia usava esse elemento a seu favor na constituição de um ideal político.

Por ventura da expansão territorial e aumento das províncias, que notamos no princípio do capítulo, o período de Augusto e depois com Trajano tiveram que criar mecanismos para se precaver das revoltas provincianas, como também manter a coesão dessa infindável porção territorial repleta de moradores diversos.

Por isso, no âmbito político, as ações públicas e/ou imperiais, cuja finalidade era perpetuar, difundir ou manter determinados valores, eram tidas como política de governo. A título de exemplo, podemos afirmar que no final da República romana e nos dois primeiros séculos de nossa era, a cultura romana passou a ser difundida junto com

---

fronteiras. Mas, de fato, o que nos interessa é que não há como pensar o Principado sem pensar a influência estóica e a retomada do *mos maiorum*.

[19] Em virtude da repetição incondicional desse fenômeno (professar ou comungar nas praticas cotidianas no *mos maiorum*) durante o primeiro século, que num exercício sociológico, poderíamos o caracterizar como fato social. Afinal, numa leitura durkheimiana simplista, a generalidade é apresentada pela amplitude do fenômeno e sua aplicação cotidiana conforme comentado a pouco. Além disso, esse fenômeno era independente das vontades específicas, já introjetado na cultura familiar e pública, tornava-se praticamente impossível cessá-lo. Mesmo com ordem superiores (improvável, pois a aristocracia e o imperador se beneficiavam deste) não seria removido do seio social. Por fim, sua coercitividade era descarada. O homem que não comungasse desses valores era rechaçado, criticado ou seria (embora não temos relatos) expulsos de seus grupos.

a sua dominação política e militar. Cria-se, segundo Franco Cambi, "uma unidade espiritual do Império, ligada à língua e às traduções literárias, romanizando regiões que eram diferentes e até discordantes entre si - pela etnia, pela crença religiosa, pelos costumes, pela língua". (1999, p. 117).

A ação política dos imperadores, principalmente em relação à formação dos cidadãos, consistia em implantar escolas nas várias regiões provincianas para que a ideia de *romanitas* fosse incorporada pelas classes aristocráticas provincianas então receptoras da cidadania romana. A *romanitas*, mais do passar conteúdos utilitários para o trato político na *Urb*, tinha seu cunho filosófico-moral com a finalidade de passar valores romanos. Dentre esses costumes e valores figurava o *mos maiorum*, que se perpetuava por meio da religião fazia parte tanto dessa formação do romano, como mecanismo de preservar a tradição (BARROW, 1992, p. 25). Por meio desse mecanismo, a religião, a rígida moral e a mitologia serviam para manter a coesão do Império (Idem, p.19, 27).

A *romanitas* recebia uma embalagem atrativa, onde o recebedor podia lapidar suas características, tornando-se mais cosmopolita, mais valoroso. Isso se dava por meio da *humanitas*[20], que segundo Cícero, seria um traço de erudição, sapiência, distinção. A *humanitas*, que era fundamentada na *virtus*, na *pietas* e na *fides*, que significam respectivamente, hombridade, respeito aos deuses e aos homens e cumprimento dos seus deveres políticos (Ibdem, p. 25) , difundia-se com facilidade pelas províncias romanas. Ela criava um modelo de código padrão para a conduta de qualquer cidadão. Este código era tão forte que não precisava de fiscalização para funcionar, o trato cotidiano fazia isso. Era praticamente uma teoria filosófica, que era muito difundida nas camadas abastadas (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 185).

Com a *humanitas* e seus valores subsequentes, que foram citados no último parágrafo, era usada pelas camadas abastadas para promover a manutenção social.

---

[20] *Humanitas* termo correspondente a *Paidéia* (termo grego) (VEYNE, 1992 p. 283). Este termo ou seus radicais, segundo índex elaborado por Rossi (1994, p. 98 – *Ad privatum*), encontram se nas seguintes cartas plinianas: I 12; V 3; V 19; VI 29; VI 31; VII 31; VIII 8; VIII 16; VIII 22; VIII 24 e IX 5.
Aproveitamos o momento para explicar a forma de citação das cartas nesse trabalho. Inicialmente dizemos que não obedeceremos às normas técnicas quanto ao número de linhas mínimas para que haja recuo do parágrafo e diminuição da letra segundo padrão. Pois, mesmo em fragmentos pequenos, colocaremos em evidência a Carta. Conforme apresentado acima, primeiro será apresentado o livro com números romanos, II, por exemplo. Na sequência apresentaremos o número da carta em arábico sem qualquer forma de sinal ou pontuação. Exemplificando: 12. Finalmente, colocaremos após dois pontos os respectivos parágrafos das cartas com números arábicos segundo o modelo: a) : 1,2 (parágrafos 1 e 2); b) : 3- 6 (parágrafos de 3 até 6). Nesse caso hipotético teremos: II 12: 3 – 6.

Assim, "a organização política da cidade, durante o Império, refletia a influência determinante e eficaz que certos indivíduos exerciam sobre o conjunto dos outros" (VENTURINI, 1993, p. 31). Aqueles mais abastados e instruídos se valiam de outra instituição romana para se distinguirem: o patronato.

Esse contexto, que favorecia a cristalização de grupos políticos, possibilita-nos entender que as relações políticas, bem como práticas passam pelo conceito romano de *fides* (HELLEGOUARC'H, 1963, p. 161). A *fides* era uma das virtudes mais cobradas a todo homem público.

O homem político - por sua vez - nesse período, ao menos no plano teórico, deveria prezar os valores defendidos pela retórica imperial. Assim, as formas de agir deveriam ser guiadas pelo caminho estóico, que ensina viver segundo a *fides*, a *amicitia* e o *mos maiorum*. Tais práticos eram comuns nas relações clientelistas romanas. Sobre as relações clientelistas, Venturini diz

> *"a oposição do patriciado e da clientela sobreviveu na literatura, sob a forma do discurso, quanto mais se avança para o poder individual e tudo o mais que ele simboliza. É que, a extensão da cidadania trouxe consigo o advento das aristocracias provinciais- os novi homines- que representavam novas formas nas relações sociais tradicionais" (VENTURINI, 1993, p.26).*

Realmente o patronato mudara da República para o Império. O advento dos *novi homines* trazia consigo novas formas de gerir sua carteira de clientes, bem como a necessidade de retomar e reforçar valores tradicionais como a *fides* e *amicitia*. O velho, o heróico o mítico, segundo o *mos maiorum* é virtuoso. Assim, ao retomarmos valores tradicionais, calcados no *mos maiorum*, retomamos a *humanitas* e, por consequência a *virtus*[21].

Nesse processo, a sustentação do *mos maiorum*, no tempo de Plínio era dada por meio das práticas[22] cotidianas desenvolvidas pelo cidadão. Assim, o cidadão romano, como homem ligado às suas tradições, seria um homem virtuoso carregado de *humanitas*. Desse modo, a *humanitas* pode ser entendida como ideal de homem, não apenas do ponto de vista intelectual, mas em relação à formação moral e ético, em busca de um tipo elevado, um cidadão perfeito a serviço do Estado e de suas necessidades.

---

[21] Conforme dissemos em parte a *humanitas* compreendia um conjunto de virtudes (*virtus*). A *virtus*, por sua vez, pode ser entendida como o conjunto de virtudes fundamentais para o romano. Essas são frutos do exemplo dado por homens ilustres, pelo *princeps* e pelos velhos, isto é, pela tradição e pelo *mos maiorum*. Dentre as virtudes mais comuns estão a *fides*, *pietas*, *moderatio*, *disciplina*, *prudentia* e *honor*.

[22] Reiteramos desde já que as representações são oriundas ou conseqüências de práticas sociais (CHARTIER, 1900). Assim, a representação não pode ser deslocada de seu contexto (por isso enfatizamos tanto nesse ponto no primeiro e segundo capítulo), Afinal, esse trabalho foca apenas nas representações.

Assim concluímos que a filosofia fundamentava o ideal romano, garantido, por sua vez, pela religião. Valores estóicos refletidos no *mos maiorum* romano fundamentava a religião e a política do período, principalmente a prática política aristocrática, em detrimento da inserção de novos personagens sociais do período imperial. Por isso, são nos valores, costumes ou representação de mundo da aristocracia romana, em que o homem político se apodera das riquezas morais de seus antepassados, resumidos pelo *mos maiorum* - diz Barrow (1992, p. 26)- com a finalidade de fortalecer, permanecer ou evitar disputas de poder.

O culto aos ancestrais faz surgir o culto divino dos imperadores[23], igualando aos deuses o *princeps*, por ele apresentar qualidades que o elevavam acima dos outros homens. Há, portanto, a preocupação moral direcionava-se a formar o cidadão virtuoso. Nesse sentido, a *humanitas* romana, de forte influência estóica, é o resgate e ao mesmo tempo a vivência dos ideais romanos de *virtus* e *fides*. Dentro deste contexto, a preocupação moral da aristocracia vigente se justifica, pois, visando à formação do cidadão político romano, que comunga da revitalização de um passado que outros grupos sociais não tiveram acesso, esse grupo social se contrapõe às camadas em ascendência como- por exemplo- os *novi homines*.

Assim, quando citamos as relações sociais em Roma temos de lembrar que os valores sociais e morais estão intrinsecamente ligados. E, por sua vez, há a vinculação moral junto à prática política (REVILLA, 2001, p. 259). Dessa maneira, "somente os indivíduos dotados destas qualidades [sociais e morais], resultado do nascimento, da educação e da posição social, podem desempenhar corretamente funções no governo" (Idem, Ibidem).

Além desse empecilho, para a investidura de cargos (principalmente dos mais importantes) será exigido o princípio do *mos maiorum*. Assim, mais do que ter as qualidades morais e sociais, deter *virtus* ou erudição, buscar-se-á as origens históricas da *Urb*, revalidando a base agrária e campestre. Acrescentando o que desenvolvemos páginas anteriores sobre isso, essa (re)valorização do campo será interessante à aristocracia romana, que estão ligadas historicamente ao desenvolvimento agrário ao redor do Tibre. Concomitantemente, facilitará a recusa de novos membros à estrutura social, principalmente se esses não tenham forte ligação com a terra (homens de negócios, vendedores de escravos, homens livres em geral que se beneficiavam das

[23] Para verificar detalhes do culto ao imperador veja: LE GLAY, Marcel. *La Religion Romaine*. Paris: Armand Colin Editéur, 1991, p. 50 – 54.

relações patronais).

No entanto, muitos dos provincianos, pra não dizer a maioria, estavam ligados direta ou indiretamente à terra. Assim, o retorno à origem romana, da *Urb*, ou- no mínimo itálica - assentada por Rômulo, será outro fator para rechaçar a aristocracia provinciana. Ter nascido na terra onde pisaram os fundadores de Roma será um fator de distinção. Cabe destacar que esse processo vai diminuindo paulatinamente com o aumento territorial e a romanização de novos espaços. Assim, essa repulsa diminuirá significativamente no período de Trajano.

Sintetizando esses poucos parágrafos, vimos que o ideal político em Roma era constituído pelo respeito ao *mos maiorum*, que podia ser considerado uma moral política e social. Além disso, notamos a importância da *humanitas*, enquanto elemento de erudição e conhecimento de sua tradição, bem como o exercício das virtudes necessárias a um bom cidadão.

Notamos que a *virtus* era a essência das qualidades ou virtudes a serem demonstradas pelo homem político. Essa compreendia ou subdividia-se em outras virtudes como a *fides* (fidelidade às tradições, aos cidadãos, ao patrono, à pátria), a *pietas* (piedade, reverência, respeito pelos deuses, heróis, homens ilustres, imperadores e antepassados) e outras. Além disso, verificamos que deter terras era uma condição fundamental para o exercício da vida pública, assim como ter nascido na *Urb*[24], pois isto estava condicionado aos fundadores de Roma, que tinha suas vidas ligadas à cidade e ao desenvolvimento agrário.

A aristocracia romana, conforme notamos, aproveita-se desses postulados sociais (que são enfronhados no estoicismo) para legitimar, manter e perpetuar sua participação política. No que refere-se a entrada de novos membros no cenário político, esta usa do nascimento, do *mos maiorum* e da *humanitas* para inibir a entrada de estranhos.

Depois disso apresentado, falta-nos dizer como isso se relaciona com Plínio. Também, qual destes inúmeros pontos detalharemos nos capítulos seguintes. Em suma, quais os pressupostos dessa pesquisa e as características das fontes analisadas. Pois

[24] Não há nos apontamentos bibliográficos um detalhamento de como foi o processo de aceitação e legitimação do ideal político a partir do local de nascimento. Por isso, acreditamos que a retórica da aceitação dos provincianos e dos não nascidos na *Urb* deu-se a partir das necessidades observadas pela aristocracia. Assim, no final da República esta ainda podia reduzir-se à região da *Urb* porque não havia grandes pressões ou disputas. Por sua vez, com o aumento das pressões houve um afrouxamento, possivelmente de alguns setores aristocráticos, que estenderam aos nascimentos de toda a Itália. E, por fim, com Trajano há uma generalização por causa do processo de romanização.

bem, vejamos um pouco sobre o que chamamos corriqueiramente de assuntos plinianos[25].

5 – Dos Assuntos Plinianos

Seria comum, por se tratar de uma simples dissertação de mestrado, apresentar rapidamente as fontes, os recortes, os objetos e, em seguida passarmos ao capítulo seguinte. Não faremos isso! Logicamente abordaremos esses pontos em breve, mas acrescentaremos outro ponto relevante.

Afirmamos que um de nossos principais objetivos é trazer os assuntos plinianos à tona, facilitando o surgimento de novas pesquisas na área[26]. Por isso, essa parte apresentará o que chamamos de historiografia pliniana[27].

Assim, apresentaremos nas linhas seguintes uma síntese do autor e sua obra, buscando caracterizar suas peculiaridades, posteriormente trataremos da historiografia pliniana e, nesse percurso mostraremos como esse contingente gigantesco de informações se funde no processo da pesquisa que originou este texto.

Já informamos que as apresentações da vida e obra pliniana seguirão os protocolos deixados pela produção sobre Plínio[28], começaremos por sua vida (com destaque para sua carreira pública), posteriormente, apresentaremos as características essenciais de seu epistolário.

5.1. *Caius Plinius Caecilius Secundus*: *cursus honorum*

Caius Plinius Caecilius Secundus, comumente chamado de Plínio, o Jovem; Plínio, o Menor ou Plínio, o Moço era sobrinho do naturalista Plínio, o Velho. Nasceu em *Novum Comum*, região Transpadana, norte da Itália e pertenceu a uma família provincial de equestres. Quintiliano contribuiu decisivamente, ao lado de Plínio, o Velho para a educação de Plínio. Este último ocupou diversas funções na administração imperial, desde a de tribuno militar (condição obrigatória aos jovens de carreira) até a

---

[25] Chamamos de assuntos plinianos tudo o que diz respeito ao autor: sua vida, obra, produções sobre ele, etc.

[26] Talvez seja por isso que dedicamos grande labuta ao desenvolvimento de pesquisas para preencher essas linhas e, também, seja o único item dos capítulos que fora tão meticulosamente subdividido.

[27] Retomamos a nota de número sete, onde afirmamos que essa expressão, para nós, trata-se da historiografia produzida sobre temáticas plinianas.

[28] Nossa apresentação seguirá o modelo deixado pela produção nacional (OLIVEIRA, 1978, p. 16; VENTURINI, 1993, p. 42,55; ROSSI,1996, p.30- 33; BASÍLIO, 1997, p. 15, 16; STADLER,2007, p. 01)). Trataremos por sua vida e obra antes de começar qualquer análise. Nessa apresentação utilizaremos o modelo deixado por Rossi (Idem p. 30-33) e nos valeremos de informações retiradas de MOUCHARD (1924, P. 516- 525).

de governador do Ponto-Bitínia, passando pela de augure (augurado) e pela procuradoria do Tibre, entre outras. Plínio foi senador e ocupou o consulado em setembro do ano 100. Por volta dos 18 anos Plínio desempenhava ainda a função de advogado no *Forum* romano, apresentando suas hábeis características de orador. Nessa trajetória jurídica veio a conquistar prestígio em virtude de seus julgamentos. Seus atos jurídicos eram considerados imparciais (por seus pares), pois, supostamente, não tomar partido de funcionários, nem militares desertores, nem de contraventores do poder político estabelecido. Plínio foi também um grande proprietário de terras espalhadas por três regiões da Itália: a Transpadana, a Úmbria e o Laurentino. Seu patrimônio familiar era constituído de propriedades rurais localizadas no norte e no centro da Itália (Carta IV 6). Na Itália do Norte, estavam as terras da Transpadanas, situadas precisamente no território do *municipium* de *Novum Comum*. Na Itália Central, estão as terras dos *Tusci*, situadas nas proximidades do *municipium* de *Tifernum Tiberinum*, na região da Úmbria; perto de Roma, no litoral do Tirreno, próximo do porto de Óstia, está a *villa* laurentina. Segundo sua correspondência, possivelmente a personagem em questão contraiu dois casamentos, havendo possibilidade de um terceiro, cujas indicações são apenas induções. Suas Cartas atestam formas de acumulação de patrimônio pessoal e familiar, pela via da compra, da herança (da família e de terceiros) e dos casamentos, graças ao recurso do *matrimonium cum manu*. Para Rossi, "a carreira pública de Plínio pode sustentar a análise, desde que compreendida no contexto de fortuna familiar como critério tradicional entre os romanos na classificação da cidadania e na fixação de sua hierarquia" (1996, p. 32).

Plínio é um *homo novus*, um dos *novi homines*; descende de um ramo provincial aculturado com a colonização romana. Educado em Roma por Quintiliano, assessorado pelo tio, Plínio, o Velho (como não era filho de senadores), vestiu a *toga virilis* com o *latus clavus* aos dezesseis anos de idade. Entre os dezoito e vinte anos ingressou na Corte dos Centúnviros, exercendo aí a função de *decemvir stlitibus iudicandis*. Nessa mesma ocasião, é indicado para cumprir o tribunato militar na legião da Síria (Carta I.12.), onde desempenhou uma função administrativa e financeira. O efetivo ingresso na carreira senatorial deu-se com a ascensão à Questura, graças à proteção e à recomendação imperial, provavelmente no ano 86. Por volta do ano 91, Plínio já ingressara na Pretura, depois de uma rápida passagem pelo Tribunato da Plebe ou pela Edilidade da Plebe, provavelmente em 88, dada a sua condição de origem não-patrícia. Com esse ingresso, habilita-se como cidadão qualificado para os principais

serviços do imperador. Assim é que, após a Pretura, é nomeado para a *praefectura aerari militaris*, ocupada entre 94 e 96, e para a *praefectura aerari Saturni*, possivelmente entre 98 e 100. Em setembro desse ano, assume o consulado, oportunidade em que fez um pronunciamento no Senado, o Panegírico de Trajano, em agradecimento ao imperador. Logo em seguida ao consulado, veio o augurado, o posto de *curator alvei Tiberis et riparum et cloacarum urbis*, entre 104 e 105 ou entre 106 e 107. A sua carreira pública encerra-se na função de *legatus Augusti* na província do Ponto-Bitínia, provavelmente entre 111 e 113. Em 113, provavelmente[29], morre Plínio.

5.2. As Cartas Plinianas: características gerais

"Plínio, o Jovem (62-113) deixou-nos 10 livros de cartas que representam um quadro vivo da sociedade no fim do século I" (GRIMAL, 1993, p. 317). São 10 livros de cartas privadas e protocolares, e do *Panegírico de Trajano*[30]. Os livros, contendo as 368 Epistolas, estão divididos da seguinte maneira: 9 livros contêm a correspondência privada (com 247 cartas) e 1 livro contém a correspondência oficial com Trajano (com 121 cartas), elaborado quando Plínio ocupava o governo do Ponto-Bitínia. O *Panegírico de Trajano* foi lido quando Plínio assumiu o consulado, em setembro do ano 100, em agradecimento ao imperador. A documentação pliniana é reveladora do cotidiano romano, tanto no que diz respeito à vida urbana como à vida rural.

A produção das Cartas obedece a um princípio pragmático. O produtor deste conteúdo, Plínio e seus correspondentes apresentam a visão de mundo de uma camada social romana filtrada pela experiência histórica das trocas de benefícios que se confirma pela *amicitia* e clientelismo.

A linguagem utilizada para retratar a situação econômica é comum ao segmento envolvido nas Cartas e reproduz experiências individuais comuns. As situações mencionadas fazem parte das relações entre os interlocutores e representam o pensamento socioeconômico e a ação de um grupo social que desempenha papel significativo na ordem imperial romana.

O historiador dispõe, portanto, de uma correspondência organizada literariamente, a ser compreendida mais amplamente do que a própria organização

[29] Conforme dissemos na nota de número quatro, não há consenso sobre a morte de Plínio. A data varia entre 110 e 113. Nos parece mais provável 113 ou 114. Assim como Guillermin (1938), adotaremos essa última.

[30] Disponibilizaremos no Apêndice duas tábuas com a taxonomia de assuntos inerentes às cartas plinianas.

verbal. A identidade de interesse detectável na linguagem utilizada configura a uma relação concreta no âmbito da convivência política, um dos suportes da prática literária e das formas de elaboração do conjunto da correspondência e do panegírico.

Pelos fatores supracitados que Radice em *The Letters of Younguer Pliny* afirmou que "as Cartas são as melhores fontes que temos sobre a história social e política do primeiro século" (1962, p. 26).

5.3. Historiografia Pliniana

Depois de apresentarmos Plínio e suas Cartas, cabe-nos fazer uma apresentação, conforme prometido anteriormente, do que fora produzido sobre Plínio: o que chamamos de historiografia pliniana.

Entendemos historiografia como "reflexão sobre a produção e a escrita da História" (SILVA et SILVA, 2006, p. 189). Cada vez mais a reflexão historiográfica ganha destaque. Sobre o processo de revisão e análise historiográfica do mundo antigo, Funari afirmou que "os estudos sobre a própria historiografia do mundo antigo, a mostrar como a construção de um mundo antigo em que todos viviam enredados insere-se em contextos sociais e acadêmicos contemporâneos" (2001, p, 20).

Como apontado por Funari (1987; 1988; 1996; 1997; 1998; 2000), o Brasil está atrás na questão do estudo clássico quando comparado com outros centros de estudos. Para ele, são vários os fatores desse atraso: os currículos apresentados pelas universidades, as relações de compadrio estabelecidas no meio acadêmico e um desinteresse e as dificuldades de pesquisas devido aos tímidos investimentos nas pesquisas em Antiguidade.

Sendo assim, as páginas seguintes hão de tratar da produção pliniana no Brasil e no mundo[31]. Para tanto, dividiremos tal análise em duas facetas: historiografia nacional e internacional[32]. Começaremos por esta última, pois nossa produção - enquanto periférica - quase sempre[33] - esteve condicionada às tendências provenientes de outros

[31] No intuito de facilitar pesquisas posteriores, bem como averiguar as condições historiográficas faremos uma subdivisão na bibliografia dedicada à bibliografia pliniana.

[32] Consideramos para fins de análise a periodicidade, consistência e interesse pela pesquisa pliniana. Afinal de contas, a citação de alguma das cartas plinianas é fato usual entre os pesquisadores da Antiguidade (mera citação). Todavia, tais utilizações não passam de ilustrações e argumentações com a finalidade de alicerçar outras temáticas. Reiteramos que um dos objetivos do presente trabalho é facilitar a entrada de novos pesquisadores ao mundo pliniano. Dessa forma, destacamos não tivemos acesso direto a boa parte da bibliografia citada (que fora retirada de citações, bibliografias e comentários).

[33] Parece-nos que a partir de meados dessa década, graças a maior agilidade da produção intelectual em terras brasileiras (a troca paulatina da publicação de grandes livros, escritos a duas ou quatro mãos, por

lugares.

5.3.1. A Produção Pliniana Internacional

A produção pliniana fora do Brasil pode ser observada com grande vigor em três centros distintos: Alemanha, França e EUA. As pesquisas modernas sobre Plínio surgem com força na Alemanha. Em meados do século XIX[34], pesquisadores germânicos começaram uma série de traduções que abriram caminhos para as pesquisas clássicas e, várias dessas, ainda são referências até nossos dias. Esses pesquisadores vislumbraram, por meio desses documentos, a possibilidade de aprofundar o conhecimento no mundo romano. E, por isso, iniciaram uma série de sistematizações e análises[35].

Theodor Mommsen, em 1869, publica *Zur Lebensgeschichte des jüngeren Plinius*. Este artigo lançava as bases das pesquisas modernas sobre Plínio no século XIX. Seu texto serviria de referência por sistematizar e apontar a riqueza desta fonte. Mommsen aproveitou seus escritos para direcionar os estudos sobre Plínio e tecer apreciações sobre sua figura. Em virtude da qualidade das informações, o mesmo texto fora publicado em *Gesammelte Schriften* 4[36].

A mesma revista *Hermes*, que publicara originalmente o texto de Theodor Mommsen, publicou *Die Ueberlieferung der Brief des jüngeren Plinius* escrito por Otto. Tanto Otto quanto Theodor Mommsen encabeçariam um conjunto de esforços intelectuais com a finalidade de reavivar a obra pliniana. Salientamos ainda que o final do século XIX e início do século XX fora marcado, concomitantemente ao estudo de

---

publicação edições organizadas que contam com artigos de vários autores) contribuiu para acelerar a produção nacional. Nesse ínterim, diferentemente de décadas anteriores, praticamente todo ano, desde 2005, temos algo diferente sobre os assuntos plinianos vindo ao mercado editorial brasileiro.

[34] Não podemos olvidar a importância da Arqueologia neste contexto. Com a multiplicação do número de escavações no período, novos documentos foram apresentados, possibilitando novas pesquisas na área clássica.

[35] Neste capítulo não nos deteremos à produção bibliográfica moderna. Em primeiro plano porque houve a partir da década de 1990, tivemos um "boom" de pesquisas (que podem ser verificadas por meio de buscadores como o JSTOR). Vale, ainda, dizer que por vezes esquece-se de todo o percurso que a obra pliniana levou até os nossos dias: os manuscritos originais, sua preservação e as formas de tradução durante o tempo. Para saber mais sobre esses aspectos veja a introdução e o prefácio da tradução efetuada pela The Loeb Classical Library: SECUNDUS, C. Plinius Caecilius. *Letters.* trad. W. Melmoth. London: Harvard University, 1958. (Loeb Classical Library). 2 vol. Esta edição foi revisada, comentada e prefaciada por Hutchinson e aborda questões específicas da história dos manuscritos plinianos. Pode-se ainda recorrer à GUILLEMIN, A.-M: 1953, onde encontra-se a menção aos *codices* e *editiones* dos quais foram extraídas as edições modernas. Com a finalidade de não recaímos no mesmo esquecimento, apresentaremos tal reconstituição histórica em nosso anexo.

[36] Mommsen, Th.. Zur Lebensgeschichte des jüngeren Plinius, In: *Gesammelte Schriften* 4. Berlin. 1906. p. 366-468.

Plínio pelos autores supracitados, um período praticamente hegemônico dos estudos na Alemanha.

A Alemanha do período resgatou, traduziu e estudou inúmeros autores clássicos. Esses estudos eram publicados em vários meios de veiculação. Contudo, pela qualidade e periodicidade, a revista Hermes destacou-se no período. Esse legado alemão é notado ainda em nossos dias, pois comumente, ao buscarmos artigos, documentos e análise de textos clássicos na Internet nos deparamos com sites e textos alemães.

No início do século XX, por sua vez, quiçá por denotarem a hegemonia cultural francesa no mundo, veremos os estudos plinianos ganharem força nesse centro. Com vários pesquisadores a França terá papel de destaque no trato das Cartas de Plínio. Eugène Allain e Anne-Marie Guillemin iniciaram publicações acerca de Plínio.

Allain, depois da publicação no ano se 1898, de dois estudos sobre a correspondência pliniana, escreveu um dos principais trabalhos de todos os tempos sobre Plínio. *Pline le Jeune et ses héritiers*, publicado em Paris nos anos de 1901 e 1902 em 3 volumes, constituiu uma obra de fôlego, que é até nossos dias citada e lembrada[37]. Para Oliveira (1978, p. 10) esse trabalho é importante por causa da rica pesquisa arqueológica na qual se funda o estudo.

Guillemim dedicou-se à compreensão das características, formas de reprodução e ressonâncias da produção pliniana em *Pline le Jeune et la vie littéraire de son temps*, bem como numa das básicas sobre a temática, que é *Les lettres de Pline le Jeune*. Publicou artigos no Bulletin da Associação Guillaume Budé e na Revue de Études Latines sobre questões pontuais da vida cotidiana e econômica do tempo de Plínio. Todavia, na historiografia encontram-se citações de *Société de gens de lettres au temps de Pline* e de *La culture de Pline le Jeune* . Pela diversidade de temas abordados e pela profundidade de algumas análises Guillemim figura como um marco da historiografia pliniana.

Ainda na escola francesa poderíamos nos lembrar de nomes como Martin e seu texto *Pline le Jeune et les problèmes économiques de son temps* de 1967, *Pensée et philosophie dans les lettres de Pline le Jeune* – que fora publicado por André em 1975 na Revue des Études Latines, bem como outros nomes que publicaram durante as décadas de 1980 e 1990.

[37] OLIVEIRA, C., 1978, p. 10; VENTURINI, R., 2005, p. 156 e SOUZA, 2005, s/p.

No entanto, o trabalho que mais chama a atenção sobre os estudos plinianos é o recentíssimo livro escrito por Nicole Méthy *Les Lettres de Pline le Jeune: Un répresentation de l'homme*. Esse livro marca uma nova fase dos estudos plinianos por meio de indagações que ainda não foram explicitadas. Méthy, discutindo a imagem feita ou construída sobre Plínio, propõem a pergunta se este seria um mero produto do contexto social. Sua abordagem retoma a importância dos aspectos sociais e morais para a figura pliniana. E, nas últimas páginas de seu livro deixa-nos claro seu ponto de vista das Cartas afirmando que essas "ao mesmo tempo [essas] são a afirmação de um ideal, e, por sua vez, uma tomada de consciência do real" (2007, p. 441). Afirmação que contribuiu para algumas reflexões adotadas em nosso trabalho.

Este livro publicado em Paris, segundo comentário de Neil Bernstein (Universidade de Ohio) [38], tem por objetivo analisar as várias concepções de homem presente nas Cartas de Plínio. Para Bernstein, "suas virtudes incluem a aplicação de uma análise filológica meticulosa e a incorporação de inúmeras pesquisas realizadas sobre Plínio desde o século XVII". Para a crítica, trata-se de uma análise dos padrões sociais, morais e do vocabulário pliniano que possibilitará o surgimento de novas reflexões sobre Plínio, o Jovem.

Numa análise superficial da historiografia pliniana, poderíamos incorrer em erro, em afirmar que ela até a década de 1940, estaria maciçamente localizada na Alemanha. E, se persistíssemos nessa abordagem enviesada, diríamos que até a década de oitenta houve predomínio francês na produção sobre o conjunto epistolar em questão. Terminaríamos dizendo que hoje a maior parte das publicações é proveniente dos EUA. Tanto a utilização de datas como a centralização da abordagem nesses três centros, fazem com que a diversidade e a multiplicidade da produção fique velada. Procedendo de tal forma, seríamos levados a olvidar da produção na Bélgica, Canadá, Inglaterra, entre outros[39].

Embora não tenhamos contato direto com a produção de países sem tradição no trato de Plínio, temos conhecimento dessas referências bibliográficas em bibliografias, notas de roda-pé e outras referências. Nessas observamos indicações que aludem à produção na Universidade de Melbourne – Austrália. Nesta importante cidade

[38] Disponível em : http://ccat.sas.upenn.edu/bmcr/2008/2008-01-12.html ; acesso em 20 de jun. , 2008.
[39] Seria interessante a busca de pesquisas e leituras plinianas na Oceania, Europa Oriental, como também nos diversos países que não compõe os centros de estudos plinianos. Entendemos a Alemanha, França, EUA (por excelência) e Itália (por circunstância geográfica e com menos vigor) como centros de referência nos estudos sobre Plínio.

australiana os artigos e professores notados fazem parte do Ancient Near Eastern Studies.

A Espanha também é referida quando se trata de produção pliniana. Contudo, majoritariamente, trata-se de trabalhos com forte vínculo arqueológico, onde a maioria das referências são incompletas. Podemos ilustrar a produção recente deste país com o artigo publicado em terras brasileiras, no livro *Ética e Política no Mundo Antigo*. Esse livro, que fora organizado com a ajuda de Funari (2001), consta um artigo do professor da Universidade de Barcelona utilizando-se da bibliografia pliniana. *Poder político, visibilid social y honores em la Roma del siglo I d.C.*, de Victor Revilla, trabalha as relações políticas e sociais dentro do *cursus honorum*. Nesse artigo o autor mostra o elemento de confirmação do *status* ou da visibilidade social são as honras públicas ou a carreira política. Num diálogo da epistolografia pliniana (especialmente o *Panegírico*) com os *Anais* de Tácito, Revilla discute tais questões tomando como referencial o papel do liberto no primeiro século.

A Sociedade de Estudos Clássicos e a Associação de Classicistas do Canadá tem colaborado muito com a publicação do *CB*. Tais instituições, juntamente com a Universidade de Toronto, publicam a revista *Phoenix*. Esses dois canais divulgam as pesquisas realizadas naquele país e contam com a colaboração de pesquisadores franceses, ingleses e estadunidenses. Entre as principais publicações plinianas nesses veículos podemos citar a contribuição de Mynors em *C. Plini Caecili Secundi Epistularum Libri Decem*[40], que fora revisto por Goold no número 18 da revista Phoenix. No *CB* destacamos o texto de Dobson intitulado *Pliny the Younger's Depiction of Women*, publicado no ano de 1982. O trabalho mais recente que localizamos está disponível na internet[41]. Trata-se da dissertação de mestrado defendida por Storey em Edmonton intitulada *Bithynia: History and Administration to the Time of Pliny the Younger*.

Na Bélgica verificamos a produção de História Antiga na revista *Latomus*[42]. Esta revista editada com o apoio da Sociedade de Estudos Latinos de Bruxelas tem dois artigos sobre Plínio, o Jovem. *Pline le Jeune, propriétaire foncier* de Merlat, na edição

[40] Publicado originalmente um ano antes em Oxford. GOOLD,G. P. C. Plini Caecili Secundi Epistularum Libri Decem. In: *Phoenix* 18, 1964.
[41] Disponível em http://www.collectionscanada.gc.ca/obj/s4/f2/dsk2/tape17/PQDD_0007/MQ34324.pdf ; acesso em 13. Set. 2009.
[42] Diga-se, de passagem, que o nome desta revista coincidi com a revista Latomus editada em Berlim com textos de Aubrion sobre Plínio. Todavia, a coincidências localiza-se no nome e na temática (Estudos Clássicos), apenas.

número 44, e em 2006 (número 65) um artigo de Staus. Notamos nesse mesmo país, no ano de 1982, a publicação de *Poésie et art figuré de Neron aux Flaveins: Recherches sur l'iconographie et la correspondence des arts à l'époque impériale* por Croisille. Segundo resenhas Croisille trata, mui ricamente, das epistolas plinianas nos capítulos destinados à análise de correspondências.

Na Itália, em virtude da proximidade geográfica com os locais por onde passou Plínio, há farta produção por nós levantada. Nesse país notamos *Saggi Pliniani* de Prete (Bolonha, 1948), *Leggendo Plinio il giovane* de Ussani (publicado em 1970 e 1971), *La critica letteraria di Plinio il Giovane* e *Arte allusiva e stilizzazione retorica nelle lettere di Plínio* de Cova (um de 1966 e outro de 1972, respectivamente), *L'eloquenza di Plinio. Teoria e prassi* de Picone (1978), *Urbs, municipia, villae e studia nell' epistolario di Plínio* de Scivoletto (1989) e *Plinio il Giovano e la poesia* de Arico (1995). Cabe salientar que há sites virtuais italianos com dados referentes a escavações de locais descritos por Plínio, bem como de suas propriedades. Por três análises da obra e das características plinianas[43] Trisoglio é referencial na historiografia italiana sobre Plínio.

Na Inglaterra, Oxford - enquanto centro de pesquisa por excelência - ainda hoje oferece sua contribuição à Antiguidade Clássica por meio da publicação da CQ. Essa publicação é editada com a cooperação dos pesquisadores de Oxford e da Universidade de Nottinghan. Publicadas nessa, podemos lembrar *The Fate of Pliny's Letters in the Late Empire*, escrito por Cameron e editado duas vezes (nº 15: 1965; nº17: 1967). O número 35 (1985) da CQ contou com texto de Sayme (1963) *The Dating of Pliny's Latest Letters*. Além desses textos precisamos citar dois importantes trabalhos: primeiro - o texto de Mynors *C. Plini Caecili Secundi Epistularum Libri Decem*[44], segundo - *Pliny's Correspondence with Trajan* escrito por Hardy em 1989. Contudo, a obra de Sherwin-White (1966) com *The Letters of Pliny. A Historical and Social Commentary,*

---

[43] TRISOGLIO, F. *Opere di Plinio Cecilio Secondo*, Turin, 1973 (Classici Latini, Unione Tipografico Editrice Torinese), p. 49-102.
_____. *La personalità di Plinio il Giovane nei suoi rapporti con la politica, la società e la letteratura*, Turin (Memorie dell'Accademia delle Scienze di Torino. Classe di Scienze Morali, Storiche e Filologiche, série 4, n° 25), 1972.
_____. Le idee politiche di Plinio il Giovane e di Dione Crisostomo . In: dans *Il Pensiero Politico*, 5 (1972), p. 3-43.

[44] Esclarecemos que este é o mesmo artigo citado a pouco nas revistas canadenses. Destacamos que o texto foi publicado inicialmente na Inglaterra e posteriormente foi publicado na América do Norte. Acreditamos, talvez pela importância do artigo, bem como pela relação estabelecida entre os centros e, por últimos, pelo interesse de trazer à tona as discussões e/u os assuntos plinianos, costumeiramente, notamos a republicação de artigos importantes em vários países. Afinal, antes do avanço da internet, os artigos (e as revistas históricas) não tinham a circulação que os livros.

teve ressonância - pois fora comentada por Jones (1968), Syme (1968), bem como por boa parte dos estudiosos dos assuntos plinianos por todo o mundo. Lembramos que essa obra é utilizada em praticamente todos os trabalhos desenvolvidos por brasileiros. Sherwin-White, ao lado de Mommsem, Guillemin e Lefèvre, figura entre os autores mais citados em trabalhos plinianos. Sobre a importância desse trabalho, deixemos que Stadler (2010) explique-nos:

> "*Sherwin-White foi o responsável pela elaboração de um dos grandes trabalhos sobre Plínio, o Jovem: 'The Letters of Pliny: A Historical and Social Commentary', concluído em Oxford na década de 1960. Em um trabalho de fôlego, mais de oitocentas páginas, o autor propôs uma análise de todo o epistolário pliniano, atendo-se às discussões cronológicas e à autenticidade de tais correspondências, bem como ao estudo sistemático do Livro X – fonte primária do nosso trabalho. Ao estudo do Livro X, Sherwin-White dedica uma parte dividida da seguinte maneira: I) A Província; II) Cronologia das cartas da Bitínia e a ordem das viagens de Plínio; III) A complementaridade do Livro X e seu sentido, entre demais pontos, culminando em um 'comentário acerca das cartas privadas do Livro X'* (p. 18).

Antes de tratar da produção dos EUA poderíamos, pelo menos, citar outras obras significativas para os estudos plinianos, as quais, por estarem deslocadas cronologicamente, e não se ligarem diretamente a algum grupo ou meio de veiculação da produção de seu país, foram lembrados posteriormente.

Tão importante quanto Mommsem, podemos citar Lefèvre. *Plinius Studien I-VI*, escrito por ele e publicado na revista *Gymnnasium*, fora muito citado nos trabalhos de Oliveira em virtude de sua importância, profundidade e detalhamento. *Epistolographie und Selbstdarstellung. Untersuchungen zu den Paradebriefen Plinius des Jüngeren*, escrito por Ludolph em 1997, é, recorrentemente, utilizado pelos pesquisadores plinianos de nossos dias. A tese de Dragicevic, defendida em Friborgo, no ano de 1936, *Essai sur le caractère des lettres de Pline le Jeune*, também é notada em grande parte das bibliografias consultadas. Assim como a obra anterior *Archäologischer Kommentar zu den Villenbriefen des Jüngeren Plinius*, onde Förtsch (1993) apresenta e comenta as propriedades plinianas; *Pline le Jeune et la rhétorique de l'affirmation* (1975) e *La correspondance de Pline le Jeune. Problèmes et orientations actuelles de la recherche* (1989) de Aubrion são trabalhos lembrados com grande frequência pelos pesquisadores plinianos. Dessa forma, comprovamos que a produção pliniana é -deveras- múltipla e variada, sendo observadas contribuições de pesquisadores de diferentes nacionalidades, abordagens e interesses.

Os EUA tem, atualmente, a liderança na produção pliniana. Essa liderança se deve a alguns fatores, entre os quais podemos elencar: primeiro, a tradução de grande parte das obras clássicas (inclusive as Cartas de Plínio, o Jovem); segundo, os investimentos em pesquisa e ensino conjuntamente com outras atividades relacionadas com as atividades acadêmicas (as verbas, que são gigantescas quando comparadas com a realidade brasileira, possibilitam a importação de inúmeras obras da Europa, a digitalização de compêndios, a publicação de revistas e artigos em meio impresso e a manutenção de bancos de dados); terceiro, podemos destacar a eficiência administrativa em prol das investigações científicas (pesquisas, índex, teses e artigos publicados são rapidamente colocados em rede para facilitar o desenvolvimento de investigações por meio do acesso aos dados e publicações editadas por pesquisadores nacionais); e, por último, o modelo de produção acadêmica (modelo este que começa a ganhar força no Brasil). É sabido que a produção de conhecimento torna-se cada vez mais dinâmica e é, portanto, inexeqüível esperar meia década para terminar uma pesquisa e publicá-la. Assim, os estadunidenses com um modelo de produção baseada em artigos, às vezes curtos demais, valem-se de seus inúmeros periódicos e revistas científicas para dar agilidade ao processo de multiplicação do saber.

Betty Radice (1962, 1969) talvez seja o grande nome da produção estadunidense, embora menos citada no Brasil que Sherwin-White. Pela iniciativa de traduzir e comentar as Cartas Plinianas, ela propiciou o surgimento de mais pesquisas sobre esse conjunto de Cartas em todo o mundo e, principalmente, nos EUA. Sua introdução às epístolas é extremamente rica, e mostra dados fundamentais sobre das Cartas e seu autor. Há também em sua obra um ótimo apêndice, no qual o leitor encontra referências às inscrições, verificamos uma reconstrução da planta da casa de Plínio em *Laurentum*, tábuas cronológicas com informações da vida pliniana, eventos importantes do Império e valores monetários do período.

Antes de Radice encontramos dois autores: Lowe (1922), que escrevera *A Sixth-Century Fragment of the Letters of Pliny the Younger*. Stout (1954, 1958, 1967, respectivamente), com os seguintes textos *Scribe and Critic at Work in Pliny's Letters*, *The Origin of the Ten-Book Family of Pliny's Manuscripts* e *Pliny's Own Manuscript*. Possivelmente pela extensão e consistência, apenas a primeira publicação é recorrente nas bibliografias consultadas.

No tocante à produção em periódicos e revista, vale citar a dificuldade de descobrir quais eram os artigos originalmente publicados nos EUA, visto que esse país

republica com grande freqüência textos de outras partes do mundo, preferencialmente da Inglaterra. Para exemplificar, podemos lembrar do texto *The Fate of Pliny's Letters in the Late Empire*, escrito por Cameron a pouco citado. Essa publicação fora reeditada pela Cambridge University Press e encontra-se disponível na internet[45]. Além da prática de republicar, existe a prática de disponibilizar títulos, resumos e textos digitalizados para consultas[46]. Nesse ínterim, o site do JSTOR reúne o maior número de artigos disponíveis sobre Plínio. Infelizmente, boa parte não são disponibilizados na íntegra. O internauta, quando trata-se de artigos mais recentes, geralmente, tem acesso a resumos.

As grandes universidades dos EUA publicam, ao menos anualmente, textos de interesse para os pesquisadores da Antiguidade Clássica. Destacamos a Johns Hopkins University Press em Baltimore. Nesse centro há o *CJ*, *Arethusa* e o AJP. Este último fundado desde 1880, dedica-se ao estudo de Filologia, Literatura Clássica, Linguística, História, Sociedade, Filosofia, Religião e Cultura Material. Apesar de não se prender necessariamente à Antiguidade, muitos são os artigos sobre o período. Na edição 100 (1979) do AJP há *Juvenal, Pliny, Tacitus* escrito por Syme; Riggsby publicou na edição número 116 (1995) *Pliny on Cicero and Oratory: Self-Fashioning in the Public Eye*. Recentemente, Norena escreveu para o volume 128 (2007) *The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan*. Por sua vez, *Arethusa* lança desde 1967 artigos na área de cultura clássica. Verificamos na edição de número 31, desta última revista, o texto *Self and Community in the Younger Pliny* , escrito por Riggsby (que é também um dos coordenadores do londrino *Journal of Roman Studies*); na edição de número 36[47] dedicada apenas aos estudos de Plínio observamos *Pliny and Gloria Dicendi*, de Mayer; *Portrait of the Artist as a Figure of Style: P.L.I.N.Y's Letters*, escrito por Henderson e inúmeros outros textos que tem, ao menos, o título ou o resumo na *internet*.

Dos trabalhos recentes publicados nos EUA devemos citar *The Anxieties of Pliny the Younger*, escrito por Stanley Hoffer (1999); *Ashen Sky: the letters of Pliny the Younger on the erupton of versuvius*, editado no *Library Journal* por Patrick (2007) e, por fim, *Hunting for boars with Pliny and Tacitus*, publicado por Rebecca Edwards no ano de 2008 pela Universidade da Califórnia no *CA*;

Antes de concluirmos essa breve descrição da produção pliniana internacional, cabe destacar duas dissertações defendidas nos EUA sobre Plínio nesta década. Em

[45] Veja: http://www.jstor.org/stable/637924 ; acesso em 16 de jun. de 2008.
[46] Infelizmente grande parte dos textos não estão na integra e, por sua vez, quando estão devem ser comprados da Instituição que produziu.
[47] Edição disponível em http://muse.jhu.edu/journals/arethusa/toc/are36.2.html ; acesso 01. Jun, 2008.

2002, Ilaria Marchesi defendeu em seu doutoramento, em Nova Yersey, *The Poetcs of Allusin in the Epistles of Pliny the Younger*. No ano subsequente Carlon apresentou em seu doutoramento, pela Universidade de Boston, *Wemen in the Letters of Pliny the Younger*. Esse último é extremamente útil para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o papel da mulher na obra pliniana e no Império Romano. Há na obra (p. 127, 139, 187) várias tabelas com citações indexadas de figuras femininas e, logo após esses quadros, há uma análise do papel que elas desempenhavam. Seu índex no apêndice, além da caracterização, é remissivo e, por isso, apresenta frequência de aparecimento, locais de recorrência, dados referentes às características das Cartas e outros dados interessantes. Outra característica importante dessa tese é a ampla citação e utilização de revistas e periódicos modernos relacionados com a temática pliniana.

5.3.2. A Produção Pliniana Nacional

Em âmbito nacional podemos nomear dois grandes expoentes da produção pliniana. No campo das Letras observamos a professora da UFRJ Mára Rodrigues Vieira, a qual tem experiência na área de Línguas Clássicas e atua principalmente com orações subordinadas substantivas. Em seus estudos voltados à Gramática e Literatura Latina destacamos o interesse nas Cartas Plinianas. Em décadas de contato com esse conjunto epistolar desenvolveu inúmeras pesquisas. Dentre suas contribuições podemos citar a pesquisa sobre o estilo e orações subordinadas nas Cartas de Plínio, o Jovem. Fruto destas pesquisas podemos destacar análises e apreciações de conteúdos. Infelizmente, parte da produção é de difícil acesso, pois se encontra em anais não digitalizados ou não foram publicados[48]. Contudo, dentre seus outros resultados de pesquisa é de muito valor aos historiadores *A Educação na Roma Antiga* - publicado na revista Calíope (1984), *A beleza literária da Carta II, 17 de Plínio o Jovem* – contido nos anais da XIV Semana de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da UFRJ (1993) e *Cartas: testemunho de uma época* – publicado nos anais do XI Encontro da ANPOLL (1996).

No campo da História é impossível falar em Plínio no Brasil sem tocar no nome do professor da UNESP, câmpus de Assis, Carlos Roberto de Oliveira. Este, desde a década de 1970 dedicou-se aos estudos das epistolas de Plínio e é, sem dúvida, a maior referência nos estudos plinianos na América. Cabe salientar que o pesquisador brasileiro

[48] Não temos os textos que foram apresentados na forma de comunicação ou palestra como *A expressividade de Plínio o Jovem, na Carta VII, 27: Os fantasmas* (1994), *Otium e negotium em Plínio o Jovem* (1995), A linguagem afetiva nas Cartas de Plínio, o Jovem (1999) e *Considerações sobre o estilo de Plínio o Jovem* (2002).

carrega traços da historiografia pliniana da França, possivelmente em virtude do período que passou nesse país, enquanto professor visitante, com a finalidade de desenvolver suas pesquisas. Similarmente à professora Mara, há uma imensidão de artigos, apreciações e análises em locais de difícil acesso, espalhados em diferentes publicações ou encontram-se em posse do mesmo, pois não foram publicados[49].

Em *As propriedades rurais de Plínio, o Jovem: algumas considerações sobre a origem, a superfície e a exploração econômica*, título de sua dissertação para obtenção do título de mestre no programa de História Econômica da USP, já demonstrara seu afinco junto às fontes. Nos agradecimentos nos mostra seu contato com a Escola Francesa (1978, p. 06). Apesar de não apresentar traços concretos da História Nova, o autor (re)elabora métodos de análise e classificações das Cartas baseadas em Sherwin-White[50] e em Mommsen[51] (Idem, p. 26- 28). No decorrer do texto faz uma quantificação e descrição dos bens e da situação econômica de Plínio. Todavia, é por meio do cenário constituído no capítulo IV, no qual ele trata sobre a exploração econômica, Oliveira lançara as bases para suas reflexões do doutorado. Ali o autor apresenta as formas de trabalho, a produção, a questão do colonato e as relações plinianas no meio político para aumentar rendimentos próprios. Mostrando as relações estabelecidas por Plínio no campo, bem como a diferenciação entre uma vida urbana e

---

[49] Segue a relação de textos publicados que OLIVEIRA trata ou cita Plínio: (datação a partir dos mais recentes)
OLIVEIRA, C. R. . *O Direito Romano e o Ensino Jurídico no Brasil*. Ethos Jus, v. 1, p. 10-30, 2004.
_____. *Tese e Antítese: Alguns Aspectos da Cidadania e da Escravidão Na Antiguidade*. REVISTA ELETRONICA NEAM, ASSIS, v. 2, p. 1-17, 1996.
_____. OLIVEIRA, C. R. . *Vetus-Novus:Passado e Presente Na Construção do Discurso Político Em Roma (96-112 D.C.)*. HISTORIA, ASSIS, v. 15, p. 199-214, 1996.
_____. *Doença e Morte: Um Estudo Sobre O Imaginário Político Nas Cartas de Plínio*. ESTUDOS DE HISTORIA, FRANCA, v. 3, n. 1, p. 33-52, 1996.
_____. *Miseria Temporum*: Mito e Perseguição Na Literatura Pliniana. In: CICLO DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 4, 1995. RESUMOS. ASSIS. v. 1. p. 1-2.
_____. *A Literatura Pliniana e Aspectos do Cotidiano Rural No Alto Império Romano (98-112 D.C.)*. REVISTA NEAM, ASSIS, v. 1, 1995.
_____.. Literatura e Historia: A Produção do Imaginário Nas Cartas de Plínio, O Jovem. ANAIS DE ESTUDOS LITERARIOS, SÃO PAULO, v. 4, p. 387-390, 1994.
_____. *O Colonato Nas Cartas de Plínio, O Jovem: A Decadência da Villa e O Incremento da Economia Dominial*. HISTORIA, v. 5, p. 75-83, 1986.
_____. Literatura, História e Economia: A Combinação das Fontes e O Resgate da Historia. HISTORIA, v. 4, p. 79-83, 1985.
_____ . O Colonato e As Formas de Dependência Na Organização do Trabalho No Baixo Império Romano. In: SIMPOSIO NACIONAL DA ANPUH, 13, 1985. RESUMOS
_____ . Escravismo e Colonato: Um Estudo de Caso Na Economia Rural Itálica No Alto Império Romano. In: SIMPOSIO DA ANPUH, 13, 1985. RESUMOS.
Alguns destes faziam parte da reflexão para o Doutorado ou para a Livre Docência.

[50] SHERWIN-WHITE, A. N. *The Letters of Pliny. A Historical and Social Comentary*. Claredon: Oxford, 1966.

[51] MOMMESEN, T. *Zur Lebengeschichto des Jüngeren- Plinius*. Berlin: Hermes, 1869.

outra rural, Oliveira encaminha duas problemáticas que seriam objetos de pesquisas posteriores: a primeira seria a questão do senhorio rural (trabalhado em seu doutorado) e, por conseguinte, a diferença entre o *modus vivendi* (onde o mesmo orientaria um trabalho de mestrado sobre o viver urbano).

O Senhorio Rural nas Cartas de Plínio, o Jovem - doutorado defendido na USP no ano de 1983 - demonstra o amadurecimento das reflexões e a apuração das críticas das Cartas. Neste trabalho, Carlos Roberto utiliza-se dos pressupostos descritivos apresentados no mestrado focando em relações envolvidas no trato social. Analisa as condições dadas para a aceitação/ veiculação de homens provenientes das províncias no aparato público (p. 118). Ele aponta o patronato municipal como elemento de preservação de interesses dos proprietários provinciais (p. 119). Por sua vez, verifica-se as mudanças ocorridas nas relações de trabalho (analisando a atuação do colono frente ao escravo), as diferenças utilitárias e os câmbios no modelo de *villa* – que cedem local aos grandes senhorios. Por fim, apreciando a situação entre o poder imperial e várias regiões do Império, afirma que com essas mudanças ocorridas no governo de Nerva e Trajano "será favorecido o desenvolvimento de particularismos locais em prejuízo da unidade cultural do Império" (p.137).

Com um texto atrativo, seguindo os rumos da História Nova e valendo-se de teóricos como Foucault, Roland Barthes, Burke, Certeau, Tordorov, Le Goff e Nora, Oliveira consegue ler as intenções plinianas. *Memória e Tempo nas Cartas de Plínio, o Jovem*, trabalho que lhe rendou a livre-docência lança algumas proposições valiosíssimas sobre as relações da epistolografia pliniana com o mundo político romano. Oliveira, nesta obra, apresentando as Cartas como elemento mantenedor de memórias (pliniana, do segmento que Plínio pertencia e das disputas no campo político no período de Nerva e Trajano), as considera como elemento fundamental para a compreensão das relações do homem público do período. Assim, Oliveira afirma que "o uso político dessa relação *passado-presente* serve para a manutenção e a consolidação das relações de poder ligadas ao *status quo*, caracterizando-se assim como discurso da situação" (1996, p. 212). Eis aí um dos elementos disparadores da presente dissertação de mestrado!

Carlos Roberto de Oliveira, enquanto pioneiro na pesquisa de Plínio, por décadas legou - além de inúmeras reflexões - vários orientandos que se dedicam ou se dedicaram à análise da produção pliniana. Renata Lopes Biazotto Venturini, Valéria

Cristina Basílio e Andréa Lucia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi[52].

Atualmente, consideramos Renata Lopes Biazotto Venturini[53] a pesquisadora brasileira e, sem dúvida, latino-americana mais importante no estudo pliniano. Essa professora da UEM dedica-se desde meados da década de 1980 às Cartas Plinianas. Os inúmeros artigos publicados, participações em eventos que lhe possibilitaram a explanação sobre questões plinianas, bem como em virtude da familiaridade com a temática dada pelo trato com esses documentos faz de Venturini uma referência historiográfica quando tratamos de Plínio.

O Viver Urbano em Roma: uma leitura de Plínio o Jovem e Marcial, dissertação de mestrado orientada pelo professor Carlos Roberto de Oliveira e apresentada no ano de 1993, além de traçar um panorama das principais atividades desenvolvidas pelos romanos no meio urbano, Venturini tenta compreender as relações estabelecidas na cidade. Usando como ponto de partida as reflexões de Oliveira sobre as relações clientelistas, senhorio e patronato (1983, p. 118-131- Capítulo III), a autora analisa os fatores velados e pouco debatidos nas atividades da *Urbs*. Ao mostrar que as atividades inerentes à vida urbana (alimentar-se, divertir-se, habitar, entreter relações) estão inseridas num conjunto de interesses maiores do que o necessariamente imediato, segundo ela, tais atividades alimentam a rede de relações estabelecidas pelo patronato. Em vista disso, Venturini conclui sua dissertação afirmando que

> *"A vida concreta é pouco descrita na literatura latina, mas algumas questões merecem meditação maior, tal como a organização social romana, para demonstrar a íntima ligação entre a clientela e o funcionamento do poder imperial. A descrição da vida cotidiana romana, não é um fim em si, poderá desdobrar-se, portanto, em novas etapas da pesquisa e deverá ser uma maior contribuição do pensamento e do comportamento romano na sua expressão mais ampla"* (1993, p. 212).

O entusiasmo pela temática, apresentado pela pesquisadora ao término de seu mestrado, confirma-se com o desenvolvimento da pesquisa de doutoramento. *Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana*, defendida na USP em 2000. Neste texto Venturini dedica-se a compreensão das relações de poder em Roma. Para isso, ela verifica as relações patronais na época dos Flávios para analisar as práticas inerentes às Instituições Políticas Romanas.

---

[52] Não incluímos Rossi como fruto da orientação direta de Oliveira. Antes, pelo vínculo de parentesco (paterno) entre eles, onde o *exemplum* deste segundo fora fundamental para estimular as pesquisas de Rossi junto a epistolografia pliniana.

[53] No Brasil, por ventura do matrimônio, as mulheres, costumeiramente, acrescentam ao final sua assinatura o nome do cônjuge. Por isso, a produção de Renata antes do casamento pode ser localizada por meio do sobrenome Biazotto e, por conseguinte, após o casamento, com Venturini. Na bibliografia final adotaremos o sobrenome atual.

Pode-se ainda citar os vários artigos e textos publicados por Venturini sobre a questão pliniana. E, por causa do vigor da produção da autora, possivelmente, no momento de apresentação deste trabalho, outros artigos já estejam ao acesso do público. No montante de artigos por ela publicado, destaca-se em 2008, *Economia e patronato: as doações de Plínio, o Jovem*[54] .Neste texto Venturini dedica-se à análise da prática de fazer doações descritas na epistolografia pliniana. Para isso, a autora elabora um quadro com as doações citadas nas Cartas Plinianas e discute o termo e as ações que circundavam a *liberalitas*. Neste mesmo ano, ainda, notamos a publicação de *Plinio el Joven saluda a sus amigos y familiares: la vida cotidiana romana a través de sus cartas*.

No ano de 2007, o artigo *Educação e Cidadania: os quadros sociais e a doutrina moral estóica no principado* analisou da organização social do principado por meio das relações estabelecidas entre o poder imperial e a ordem senatorial. Neste sentido Venturini mostrou que na nova configuração de poder, onde há um processo de centralização no imperador, o Senado assume o papel de resguardar o *mos maiorum* (p.324). *As palavras e as idéias: o poder na Antigüidade*[55], publicado em 2005, analisa o papel das palavras e das idéias no jogo de poder estabelecidos no Império. Neste sentido, Renata Venturini verifica o vocabulário político de Plínio. Em seu texto tabula o aparecimento de termos recorrentes no trato social e nas relações patronais romanas: *fides*, *amicitia*, *amicus*, *amor/amare*, *fidelis*/*foedus*. Tal encaminhamento conforme afirma Venturini (2005, p. 143), "iluminam o estudo das instituições políticas no Império Romano".

Em 2001 a pesquisadora publicou *Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial*, na revista Acta Scientiarum (da UEM). Esse texto apresentava várias das reflexões de seu doutoramento e explicava o processo de compreensão do patronato e das praticas clientelistas a partir da *amicitia* (conceito recorrentemente notado nas Cartas Plinianas).

Embora não relatamos os inúmeros textos apresentados em trabalho, acreditamos que vários destes não foram publicados em sua íntegra após serem proferidos. Assim, seria interessante a compliação desse rico material para futura

---

[54] VENTURINI, R. L. B. . Economia e patronato: as doações de Plínio, o Jovem. In: Pedro paulo A .Funari; Glaydson José da silva; Adilton Luís Martins. (Org.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008, v. , p. 199-209.

[55] VENTURINI, R. L. B. . *As palavras e as idéias: o poder na Antigüidade*. Diálogos, UEM /DHI, v. 9, n. 2, p. 143-156, 2005. Também disponibilizado no dite da UEM.

publicação.

Atualmente, enquanto referência nacional nos estudos plinianos, a produção de Renata Venturini é utilizada como norte para a tomada de todos os novos estudos. Mas, além dessa influência, podemos lembrar de um de seus alunos que desenvolviam iniciação científica no início da década: Deivid Valério Gaia.

Deivid Gaia, que hoje está concluindo seu doutoramento em História e Antropologia da Antiguidade na École des Hautes Etudes, em Paris. Este, apesar de ter dedicado vários anos de sua produção à obra de Tácito, seu mestrado fora voltado aos estudos plinianos. Sua pesquisa de mestrado era intitulada *Les missives pliniennes et l'éducation du dernier Prince portugais, D. Luiz Filipe*. Nessa, o autor procurava analisar as influências da literatura de Plínio, o Velho e Plínio, o Jovem nos discursos de Júlio de Castilho sobre a imagem de D. Luiz Felipe (Duque de Bragança). Para isso Gaia verificava o processo de criação de modelos de homens corretos para a formação da imagem de D. Felipe.

Sob a orientação do professor Oliveira, Valéria Cristina Basílio desenvolveu a dissertação de mestrado com o título *A Mulher Em Roma: A Condição Feminina Na Literatura Pliniana*. Nesta obra, Valéria analisou o discurso pliniano sobre a questão feminina no recorte de 96 d.C. até o final do período de Trajano (117 d.C.).

Atualmente professora do Departamento de História da Unesp - câmpus de Assis, Andréa Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi[56], elaborou uma preciosidade para os estudos plinianos. Ela, ainda durante sua graduação, produziu um índex pliniano. Este, pelo que sabemos é o mais completo índice de assuntos plinianos, pois difere-se das sistematizações superficiais encontradas em vários autores e ainda não se limita aos correspondentes de Plínio. Neste, a autora elaborou uma completa introdução às Cartas Plinianas, descrevendo suas características, os códices que as formaram, os critérios e processo de trabalho depreendido na formulação desse índex. Além do *index nominorum*, notamos um *index locorum*, um *index genticorum* e um *index vocabulorum*. Destacamos que o índex é divido em dois: sendo o primeiro correspondente aos livros de I a IX e, por conseguinte, a outra parte tratando do livro X (o *Panegírico*). No entanto, esse trabalho de quase quatrocentas páginas permanece sem publicação desde 1994.

[56] Sua produção antes do matrimônio segue o sobrenome paterno: Oliveira. Posteriormente ao enlace vale-se do sobrenome: Rossi. Empregaremos este último como padrão. Assim, as citações de pesquisas plinianas atribuídas à Oliveira são de Carlos Roberto de Oliveira e, diferentemente, atribuídas à Rossi serão da referida autora.

A mesma autora, sob a orientação do professor Sidinei Galli desenvolveu a dissertação de mestrado *Poder e Mito: o Principado na literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem)*. Neste texto, Rossi aborda a elaboração do mito de *optimus princeps* e as relações de poder no Alto Império Romano. Valendo da análise de Tácito, Suetônio e Plínio, Rossi verifica os interesses escondidos atrás dos rótulos atribuídos a Nero e Domiciano, bem como as características laudatórias dadas a Nerva e Trajano. Ali a autora desenvolve a ideia de propagação dos ideais de camadas sociais específicas, a qual Tácito, Suetônio e Plínio fazem parte, no qual o processo de valoração das relações sócio-políticas aparecem como mecanismo de manutenção social (1996, p. 138; também citada por OLIVEIRA, 1996, p. 212).

O ato mui recorrente de citar ou utilizar-se de Plínio em diversas análises sobre a vida romana no fim do século I e início do século II não trataremos aqui. Diferentemente desse ato, Thiago David Stadler debrussa-se desde meados da primeira década de nosso século sobre as Cartas Plinianas. Seus estudos estão focados essencialmente no Panegírico à Trajano, isto é, segundo o referido autor, no epistolário cruzado entre as figuras históricas. Dentre seus últimos trabalhos[57] podemos citar *Virtudes e Amizade na Idealização de um Soberano: Caso visto através do Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano, Construção de uma Imagem Ideal de Soberano: Virtudes e Exaltação em Plínio, o Jovem (98 - 113 d.C), Idéias Iniciais acerca da Análise do Discurso aplicadas no caso da Carta I do Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e o Imperador Trajano* e *Arrependimento e Cristianismo em Plínio, o Jovem*, todos datados de 2008. Destacamos que esses textos fizeram parte do desenvolvimento de sua pesquisa para obtenção do título de Mestre, no presente ano, junto à UFPR: *O Poder das Palavras na Idealização de um Princeps - Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano (98 - 117 d.C)*. Nesse trabalho Stadler presta-se a revisar alguns preceitos sobre a imagem de *optimus princeps* discutida por Fell[58], Parabeni[59], Cizek[60], Bennett[61] e Corassin[62], bem como mostrar a contribuição pliniana

[57] Contamos as comunicações, resumos e textos completos em anais encontrados na plataforma Lattes.
[58] FELL, M. *Optimus Princeps? Anspruch und Wirklichkeit der imperialem Programmatik der Kaiser Traians*. Munich (Quellen und Forschung zur antiken Welt), 1992.
[59] PARABENI, R. *Optimus Princeps. Saggio sulla storia e sui tempi dell' imperatore Traiano*. Messine, 1926-1927.
[60] CIZEK, E. *L' époque de Trajan. Circonstances politiques et problèmes idéologiques. Paris-bucarest* (les Belle Lettres, Collection d'Étude Anciennes), 1993.
[61] BENNETT, J. *Trajan Optimus Princeps. A Life and Times*. Londres & New York, 1997.
[62] CORASSIN, M. L. . *A Idealização do Príncipe na ideologia aristocrática de Roma*. Boletim do CPA (Centro de Estudos e Documentação sobre o pensamento antigo UNICAMP), Campinas, v. 4, p. 197-210, 1997.

nesta construção. Num texto criativo e inovador na forma, o autor traça etapa a etapa o processo de construção da imagem de Trajano. Para isso, mostra como essa imagem é construída a partir de alguns conceitos: dentre algumas das trabalhadas pelo autor podemos citar a *virtus*, a *fides*, a *pietas* e a *disciplina*. Num trabalho consistente, permite o diálogo de Aristóteles, Platão, Cícero e Plínio. Além disso, cabe ressaltar que este se utiliza como contraponto em suas discussões dos referenciais traçados em *As palavras e as idéias: o poder na Antigüidade* por Venturini a pouco citado, das contribuições de Corassin (que trataremos a seguir), como também do tratamento da *virtus* retirado da tese de doutoramento, defendida no programa de Filosofia Antiga da USP em 2006, por Zoraide Feitosa. Apesar de não se valer de um modelo ortodoxo de análise das fontes, pois trafega - concomitantemente – com vários teóricos, laudamos os esforços na utilização dos conceitos de trocas simbólicas e *habitus*, elaborados por Pierre Bourdieu. Salientamos ainda que Stadler apresenta referenciais bibliográficos novos para o trato de Plínio e elabora uma tabela ao fim do trabalho, onde apresenta a recorrência das virtudes no epistolário cruzado. O trabalho de Stadler, assim como o presente, visa verificar as construções elaboradas por Plínio durante o Principado. Mas, nos detemos à representação homem político e seus interesses intrínsecos, que são apresentados nos livros de I ao IX.

A professora da USP, Maria Luiza Corassin também desenvolveu pesquisas utilizando-se de fontes plinianas. *A Idealização do Príncipe na ideologia aristocrática de Roma*[63], publicado pelo CPA, junto à UNICAMP, em 1997, vale-se do Panegírico de Trajano - que fora escrito por Plínio, o Jovem em 100 d.C. A familiarização com as epístolas, possivelmente, ficou mais evidente por meio da orientação da tese de Venturini.

Fábio Duarte Joly, atualmente professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, também já deteve sua atenção sobre a documentação pliniana. Contudo, suas consultas não passaram de artifícios para enriquecer seus trabalhos e, por sua vez, resultaram numa apresentação de trabalho intitulada *A ação do dominus conforme Plínio, o Jovem*[64].

---

[63] CORASSIN, M. L. A Idealização do Príncipe na ideologia aristocrática de Roma. In: *Boletim do CPA*. Campinas, v. 4, p. 197-210, 1997.

[64] Conforme a plataforma lattes: JOLY, F. D. *A ação do dominus conforme Plínio, o Jovem*. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra). Acesso em: 03/ 07/ 2008.

Como última referência nacional, lembramos da professora do PPGLC/USP Marly de Bari Matos. Esta, atualmente, desenvolve pesquisas com a epistolografia pliniana. Nesse sentido, tem focado seus esforços em duas frentes. Na primeira a pesquisadora tem por objetivo estudar o Livro X, onde busca evidenciar o modelo de administração política imperial baseada na *amicitia principis*. Por sua vez, na segunda frente vemos Marly focar-se sobre a imagem da criança a partir da documentação pliniana.

Depois da descrição da situação dos estudos plinianos, bem como do conhecimento das características gerais da vida e da obra desta personagem dedicaremos o próximo capítulo para mostrar as premissas e diretrizes deste trabalho, e os pressupostos para a para entender a representação de homem político a partir das epístolas plinianas. Quanto à questão da crítica da situação historiográfica pliniana, deixaremos às considerações finais.

CAPÍTULO II-

Dos Pressupostos para a Representação de Homem Político

Conforme afirmado a pouco, neste capítulo trataremos dos pressupostos à compreensão da representação de homem político para Plínio. Com o intuito de tornar o texto mais acessível dividimo-lo em duas partes.

Na primeira trataremos das Cartas Plinianas enquanto objetos históricos, demonstrando como se dará seu tratamento afim de compreendermos o processo representativo elaborado pelas epístolas.

A segunda remeterá às bases que Plínio se utiliza na confecção de sua representação. Em primeira instância verificaremos como a *virtus* e, por consequência a *fides* eram utilizadas no período pliniano para qualificar o homem político. Depois, notaremos como Plínio aplica a noção de *virtus* ao imperador, dotando-o de modelo ou representação máxima/ excelente de homem político.

1. Dos Pressupostos da Pesquisa

Mesmo buscando a tão sonhada objetividade científica defendida por Weber, a subjetividade prevalece sobre qualquer forma de expressão intelectual. Segundo Grespan (2005), em artigo publicado no livro *Fontes Históricas*, a objetividade não passa de um acordo de subjetividades. Assim, uma pesquisa ou qualquer produção científica trata-se de um processo de troca (fornecimento-recepção) de ideias.

No intuito de tornar mais palatável as ideias concernentes a representação de homem político produzida por Plínio, apresentaremos agora os pressupostos no qual essa pesquisa se firmou. Diferentemente do texto comum, não tiraremos as arestas que escoram nossa obra. Afinal, fica mais fácil caminhar ou entender o caminho quando tempos o mapa. Assim, além das bases para o desenvolvimento, quando pertinente, falaremos das dificuldades e problemas encontrados.

Nesse processo de apresentação dos pressupostos, dividimos o texto de forma a introduzir, paulatinamente, qualquer leitor ao trato das epístolas plinianas. Nesse sentido, trataremos como o historiador deve encarar e proceder, como também apresentaremos sugestões metodológicas para o trato de cartas. Por conseguinte, detalharemos os limites desse projeto: a seleção da documentação, o recorte temporal e o cabedal para entender as informações contidas nas informações.

Depois dessas informações, passaremos, sem desvios, à problemática da representação do homem político em Plínio.

1.1. A Epistolografia enquanto Objeto de Estudo do Historiador

Com o fim da hegemonia positivista, novos campos se abriram aos historiadores. Este processo intensificou-se com a História Nova. Le Goff e Nora com seus livros propondo "novos problemas", "novos abordagens" e "novos objetos" apareceram com um novo olhar para o fazer historiográfico. Eles, juntamente com outros da terceira geração dos *Annales*, ampliaram o campo de atuação do historiador e – pouco a pouco - revitalizaram a ação desse profissional. Esta geração, sem dúvida, "pode ser definida pela ampliação dos temas de pesquisa e pelo aporte interdisciplinar à história" (FUNARI et SILVA, 2008, p. 71).

Neste sentido, a valorização de outras fontes tornou-se significativa a partir da segunda metade do século passado. A consideração pela figura do indivíduo no processo histórico, bem como as discussões inerentes à memória individual e à memória coletiva fizeram aflorar um tipo de documentação relegada por séculos: as cartas.

Logicamente que no tocante à Antiguidade, em virtude da falta de fontes escritas, as cartas sempre foram levadas em consideração. Contudo, com a entrada de inúmeros tipos de documentos para o cânone oficial do historiador, as cartas foram ganhando estatutos e procedimentos específicos.

Pelo que nos conta Maria Martin (1985), em *Teoria Epistolar y Concepción de la Carta*, que ao tomarmos por base os textos de Homero, é possível propor que as cartas sejam tão velhas quanto a escrita. Afinal o homem precisava desse artifício para uma de suas necessidades básicas: a comunicação. Para os gregos, a carta fora uma consequência, no âmbito escrito, dos discursos falados e do processo de transporte material das informações oficiais (p. 31, 32).

Além disso, vale citar que

> "*dentre as manifestações da prosa antiga, a epistolografia é possivelmente o caso onde surgiu maior número de peculiaridades no que se refere às questões de caráter literário. Sua relação com as formas de vida corrente tem provocado indubitavelmente esta indefinição*" (Idem, Ibidem, p. 11).

Assim sendo, trataremos a seguir das peculiaridades deste tipo de documentação, bem com das possibilidades de análise das epístolas plinianas que guiaram nosso processo de seleção.

1.2. Do Trato Metodológico com Epístolas

A epistolografia - enquanto gênero literário - pode ser analisada por meio da hermenêutica, semiótica, análise do discurso ou qualquer vertente teórico-metodológica estruturalista, que tenha por objetivo analisar sua estrutura intrínseca e extrínseca.

Mas, antes de analisar profundamente a documentação devemos nos lembrar que "os textos literários produzidos tem uma função comunicacional, ou seja, convencer o leitor das ideias que eles contêm" (ROSSI, 1996, p. 34).

Desta forma, o tratamento dispensado à obra literária não se completa no estudo semântico e filológico dos textos, tarefa erudita e necessária ao trabalho do historiador. A problematização do conteúdo da obra literária integra o seu conteúdo no contexto histórico, que, ao mesmo tempo, ela representa e reproduz. É que "a literatura não está *nas* palavras ou na forma de agenciamento *das* palavras, mas em um conjunto de regras que subordinam as palavras a certa forma de comunicação" (LIMA, 1986. p. 194). A tarefa do historiador é, então, manter os fenômenos a partir dos documentos, apoiado

> "(...) *sobre uma realidade ou pelo menos sobre uma ação social e econômica que permita aos homens conservar e inclusive desenvolver estruturas psíquicas susceptíveis de favorecer a compreensão da sua condição e uma tomada de consciência*" (GOLDMANN, 1976. p. 36).

Assim sendo, a obra literária, enquanto documento, é a matéria-prima do historiador, sendo ofício deste interpretá-la. Portanto, "o problema da história como "ciência" consiste no estatuto das interpretações que ela oferece" (LIMA, 1986. p. 199).

Desta maneira, essa obra literária de função comunicacional leva consigo ideias, posicionamentos e significados. Cabe aí ao historiador analisar os dados da mensagem, bem como as características do emitente/ emissor e seus receptores. A análise do discurso e, portanto, passo fundamental para compreender os intuitos que levaram a feitura de determinada carta.

Para entendermos as epístolas plinianas em seu contexto podemos recorrer a passagem a seguir:

> "*Um dos principais componentes do discurso como fala ou narrativa são os significados históricos presentes no imaginário de quem elabora. Cada discurso é, assim, uma representação do imaginário no qual seu autor está inserido. Mas, embora todo discurso seja proferido por alguém- um indivíduo (ou vários) - , esse sujeito (que pode ser o autor de um texto, por exemplo) não é responsável pelos significados que existem em seu discurso, uma vez que nenhum discurso é de autoria exclusiva de seu autor, já que todos os indivíduos fazem parte da mesma memória coletiva*". (SILVA et SILVA, 2006, P. 101).

Para análise das fontes, entendemos que o documento é sempre portador de um discurso que com certeza não é "inocente", como se refere Le Goff (1996 p.221), e deve ser analisado como tal, sob um olhar inquiridor à procura de indícios. No caso pliniano, os sentidos, ideias e propostas são oriundas de preocupações de uma camada social bem definida, bem como de interesses pontuais sobre a participação política.

Segundo Venturini :

> "*As Cartas de Plínio, o Jovem, não são textos inocentes e transparentes. Foram escritas com diferentes intenções e estratégias, que demonstram a forte articulação com o poder político por parte do autor das Cartas e do seu elenco de correspondentes*" (2005, s.p.).

Essas peculiaridades das Cartas Plinianas podem ser confirmadas por sua configuração: latim formal (culto), preocupação estilística, formatação e suporte. Conforme Garraffoni

> "*Em Roma, por outro lado, a escrita era mais difundida. Havia a elaborada por membros da elite que resultavam nos textos clássicos que conhecemos, tanto os literários, como os tratados filosóficos, políticos historiográficos e as inscrições poderiam ser de caráter oficial, que seguiam as normas do latim culto e eram grafadas uniformemente em monumentos e as populares, em geral escritas e latim vulgar, com letras nem sempre regulares*" (2007, p. 117).

O texto, depois de separado de seu autor e das circunstâncias em que foi produzido como diz Eco, "flutua no vácuo de infinitas possibilidades de interpretações" (1993, p.48). Porém o autor adverte que há critérios para limitar a interpretação, justamente para que não se caracterize como uma superinterpretação (1993 p.47). A análise hermenêutica, seguindo o modelo de Eco, se mostra um método de interpretação da fonte, procurando fazer uma análise a partir dos indícios que revelem a intenção do texto respeitando o pano de fundo sócio-cultural de Plínio. Acreditamos que cabe ao historiador, a partir de seu método de análise, reconstituir esse pano de fundo sócio-cultural que permeia e dá historicidade ao texto analisado e percebido como documento, ou seja, fonte histórica. As características peculiares das fontes em questão assumem a necessidade de uma análise dos discursos constituídos a partir de uma produção literária tão difundida e significativa em suas estratégias de veiculação de pensamentos e de ideais político-filosóficos característicos do estoicismo durante o período de 96 – 113 d.C.

E, visto que "o pluralismo e a interdisciplinaridade, antes que tendências paradoxais e condenáveis podem significar, assim, novos engajamentos por parte do historiador" (FUNARI, 1999, p. 44), buscaremos em primeira instância nos valer da

análise do discurso pliniano, aplicando a este o conceito de representação desenvolvido por Chartier (1990). Mesmo assim, não nos negaremos a discutir e pautar em possibilidades metodológicas distintas.

Entendemos como representação como um elemento que possibilita "ver uma coisa ausente", tornando possível a "exibição de uma presença" (CHARTIER, 1990, p. 23). Em outras palavras, a representação, se cristalizada, possibilita ilustrar, substituir ou ser usada, em último caso, como um símbolo ou ícone uma ideia. No caso específico, a noção de representação nos possibilita juntar o conjunto de ideias plinianas dispersas em suas Cartas em prol da formulação de uma noção. A representação de homem político, para Plínio, sinteticamente, exibe, além de si, um conjunto de valores e ideais do universo cultural pliniano.

Retomamos o praticamente superado dilema se a representação seria História. Ou História seria, apenas, a reconstituição fidedigna do fato. Respondemos que

> "*A nosso ver, a História trabalha com ambos, tanto com o fato tanto com interpretação dele, isto é, com o que poderia ter ocorrido – devidamente documentado. É nessa confluência entre o fato histórico e a interpretação do autor que a história se faz particular e universal, sendo de natureza não meramente descritiva, mas filosófica*" (MOTA & SILVA, 2008, p. 152).

Relembramos que a história cultural é tributária dos *Annales*, no entanto não podemos confundir suas variações. Segundo Ronaldo Vaindas, a Nova História Cultural é uma variação ou ampliação dos horizontes traçados pela História das Mentalidades. Nesse processo de (trans)formação teriam saído formas distintas de trabalhar o universo da cultura (1997, p.144).

Dentre os vários herdeiros da tradição francesa dos *Annales*. Poderíamos elencar Peter Burke, que se aproxima da antropologia e continua algumas das considerações elaboradas por Braudel. Vainfas (1997) afirma em seu artigo no livro *Domínios da História* que se trataria da "era braudel" (p. 133.). Por conseguinte, outros herdeiros poderiam ser citados, cada um com o seu diálogo próprio com o conceito de cultura: Guinzburg, Tompson e Chartier (p. 148).

No caso Chartier, diferentemente de Burke, aproxima-se com maior vigor da Sociologia. O diálogo com o pensamento de Bourdieu é latente. Nesse sentido, podemos exemplificar essa afirmação na medida em que Chartier afirma que "tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objetos de lutas sociais, em que estão em jogo sua classificação, suas hierarquizações, sua sagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)" (CHARTIER, 1995, p. 194).

Como sabemos na noção de bens e capital simbólico são uns dos baluartes da teoria de Pierre Burdieu. Chartier apropria-se dessas noções para entender o processo de emissão e recepção de valores culturais. Utilizando-se dos verbetes desta vertente historiográfica podemos dizer que

> *"a contribuição decisiva de Roger Chartier para a História Cultural está na elaboração das noções complementares de 'práticas' e 'representações'. De acordo com este horizonte teórico, a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos 'entre práticas e representações', como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos 'modos de fazer' e aos 'modos de ver'"* (BARROS, 2005, p.131).

Salientamos aqui, que apesar de não serem verificados de formas isoladas nos estudos de Chartier, nosso trabalho não vai trabalhar a dicotomia prática-representação. Conforme apresentado no título e, por sua vez, no decorrer do texto, prezaremos em verificar apenas o processo de representação do homem político para Plínio, isto é, verificaremos as formas pelas quais Plínio observa, recebe e elabora diversas informações e valores recebidos no processo de elaboração dessa representação.

Sabemos que o processo de emissão desses valores, dado – essencialmente – pelo *mos maiorum*, constitui uma prática social. Assim como o processo de divulgação, via suas Cartas, da representação do homem político também é uma prática social.

Sendo assim, nossa preocupação assemelha-se a de Chartier, pois

> "*Desembaraçando-se das etiquetas que pretendo identificar os pensamentos antigos, os [que] marcaram na realidade, a tarefa dos historiadores do movimento intelectual (como escreve Febre) é acima de tudo reencontrar a originalidade irredutível a qualquer definição à priori, de cada sistema de pensamento, na sua complexidade e nas suas mudanças*" (1990, p.33)

O trabalho que aqui se apresenta visa, em suma, tornar mais claro o sistema de pensamento pliniano no que concerne a noção de homem político e, por conseguinte, entender em que contexto se dá tal representação. Segundo Barros, o fazer historiográfico por meio da História Cultural com as contribuições de Chartier acomplam quatro noções. A "cultura" possibilita construir o universo analisado, que é perpetuado pela "linguagem" ou comunicação. E, finalmente, temos as "práticas" e "representações" (2005, p. 129). As Cartas Plinianas são imbricadas num ambiente cultural próprio, que dialoga com vários inter-textos distintos: a cultura imperial, a cultura senatorial e aristocrática e a cultura popular, por meio do trato de Plínio com seus empregados, pessoas que lhe intervém cotidianamente e funcionários públicos de

baixo escalão. A leitura pliniana do cenário em que está inserido possibilita-o receber, perpetuar, contestar e reformular valores. E, por sua vez, suas Cartas fazem o papel de um canal comunicacional, possibilitando por meio da literatura epistolar (linguagem) difundir sua forma de ver o mundo, ou seja, sua representação de mundo. Pois trabalhar com representações "engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida" (LE GOFF apud BARROS, 2005, p. 135).

Haja vista que segundo Chartier, o interesse central da História Cultural é "construir uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais" (1990, p. 26), prezaremos em verificar o processo e os interesses plinianos na construção da representação de homem político[1].

Ainda sobre as condições metodológicas, é mister lembrar que o estudo das sociedades da antiguidade esbarra quase sempre nos limites impostos pela escassez de documentos e na precariedade de dados disponíveis, sem ordem cronológica e sem datas seguras.

É preciso, por isso, muitas vezes detectar nos documentos adições e notas e comentários posteriores, além da questão dos estereótipos nas indicações de autoria (ROCHA, 2004, p. 37). Sendo assim, mostra-se necessário tomar cuidado com as informações, buscando analisá-las de maneira crítica. Dessa forma, ao nos debruçarmos sobre o relato de Plínio, o Jovem, temos que ter este olhar minucioso, procurando respostas aos seus silêncios e decifrando o que existe nas entrelinhas.

Conformemente, para o historiador, manter este foco na problemática das documentações faz-se necessário pelo respaldo em fontes que contenham introduções críticas, bem como demonstrem a respectiva origem do documento. De posse de fontes com tais características, procede-se o processo de seleção destas. Sobre esse processo de seleça passamos a discorrer agora.

[1] Informamos que completaremos as considerações sobre o conceito de representação mais a frente: no item 1.5 deste capítulo.

1.3. Dos Critérios de Seleção das Cartas

Durante o período das atividades da presente pesquisa prezamos pela utilização das 3 (três) edições das Cartas de Plínio o Jovem, que foram:

PLINE LE JEUNE. *Lettres*. trad. A.-M. Guillemin. Paris, Belles Lettres, 1953. 4 vols.

_____. *Lettres*. trad. C. Sicard. Paris, Garnier, 1931. 3 vols.

PLINY THE YOUNGER (Caius Plinius Caecilius Secundus). *Letters*. trad. William Melmoth. Londres, W. Heinemann, 1958. ("Loeb Classical Library"). 2 vols.

Todas as edições utilizadas oferecem dados informativos, em suas respectivas introduções, sobre:

a) *a vida de Plínio o Jovem* - nascimento, família, educação, atividade advocatícia, carreira pública;

b) *a correspondência* - atividades literárias, círculo literário, publicação das Cartas, valor literário das Cartas, significado histórico da correspondência.

No entanto, o texto básico empregado foi da segunda edição, de 1962, da «Collection des Universités de France», publicada pela «Société d'Édition "Les Belles Lettres"», sob o patrocínio da «Association Guillaume Budé», e traduzido por Anne-Marie Guillemin.

A edição da «Belles Lettres» apresenta um texto baseado nos *códices* conhecidos, como por exemplo, o *Codex Mediceus*, o *Codex Vaticanus*, o *Codex Ashburnham*, o *Codex S. Marci*, entre outros, que serão citados no anexo final[2].

As Cartas de Plínio, o Jovem são exercícios de prosa graciosos sobre vários assuntos e ocasiões. Incidentalmente, entretanto, elas nos dão detalhes interessantes a respeito da vida romana e costumes em seu tempo.

A cronologia dos primeiros nove livros, considerando-se que nenhuma das Cartas é datada, tem sido muito disputada (MOMMSEN,1869, 31-139). O autor a pouco referenciado apresenta interessante discussão sobre a datação das Cartas. Parece provável que, no conjunto, Plínio, o Jovem publicou-as em três grupos (I-II, III-VI, VII-IX), saindo o primeiro grupo em 97 ou 98 d.C., e o último entre 108 e 109 d.C. O décimo Livro deve ter sido publicado após a sua morte, por alguma pessoa desconhecida (GUILLEMIN, A.-M).

As Cartas estão distribuídas em número desigual nos Livros, o que pode confirmar a declaração do próprio Plínio, o Jovem na Carta I.1.1.: “Coletei-as sem

[2] Vide anexo.

observar a ordem do tempo [das datas] (visto que eu não compus uma história)"[3]. Esta observação, aparentemente despretensiosa, pode significar o conteúdo de uma demonstração da sabedoria de seu tempo, pois Plínio, o Jovem representa um segmento intelectualizado e extremamente ligado aos governos de Nerva e de Trajano, nos quais ocupa postos importantes que permitem, inclusive, a condução ideológica dos tempos imperiais daquele momento.

Guillemin salienta as características das epístolas plinianas e aborda três princípios para análise das Cartas: o caráter do autor, contexto social romano e a estilística pliniana (1938, p. 1).

Por sua vez, é com base na obra de A.N. Sherwin-White, *The Letters of Pliny. A historical and social commentary* que levantamos características específicas das Cartas, bem como seus respectivos contextos. Salienta-se, ainda, que a leitura das Cartas de Plínio o Jovem sugere, portanto, uma *varietas* de conteúdo, de temas e de assuntos. Esta *varietas* deve-se às diferentes atividades desenvolvidas por Plínio, o Jovem, podendo-se considerar como a mais importante delas a sua condição de homem público e o círculo de suas relações pessoais.

Neste sentido, as Cartas, inicialmente, por nós selecionadas estão relacionadas à temáticas inerentes ao trato do homem político, ou seja, à prática do cidadão romano durante o Principado. Destacamos que o processo de seleção foi extremamente árduo e consistiu em três etapas. As duas tentativas iniciais de eleger um grupo de Cartas mostraram-se ineficazes. Em primeira instância, elegemos a divisão das Cartas elaborada por Sherwin-White[4]. Nessa divisão, recorreremos às Cartas que registram a "Vida Pública" em seus aspectos políticos e históricos. No entanto, após a tradução de várias Cartas, não foram encontrados elementos suficientes para dar fôlego há proposição deste trabalho. Antes, em sua maioria, as Cartas tratavam das relações econômicas, das trocas de favores (clientelismo) cotidianos, sobre atuações junto ao Senado, bem como dos processos jurídicos defendidos por Plínio. Apesar de ligados com o homem político, notou-se a ausência de justificativas plinianas para as ações narradas que fortaleceriam a ideias de representação de homem político. Afinal, precisávamos de Cartas que, por meio das alegações morais plinianas, apresentassem o substrato fundamental para o presente trabalho.

---

[3] [*"Collegi non servato temporis ordine (neque enim historiam componebam)"*]

[4] Trata-se da divisão temática elaborada em SHERWIN-WHITE, A. N. *The Letters of Pliny. A historical and social commentary*. Oxford: Clarendon Press, 1966. Destacamos que essa divisão será apresentada em anexo.

Posteriormente, tentamos verificar se tinha material substancial à análise das Cartas por meio de um índex remissivo. Nessa segunda tentativa, buscamos os vocábulos *fides* e *virtus* (e suas derivações) no *Índex* elaborado por Rossi (1994) [5]. Mas novamente essa proposição não logrou êxito. Embora aparecessem algumas proposições plinianas nas Cartas, por se tratar de casos esporádicos nos acometia o medo de lançar hipóteses que não se comprovassem, ou faltasse material para comprovação.

Na terceira tentativa, valendo-se do índex a pouco citado, começamos a buscar indícios nas Cartas que tratavam da *fides* e da *virtus*. O interlocutor de Plínio, o assunto abordado ou a caracterização de alguma prática remetia, geralmente, a outra Carta. Assim sendo, verificando os indícios deixados por cada Carta, selecionamos algumas palavras-chave para buscar a visão pliniana. Além de *fides* e *virtus*, verificamos também *Nerva*, *Domitiano* e *liberto*. Do cruzamento desses conceitos com os termos *princeps, mos, maiorum* e suas variações saiu o maior número das Cartas escolhidas.

Informamos que não fomos totalmente fiéis a este processo porque as Cartas não seguem um rígido controle. E, inclusive, é comum verificar que o assunto de uma Carta prolonga-se, às vezes, por outra correspondência, e, ainda, pode retomar o assunto debatido numa terceira. Também não nos prendemos à referência cronológica das espístolas. Afinal, segundo Plínio, não há preocupação com ordem cronológica (Carta I 1). Verificamos que também não há preocupação com sequência temática ou de correspondentes, pois por várias vezes um mesmo assunto ou correspondente são separados por dezenas de Cartas com assuntos diversos. A titulo de exemplificação, podemos dizer que a Carta II 6, por exemplo, dialoga com a VIII 23, assim como IV 10 com VI 18 e XI 2; VII 20 com VIII 7 e IX 23.

Dessa maneira, num rol de cerca de 30 Cartas traduzidas[6] conseguimos isolar o discurso plinianos sobre o homem político e suas virtudes. Não em todas, mas em algumas destas Cartas que não estão concentradas em nenhum dos nove (I – IX)

[5] Trata-se do projeto de iniciação científica, junto à FAPESP, no ano de 1994 por Andrea L. D. C. Rossi. Informamos que o fragmento do índex que remete as cartas cujo conteúdo apresenta *fides*, *virtus* e *liberto* serão apresentados no final deste trabalho.

[6] Salientemos de antemão que em virtude de nossa história, conjuntamente com o montante de cartas e o tempo para término deste projeto de pesquisa não nos preocupamos com uma tradução fidedigna (se é que isso exista!). Ao invés de nos preocupar meticulosamente com a parte sintática, preferimos entender o documento posto por seu contexto e semântica. Aproveitamos para reiterar a importância da tradução de inúmeros autores clássicos para o português brasileiro - isso inclui as obras plinianas. Pois, sem dúvida, o texto numa língua acessível facilita novas pesquisas desde a graduação, alavanca pesquisas existentes por não carecer de traduzi-lo apenas para comprovar sua pertinência ou conhecer sua essência, bem como aproxima o conhecimento do público geral. Informamos que todas as cartas analisadas, ou seus respectivo excerto (não meramente citada, isto é, que sua análise é fundamental para a compreensão deste trabalho) serão apresentadas ao fim da página em nota de rodapé para facilitar o cortejamento.

primeiros livros de Plínio, onde focamos nosso trabalho e apresentaremos a seguir.

1.4. Do Recorte Cronológico

O Principado é caracterizado por um período de transformações sócio-políticas (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 175, 176). Um fato marcante do início do período imperial talvez seja que

> *"O estabelecimento do regime imperial reduziu consideravelmente sua influência e suas atribuições [do Senado]. A nova divisão do poder mostrava a passagem de um regime de assembléia, dominada pelo Senado, para um regime que se pode qualificar de monárquico confiando ao imperador – princeps -, um amplo poder pessoal sem suprimir as instituições pré-existentes* (VENTURINI, 2007, p. 323)*"*.

Segundo Rostoztzeff (1961) e Venturini (2007), o modelo imperial adotado por Augusto vale-se de regras advindas do período republicano. Uma delas diz respeito à investidura do imperador. Pois, a partir de Augusto, tal incumbência torna-se dever da instituição responsável por representar o *mos maiorum*: o Senado.

Além destas novas configurações políticas, a sociedade começa pouco a pouco se estruturar por novas dinâmicas. A complexidade sócio-econômica fundada a partir de vários movimentos (ascensão de libertos, maior flexibilização social nos estratos mais baixos e o aumento do poder das aristocracias provinciais) que vão aumentando paulatinamente durante o Principado chamando a atenção da elite romana.

No período de produção da literatura utilizada para a pesquisa, o Principado romano apresentava aspectos diferenciados de poder, sem, entretanto, que se possa afirmar que o Principado tenha perdido a sua verdadeira condição de regime especialmente marcado pela concentração do poder individual do Imperador romano (ROSTVTZEFF, 1961, 175). Lendo as *Cartas* de Plínio, o Jovem nota-se a referência à situação de outros momentos do Principado para justificar o próprio momento vivido pelo autor das Cartas. Um exemplo disso são as citações de Nero e de Domiciano, destacando aspectos comuns a ambos: as perseguições políticas, os confiscos de bens e o crescimento do papel do *libertus* nos quadros da administração imperial (REVILLA, 2001, 253- 254). Plínio, por exemplo, remete-se com desonra ao período de Nero e Domiciano. No início da Carta I 5, ao analisar a atuação do senador Marco Régulo, critica a atuação do senador em consonância com os governos citados. Nessa Carta Plínio critica a ação de delator depreendida por Régulo, onde teria causado inúmeras injustiças. O primeiro parágrafo da Carta reza:

> *"Já vistes [Voconio Romano[7] – destinatário] alguém mais indigno e covarde que M. Régulo após a morte de Domiciano? Cuja gestão havia cometido infâmias não menores que as realizadas sob Nero. Começou a acreditar que estivesse irado com ele, e não se enganava: estava irado!"*[8] (Carta I 5:1)

Vejamos também a Carta IV 11, remetida a Cornélio Miniciano[9], que trata do senador Valério Liciniano[10]. Este último, que para Plínio dominava a retórica e era um dos melhores advogados forenses de Roma, fora incluído no processo da vestal Cornélia, sendo portanto exilado. Para Plínio, Domiciano estava fora de si ou pertubado, era acometido de ódio, inveja ou cólera[11]. Neste período, graças à conturbação e às mudanças socioeconômicas, o Principado passa por uma revisão de conceitos devido à emergência definitiva das aristocracias municipais e provinciais.

Outra consideração importante é a noção dada ao período pliniano ao vocábulo *invidia*. Esse vocábulo era recorrente nos discursos estoicistas, bem como na adjetivações epistulares. Contudo, uma de suas aplicações mais comuns está na máxima ciceroniana: "a inveja é inimiga da virtude"[12]. Mais que nos detalhar na compreensão de *invidia*, notemos que tal adjetivo se contrapõe à *virtus*, que é o adjetivo ou qualidade básica para o exercício para o homem político. Na Carta a pouco referida Plínio analisa a situação de Liciano, o período de Domiciano é apontado como injusto. Em virtude das injustiças que observava no período, Plínio, nesta Carta, conclui que em virtude deste [o julgamento] ele estava inflamado pela crueldade e injustiça[13]. As falas plinianas contribuíam para criar uma oposição, abismo entre as gestões de Domiciano e seus sucessores. Tal ideia fora a base para, por meio de seus discursos, construir uma imagem divina de Nerva e Trajano.

Apesar de apresentar-se como período de mudanças nas bases sociais, o período

---

[7] Trata-se de Gaio Licínio Macrino Voconio Romano, equestre, natural da Hispania, que ascendera à carreira pública em período análogo a Plínio.

[8] ["*Vidistine quemquam M. Regulo timidiorem humiliorem post Domitiani mortem? Sub quo non minora flagitia commiserat quam sub Nerone sed tectiora. Coepit vereri ne sibi irascerer, nec fallebatur: irascebar*"].

[9] Cidadão de Bérgamo, de ordem equestre, pelo qual Plínio se esforçara em inserir na vida pública. Segundo a *Carta* VII 22, Plínio busca um tribunato militar para Miniciano.

[10] Segundo a própria carta, trata-se de um senador que atuava com advogado. Este, fora exilado durante o governo de Dominciano. Na presente carta Plínio analisa o julgamento de uma vestal, que teria violado seu voto de castidade, possivelmente com o referido advogado. Durante a narração, observamos a oposição: Liciniano na defesa e, por conseguinte, Domiciano na acusação da ré.

[11] ["*Fremebat enim Domitianus aestuabatque in ingenti invidia destitutus*]. É mister destacar que nas traduções para o francês e inglês observamos os termos fora de si e pertubado. Entretanto, no dicionário Latino-Português de Cintra e Cretela Júnior, cita a utilização do verbete por Plínio no sentido de "pertubação de espírito" (1944, p. 39).

[12] ["*In invidia est virtus*]

[13] ["*Ardebat ergo Domitianus et crudelitatis et iniquitatis infâmia*"]

de Nerva e Trajano (96 – 117 d.C.)[14] são costumeiramente apontados como período áureo do Principado. A escolha do período, além da documentação pliniana, que é redigida no período, chamou-nos a atenção a singularidade entre essa passagem de poder. Afinal, Trajano tinha um requisito que o rechaçava imediatamente: não ser italiano. Para entender a questão vale a pena retomar um resumo da biografia dos dois imperadores.

De acordo com o *Dictinary of Ancient History*, Nerva, além de ser por duas vezes cônsul, estabeleceu bom relacionamento com o Senado e criou mecanismos para ser bem quisto pela população. Criou a *alimenta*, instituiu um grupo de homens para verificar os assuntos administrativos de cunho financeiro do Império e, por sua vez, efetuou todos os pagamentos que prometera ao povo a ao exército. Ele anistiou os perseguidos políticos de seu antecessor (Domiciano) e, pouco antes de morrer, assim como Galba, adotou um filho que gozava de boas relações com o exército (1994, p. 435).

Trajano, que também é descrito pelo mesmo dicionário, é mostrado como filho de um aristocrata (cônsul) provinciano da Hispania, onde liderou tropas na Germânia Superior. Ele aparece como co-imperador junto a Nerva a partir do ano de 97. Em virtudes de seu apego aos assuntos militares, seu processo de expansão e suas inúmeras obras públicas (dentro e fora de Roma), ele não parava na *Urb*. Isto possibilitou que desenvolvesse fortes laços com as províncias (Idem, Ibidem, p. 645, 646).

Diferentemente do provável, Trajano ganhou prestígio, sendo considerado por alguns como o ápice da Civilização Romana. A explicação consiste no processo de transmissão simbólica advindos de Nerva e da construção da imagem de *optimus princeps*[15].

Graças a esses fatores a historiografia consagrou o período. Rostovtzeff, por exemplo, afirma que "com Nerva e Trajano têm início um novo capítulo da história do Principado, no qual a característica principal é a harmonia entre a autoridade suprema e a comunidade" (1961, p. 207).

No que se refere ao epistolário pliniano, podemos seguir a leitura da Carta IV 11. No final dessa Carta, o autor elogia as atitudes tomadas por Nerva quanto a situação de Liciniano. Plínio afirma: "Mais tarde, entretanto, se transladou à Sicília por causa da

[14] Reiteramos que o período em discussão compreende os dois governos, porém limita-se ao suposto ano da morte de Plínio: 113.

[15] Para obter mais detalhes sobre esta questão veja: BERANGER, J. *Recherches sur l' aspect l'ideologique Du Principat.* Velarg Friedrich Ag Basel, 1953.

clemência do divino Nerva, onde agora ensina retórica e se vinga de sua fortuna em seus discursos”[16]

Recorrendo a reflexões lançadas por Fell (1992), Cizek (1993) e Rossi (1996), nos parece que esta abordagem é fruto de um discurso proveniente das condições históricas apreciadas pela aristocracia fundiária romana durante o período dos Flávios e no período dos Antoninos. Sendo, portanto, um objeto historiográfico que necessita de mais atenção.

Isto posto, o presente trabalho volta-se para a visão pliniana sobre o período de Nerva e Trajano e, por conseguinte, sua relação na construção da representação de homem político efetuada nas epistolas.

Salientamos que a historiografia greco-romana em muito ajudou na criação desse pensamento de decadência romana, como ressalta Le Goff (2005), levando muitos estudiosos a pensarem o Principado como um período em que os valores religiosos e morais da cidade deveriam ser restaurados, principalmente a partir do resgate da prática religiosa e política fundamentada no *mos maiorum*. Deve-se ressaltar que Antiguidade desconhecia o sentido de decadência, podendo apenas ser percebida de uma perspectiva religiosa, especificamente no crescimento do cristianismo, que surgiu supostamente para suprir toda essa carência de valores morais (GRIMAL, 1995, 141).

Abordaremos a problemática do poder imperial numa fase singular da história romana, que é aquela que se segue ao governo de Domiciano (encerrado no ano 96 d.C.) e vai até o final do reinado de Trajano (no ano 117 d.C.). A segunda metade do século I d.C. foi marcada por frequentes movimentos militares e civis que tornaram instável o poder imperial. Dois momentos expressivos acontecem nos reinados de Nero e de Domiciano. Ambos resultam de permanências que ficaram das mudanças operadas em Roma e que levaram à queda da República e ao advento do Principado. Desde o final da República já se percebia o desgaste das instituições tradicionais (principalmente do Senado) e o crescimento do poder pessoal (através do *imperium*), sob o patrocínio das novas gentes (*novi homines*) (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 175). O Principado vai inaugurar um período da história de Roma baseado no apoio das províncias ao poder da *Urbs*, cujo período a historiografia afirma abrir caminho para a famigerada *pax romana*.

[16] [“*Ex quo tamen postea clementia divi Nervae translatus est in Siciliam, ubi nunc profitetur seque de fortuna praefationibus vindicat*”].

A ascensão dos *novi homines* e dos *liberti* é o aspecto mais importante a considerar na "evolução" do Principado romano no I século d.C. O estudo de diversos setores da vida pública e privada romana no período revela essa importância graças ao grande prestígio dado pelos homens de origem recente como a vida militar, a vida doméstica, as atividades culturais e a vida administrativa (Idem, 183). "Estes aspectos estão visivelmente presentes na documentação pliniana e devem ser analisados sob a perspectiva da elaboração de *exempla* e de relatos intencionais ou não intencionais para a difusão das idéias políticas romanas" (SOUZA, 2006, s/p). Neste período, a estrutura estatal se amplia, fazendo com que o Imperador se indisponha com grupos políticos prejudicados pelo vazio do poder em que são colocados. A oposição ao poder, anterior a Trajano, é inspirada pelo estoicismo e busca um novo equilíbrio no resgate da *res publicae*, da liberdade e da tradição. Em várias ocasiões, as *Cartas* demonstram passagens que representam os conflitos políticos. Plínio, o Jovem relata práticas políticas fundamentadas no clientelismo e que devem ser analisados.

Para se afirmar no poder, o Imperador busca novas significações no passado buscando o apoio dos *novi homines*. Nero foi o primeiro a agir nesse sentido perseguindo aqueles que eram contrários a seus interesses, principalmente os filósofos estóicos e as famílias tradicionais, confiscando os seus patrimônios. Após a morte de Nero, nos governos de Vespasiano, Tito e Domiciano (os Flávios), cresceu o poder dos *novi homines* e, principalmente sob Domiciano, permaneceu a perseguição às idéias de liberdade. Com a morte de Domiciano, o *vetus* Nerva assume o poder com o papel de colocar como seu sucessor um cidadão que conciliasse principado e liberdade. Seu governo foi de transição. Com Trajano, que o sucedeu, confirma-se no papel do *Princeps* o ideal de conciliação, de homem, de cidadão, de pai, o que se contrapõe com a idéia de deus, tirano e senhor. A virtude mais apreciada no *Princeps* é a *moderatio*, que equilibra as demais, afasta os excessos e cria a harmonia.

"Mas os fatores políticos e econômicos não teriam bastado para provocar essa evolução dos costumes e da prática sem a influência dos filósofos" (GRIMAL, 1993, 98). Haja vista que a política em Roma era ligada por meio de uma amálgama vital: a religião. Cabe entender, portanto, como o *mos maiorum*, que bebe na fonte do estoicismo, estava imbricado nas representações do cidadão romano visto que em Roma "nem seque podia falar em um poder laico" (SCHEID, 1992, p.60).

A postura ideológica de Plínio, o Jovem manifesta-se de acordo com a condição dos seus ouvintes, já que todos participam, em tese, do mesmo grupo social, ou se identificam com ele, cujo discurso apresenta pontos comuns, que os relatos carregados de refinamento, até de pedantismo, não conseguem esconder.

Nesta linha, conforme mostrado no capítulo inicial, Plínio, o Jovem pode ser visto como peça chave para compreensão destas inquietações. Visto que iniciou a vida pública muito cedo. Provavelmente, em meados da década de 80 d. C. ele já estava na *questura*. Em 96 d.C. com o início do governo de Nerva, Plínio já tinha parâmetros pessoais para analisar as mudanças e permanências advindas da Época dos Flávios, principalmente do período de Domiciano. Para ilustrar este quadro das representações políticas romanas na época de Nerva e Trajano, utilizaremos a documentação pliniana.

A epistolografia pliniana, além de descrever as condições de seu período de confecção (a partir de meados da década de 90 d.C.), reconstituem as representações históricas do grupo social a qual Plínio é pertence. Retrata as condições e ideias vigentes no período de Nerva e de Trajano. Sendo, portanto, instrumento valiosíssimo para traçar as representações de homem político a partir do *mos maiorum* no período supracitado.

1.5. Das Bases Teórico-Medológicas

Depois de quase todas as bases desta pesquisa apresentadas, nas próximas linhas dedicaremos à relação entre elas e o suporte teórico principal de análise: o conceito de representação alicerçado por Chartier (1990). Este conceito se insere num capítulo da historiografia intitulado história cultural. Uma forma diferenciada de ver a história, “uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social” (CHARTIER, 1990, p. 19).

A partir de uma abordagem histórica cultural, conforme afirmado por vezes neste texto, pretendemos identificar os ideais morais do Principado e os anseios aristocráticos, por meio da construção de representações estóico-romanas no I e II séculos.

Propondo que o conceito de representação tome um sentido mais particular e historicamente mais determinado, o autor conceitualiza representação como a exibição de uma presença, como a apresentação pública de algo ou de alguém (CHARTIER, 1990 p.20). Dessa forma, a construção de uma imagem de homem político é uma

representação dos ideais da aristocracia romana, sendo interiorizados de forma inconsciente a partir de um sistema de representações e de valores que não precisam ser explicitados para que uma sociedade a partilhe (CHARTIER, 1990 p. 41). A partir do conceito de representação poderemos traçar esses ideais políticos-filosóficos romanos, ou seja, a visão de mundo romana, representados na epistolografia pliniana.

Valendo-se desta teoria/abordagem buscaremos, por meio do *mos maiorum*, relacionar a religião com as visões de mundo, entendidas como de caráter religioso ou não e nas suas articulações com as demais formas de representação nas diferentes estruturas e organizações sociais romanas durante o Principado. Tais relações se articulam entre o individual e o coletivo, e se revestem de variadas formas de poder. A historiografia atual tem demonstrado a importância do estudo das religiões e das práticas religiosas em diversas sociedades, desdobrando-se em tendências inovadoras de interpretação dessas manifestações.

Outro ponto importante que será trabalhado com o conceito de Chartier será a representação de homem político no período em questão. É importante ressaltar que o significado do termo "político", tanto para os gregos quanto para os romanos na Antiguidade, designa mais do que simplesmente estar engajado às questões políticas, significa desempenhar todas as obrigações de um cidadão, como se casar e gerar filhos, ser piedoso e participar da vida pública. Estes aspectos pragmáticos são possíveis de ser identificados na literatura pliniana como poderemos identificar posteriormente na apresentação da documentação.

Para um romano, a família é o princípio fundamental da vida, pois era por meio dela que os cultos religiosos da família (ancestrais) eram prolongados, por isso a necessidade de se ter filhos. Em vitude dessa lógica Barrow (1992, p. 16) afirmou que "a religião romana foi a primeira religião familiar e, de sua extensão [temos] o Estado". Logicamente que é complicado discutir a primazia romana na questão e nem queremos isso. Antes, vale notar a importância atribuída à essa instância, que ganha estatos e atributos específicos, podendo ser considerada uma instituição que amplia a educação estatal no mundo romano. Dessa forma, os filhos, que educados de acordo com os preceitos da *humanitas*, transmitem à posteridade todo o *ethos* da sociedade romana. Com isso em vista, Claude Nicolet pôde dizer que o "homem político ideal é o *bonus* ou o *optimus civis*" (NICOLET, 1992, p. 44).

Ressaltamos que esta separação entre o segmento político, social e religioso no mundo romano é um instrumento metodológico para tornar exeqüível o trabalho e sua

compreensão. Contudo, na sociedade romana estas categorias estavam imbricadas mutuamente e, possivelmente, a amálgama social era a filosofia. “Influenciado pelas modificações ocorridas no Império Romano, o estoicismo reformulou sua doutrina política” (ROSTOVTZEFF, 1961, p. 183) e influenciou profundamente o pensamento e práticas da aristocracia romana.

Este estoicismo não estava voltado para o crescimento do cristianismo, uma vez que este se caracterizava no I e II séculos apenas como mais uma das seitas que entravam em contato com o Império Romano. Pelo contrário, estava voltado para a ação da *virtus*, um dos valores englobados na *humanitas* ao lado da *pietas* e da *fides*, que significam respectivamente, respeito aos deuses e aos homens e o cumprimento dos seus deveres políticos (BARROW, 1992, P. 25). Em outras palavras, o estoicismo agia como mecanismo aglutinante de valores romanos inerentes à vida política.

Nas palavras de Grimal, “os deuses não ordenam aos homens que se conduzam desta ou daquela maneira, apenas exigem o cumprimento dos ritos tradicionais” (1984, p. 68). Dessa forma, é importante analisarmos os aspectos intrínsecos à representação do homem político, tanto os religiosos como os políticos, por meio do estoicismo, pois a partir dessa análise perceberemos a relação entre a proposta de Plínio e os anseios políticos-filosóficos velados nestas representações.

Ao propor estas metodologias, entende-se que esse processo é dinâmico e inerente ao desenvolvimento da pesquisa. Portanto, tem-se plena consciência que este é o ponto de partida teórico metodológico para a abordagem inicial do projeto aqui proposto.

Entendendo os pressupostos onde alicerçamos nossa pesquisa, torna-se possível aprofundar a compreensão nos fatores que constituem a representação de homem político nas epístolas de Plínio. Para tanto, prosseguiremos o texto na discussão das configurações do homem político.

2- Das Configurações do Homem Político

Realmente, depois de apresentados os pressupostos teóricos a as bases metodológicas de nosso trabalho, passaremos, paulatinamente, ao processo de compreensão da representação de homem político em Plínio.

Antes de falar em homem político, vale a pena notar as considerações feitas pela professora Margarida de Carvalho no prefácio do livro *Política e Identidades no Mundo Antigo*. Ao retomar *A Política*, de Aristóteles, ela afirma que

> *"O vocábulo Política tomou vulto graças à repercussão da obra de Aristóteles acima referida, a qual deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza e as divisões do Estado e as formas de governo. Assim sendo, o termo é oriundo dá prática política exercida por aqueles que eram considerados cidadãos na pólis grega. A Política teve seu significado bastante ampliado, transpondo-se de sua idéia original para várias formas de saber, como a interpretação do que se entende por poder, ética e identidade*" (2009, p. 9)

Esse homem que desenvolve suas prática por meio do convívio na cidade, desde a Grécia, lança a base do homem político em Roma. Nicolet nos informa que "em latim, não há nenhuma palavra que designe o 'homem político', a não ser, na sua nudez, aquela que designa também o cidadão, *civis*. 'O homem político' ideal é o *bonus* ou o *optimus civis*" (1992, p. 44)

Cabe, ainda, citar a importância da atuação política para um romano. Nesse sentido, lembramos que a vida política era demonstração pública, dada pelo homem ao grupo, de suas virtudes. Assim, participar da vida pública, em primeira instância demonstraria a *virtus* do varão. Num segundo plano seria um modo de ilustrar o respeito ao *mos maiorum* (às tradições, aos antepassados, à pátria). Além disso, o homem demonstrava sua *pietas*, por meio da reverência aos assuntos da *Urb*, bem como por colocar-se a disposição, como instrumento, o cumprimento dos desígnios divinos.

Paul Veyne, na *História da Vida Privada*, mostra a importância do cargo político ao afirmar que para um romano "as honras são cargos públicos, geralmente anuais, dos quais estava revestido e cuja lembrança permanece como uma espécie de titulo de nobreza" (1989, p. 103)" . Nesse sentido, o cargo público conferiria dignidade, respeito ao *mos maiorum* e, por consequência, seria uma grande demonstração da *virtus*. Ser nomeado a um cargo conferia prestígio e honra para o indivíduo e, muito mais, para a história familiar. Caso o cargo fosse imponente, gerações posteriores saberiam da glória recebida pelo membro mais antigo da casa.

Vejamos esse excerto na íntegra:

> "*Um homem em seu posto dizia-se: 'Servindo o imperador ou minha cidade, com esse cargo de um ano definitivamente aumentei minha 'dignidade' e a de minha casa e hei de figurar em vestes oficiais em minha galeria de ancestrais'. 'Dignidade', essa é a palavra! Não se trata de uma virtude de responsabilidade, mas de um ideal aristocrático de glória; todo grande se apaixona por essa dignidade que possui(...). A dignidade se adquire, aumenta e pode-se perder. Exilado, Cícero se desespera: sua dignidade desapareceu, ele não é mais nada; chamado de volta a Roma, recebe novamente a dignidade*" (Idem, Ibdem, p. 109).

O autor, por meio do exemplo de Cícero, mostra-nos que o afastamento da coisa pública agia como uma amputação das qualidades, da dignidade ou da honra de um homem. Assim, a visibilidade no *cursus honorum* estaria diretamente relacionada com a dignidade humana. Veyne confirma essa ideia por afirmar que o exercício do cargo público "era a realização do homem plenamente digno" e, completar, que não ter acesso à vida pública "equivalia a ser mutilado" (Idem, Ibidem, p. 113).

Participar da vida pública, isto é, ser homem político rendia algo almejado pelo homem da Antiguidade Clássica: reconhecimento público. Juntamente com as honras a pouco citadas, o servidor da pátria e dos deuses num cargo político, deixava seu nome na para história, enquanto exemplo para os demais.

Assim, faz-se necessário averiguar os mecanismos que compõe a construção do quadro de componentes para o exercício público, isto é, o processo de engedramento da representação de homem político para durante o Principado.

Por isso, nas páginas seguintes verificaremos como a *virtus* era exigida na representação de homem político no período pliniano e, não obstante, como ela manifestava-se no trato político. *A posteriori*, a representação de homem político a partir do *princeps* será abordada.

2.1- Das Qualidades do Homem Político: *virtus* e *fides*

Conforme dito a pouco, a *virtus* era a essência do homem público. Ela era externada por meio do cargo público. A *virtus*, por sua vez, desdobrava-se em inúmeras outras virtudes, de todas trataremos superficialmente da *fides*[17].

A *virtus* fora, inicialmente, teorizada por Aristóteles. Em *A Política* e *Ética para Nicômaco* este autor constrói as arestas dessa qualidade. Esse filósofo, no desenvolvimento desse conceito pelos diversos tipos de homens, bem como sua relação com a "ética" (*ethos*). Nessa relação, o pensador trabalha conjuntamente o comportamento ético-político elaborando o que homem deveria ser junto à pólis, isto é, no convívio e trato público.

[17] Não nos deteremos detalhamente à *fides* por causa do foco dado ao conceito de *virtus*. Assim, consideraremos esta primeira como desdobramento da segunda. Afinal, todas as outras qualidades da *virtus* aparecem na obra pliniana, mas a *fides* (em suas diversas variações) é a mais saliente para a compreensão do cenário social. Assim sendo, para obter mais informações sobre essa relação da *fides* com o cenário social veja: as obras de Venturini (1993, 2000, 2001, 2005). Por sua vez, o melhor estudo do termo *fides* encontra-se em Freyburger (2009). Informamos que faremos umas considerações sobre tais referências a seguir.

Nessa constituição Aristóteles discute a ação virtuosa com a "ética do bem", cujo resultado para o homem seria a felicidade. Assim, a felicidade residiria no afastamento das paixões, dos prazeres, de todas as coisas aviltantes que escravizam o homem[18] . Para ele, dessa forma, a felicidade seria a mais alta virtude do homem.

No intuito de sistematizar as virtudes para Aristóteles, vejamos o que cita Cunha (2010):

> **"***Das Virtudes em Geral - As virtudes intelectuais necessitam em boa parte da educação, da experiência e do tempo. Mas as morais também não são produto natural ou imanente. Não nascemos virtuosos. A natureza apenas nos tornou receptivos para as virtudes, capazes de virtudes, mas esta capacidade necessita absolutamente do concurso da nossa acção, pela maturidade e pelo hábito. As virtudes estão assim nos Homens não em acto, mas em potência. É praticando que aprendemos, e é praticando as virtudes que nos tornamos virtuosos. Tornamo-nos justos não por sabermos o que é a Justiça, mas por praticarmos a Justiça. E tanto mais justos seremos quanto mais a Justiça praticarmos. Por isso é tão importante contrair bons hábitos desde a mais tenra infância. A sã educação, como aliás já Platão advertira, consiste precisamente em que muito precocemente se aprenda a encontrar os prazeres e os sacrifícios ou desagrados nas coisas que respectivamente convém . Não sendo nada indiferente para a nossa vida termos perante o prazer e ao desprazer uma atitude sã ou viciada. Mesmo as acções exteriormente virtuosas, ou que tenham em si mesmas intrínsecos elementos virtuosos, dependem de que o agente que as leva a efeito as pratique numa disposição virtuosa: sabendo o que faz, tendo-o escolhido livremente e com com a in-tenção de produzir aquele acto, e tudo haver feito com ânimo decidido. Não é a discussão ou visão filosófica que conduz por si só à virtude, mas a prática da mesma. Como nenhum doente se cura por concordar com o seu médico sem lhe cumprir as receitas*" (2010, p. 8).

A *virtus*, no período socrático, era entendida como um processo de aquisição humano por meio de práticas. Segundo Cunha, a virtude não pode ser tratada como um ato, mas como uma potência, ou seja, uma possibilidade de vir a ser. Sob este aspecto, para tornar-se virtuoso, o homem precisa buscar (ter intenção, vontade) e praticar a *virtus*.

No caso romano essas ideias são aplicáveis, afinal o *mos maiorum* é um mecanismo para aquisição da *virtus*. Os modelos ou exemplos, que são didaticamente perpetuados no culto familiar ou nas leituras públicas, mostram as formas de proceder e as virtudes almejadas pelo homem político. Mas, somente com o exercício da *virtus*, esta torna-se latente aos olhos de todos. Por isso, todo romano almeja a carreira pública, seja os pelos cargos administrativos ou a mais baixa patente no exército: o exercício lapida a virtude.

[18] Lembramos que boa da essência estóica advém dessas premissas aristotélicas. A ideia de lapidação, com o abandono da paixão (muito presente na obra de Sêneca – por exemplo) visando a virtude.

Essas proposições acordam com o termo aristotélico *zoon politikon*. Afinal, o homem enquanto animal político, ou social, ou melhor ainda, elemento integrante do processo de interação dado na pólis, por meio do contato com o outro, as discussões, as observações de modelos e as obrigações pátrias o afasta das paixões e o aproxima das virtudes.

Por isso confirma Cunha:

> "*Cidadão é, em geral [para Aristóteles], o homem politicamente activo, politicamente partícipe da coisa pública. Sobretudo se for membro de assembleia deliberativa ou juiz, ou seja, se, de algum modo ou em alguma medida, participar do poder público. E especialmente se o enquadramento geral da sua participação política for, precisamente, uma forma política propícia a essa participação, como a democracia*" (Idem, Ibidem, p. 15).

Com a apresentação das bases filosófica da *virtus*, passemos a sua compreensão no período proposto. Dessa monta, a *virtus*, bem como um de seus desdobramentos (qualidades), que trataremos aqui, a *fides*, conforme apresentado no primeiro capítulo eram as bases da *humanitas*, do estoicismo, das relações clientelistas e, por conseguinte apresentavam-se como elementos importantes para a organização social do Principado.

Para facilitar a compreensão da *fides*, vejamos o que os teóricos falam dessa virtude. Segundo Freyburger (2009) – esta é um verbete muito recorrente nos documentos romanos. Para este, as ocorrências podem ser:

> "*Moral (fides é empregada com pudor, probitas, continentia), social (cf. dignitas, decus, gloria), jurídica (cf. iustitia, aequitas), religiosa (religio, ius iuradum), institucional (imperim, dicio). Fides designa uma disposição interior do indivíduo, uma "crença" pessoal (cf. opinio), e um aspecto do prestigio ou condição social (cf. fama); esse está indissoluvelmente ligado a atitude (cf. constantia), exigido pelos outros (cf. officium), (...) reciprocidade (amicitia, hospitium). (...) No uso concreto, fides é a adesão ou confiança depositada em algo ou alguém (cf. foedus) e autoridade, influência, domínio (cf. potestas)*" (Idem, p. 15).

Pelo que nos lembra Venturini, a *fides* e *amicitia* andam juntas no que se refere às práticas políticas no Principado. Segundo ela:

> "*Dentre este conjunto de termos do vocabulário político presente na correspondência pliniana têm importância fundamental a noção de fides e a noção de amicitia, pois elas são a base de todo o sistema de patronato, já que definem os laços pessoais entre os cidadãos. Como podemos observar, o valor destas palavras depende do grupo social a que o homem político esteja associado. A fides comporta um conjunto de obrigações recíprocas, ou seja, os officia, constituindo-se no fundamento da atividade política. É através do officium que o patrono exerce sua ambitio e se esforça para adquirir a gratia. É uma forma de influência que consiste no fato de poder dispor, através de seus amigos e clientes, de um número importante de votos para atuar em favor próprio ou em favor daqueles que sustentam sua ação política. A amicitia designa, de modo mais amplo, as relações favoráveis entre indivíduos ou entre grupos políticos. Ela pode estar associada ao parentesco, ao interesse entre as partes envolvidas, como também pode estar*

> *ligada à idéia de camaradagem ou à de dependência, medindo o grau de intimidade das relações estabelecidas* Se a *fides* e a *amicitia* são palavras que indicam o laço unindo o homem político àqueles que dele dependem, a *auctoritas* expressa, de modo mais completo, o lugar que ele ocupa na sociedade segundo o seu grau de influência política. Ela é conseqüência de um conjunto de elementos materiais – como *genus* e *diuitiae* –, e morais – como o conjunto de qualidades que compõe a *virtus* –, todos elementos determinadores da capacidade de atuação política" (2005, s/p).

Conforme notamos a *fides* aplica-se na prática cotidiana das ações políticas. Ela pode ser entendida quanto relacionada com a instituição do patronato, onde a fidelidade e a confiança depositada no *amicus* regem a ação entre os homens públicos no principado. Esse conceito, como veremos no capítulo seguinte, é o princípio básico para a *comendatio*, isto é, a indicação de um homem para o cargo público.

Depois desses dois contrapontos teóricos, retoma-se que o conceito de *mos maiorum* não pode ser dissociado, conforme afirmamos repetidas vezes, das características do homem que respeita as tradições. Este se faz com a *virtus*, que tem como implicações a *pietas*, a *constantia*, e a própria *fides*. Destacamos que a *fides*, em algumas condições consegue substituir, sem muito prejuízo, outros predicativos integrantes da *virtus*. Além disso, conforme comentado por Freyburger (2009), o verbete *fides* era empregado em inúmeras circunstâncias, não havendo separação das formas de utilização (moral, religiosa, política e social) da *fides* pelos romanos, pois esse ideal (valor) compreendia um conjunto de ideias, ações e posturas que deveriam ser seguidas constantemente.

Realçamos, ainda, que

> "*o conceito de fides indica os laços de fidelidade que se estabelecem entre aqueles que estão unidos por uma mesma amicitia. A natureza destes laços é determinada pela capacidade material, intelectual e moral do homem político, capacidade esta que se traduz, mais completamente, pelo termo auctoritas. A auctoritas provém da virtus, isto é, do conjunto de qualidades que o indivíduo pode reunir e que o distingue dos demais. Neste caso, os termos próximos a virtus são: fortitudo, labor, vigilantia, diligentia, industria, humanitas, sapientia, prudentia, bonus, memoria, intelligentia, moderatio, temperantia, clementia, iustitia, providenti, cura. Estes termos são abundantes na correspondência pliniana e nos permitem discorrer sobre as virtudes ligadas e coerentes com a tradição do mos maoirum.*" (VENTURINI, 2005, s/p.)

Antes de entender a *virtus* no contexto social de Plínio, talvez seja interessante pensarmos na força desse verbete, que se perpetuou e alterou várias vezes durante a História até chegar ao imaginário de nossos dias. Segundo Stadler (2010), diversos

tratados foram feitos sobre as virtudes durante a História, muitos deles elaborados no mundo antigo e medieval.

> "*Apesar desta dissertação limitar-se às virtudes imperiais e morais, utilizamos este espaço para ao menos citar as outras virtudes relacionadas no corpo do texto: a) virtudes cardeais: prudência, justiça, fortaleza, temperança; b) virtudes teológicas: fé, esperança, caridade. Apesar de algumas dessas virtudes ganharem espaço em nossas discussões, atentamo-nos para a carga ideológica variante, ou seja, para o fato de que cada contexto exige definições particulares. Por fim, utilizamos um exemplo para demonstrar a influencia e o fascínio que o conceito de virtude exerceu sobre as sociedades européias e que se manteve vivo no imaginário de nossos dias: a propagação do épico Psychomachia, de Aurelius Clemens Prudentius, que conta a batalha das sete virtudes contra os sete vícios malignos, ou os pecados capitais, que eram: castidade – luxuria; generosidade – avareza; temperança – gula; diligencia – preguiça; paciência – ira; caridade – inveja; humildade – arrogância. Todas essas concepções formam um corpo de virtudes que são usadas de acordo com as necessidades de cada período, fazendo com que cada autor adicione ou retire as premissas que melhor se adaptam ao seu objetivo final*" (Idem, p. 66) .

Nessa reconstituição e numa análise mais apurada sobre os usos desse verbete, percebemos, que inclusive em nossos dias, a *virtus* está ligada a ideais de poder, autoridade e força. E, nos parece que mais uma vez, que a perpetuação de valores, pelo viés religioso contribuiu para essa noção de virtude. De fato, sempre deter a virtude fora desejo de boa parte, se não todos os homens. Dessa forma, toda representação de homem, principalmente de homem dado à coisa pública necessitaria de compreender o estudo da *virtus*. E, mais ainda, deter, manipular e emitir conceitos de *virtus*, por tratar-se de uma forma de mensurar, analisar e aplicar o *mos maiorum* emanaria a ideia de poder. Portanto, toda elaboração de modelos teóricos, ou seja, de representações de homem político tem em si a *intentio* de manter, alterar ou trocar determinado cenário.

Sinteticamente, podemos dizer que a representação de homem público circunda a noção de *virtus*. Esta que é depreendida com o tempo pelo processo de retomada do *mos maiorum*. No entanto, segundo as bases filosóficas do termo, ela precisa ser exercida. Apenas o trato social e o exercício das funções políticas desenvolvem a *virtus*. Nesse sentido, a *fides* (enquanto uma das qualidades componentes da *virtus*) que viabiliza a intervenção ou a atuação do homem no espaço político. Ela regula ou dita preceitos morais para o trato entre os homem pela ideia de fidelidade ou (con)fiança estabelecida entre eles e firmada por meio do patronato. Assim sendo, se o homem

político deve ser detentor[19] da *virtus* e desenvolvê-la no *cursus honorum*, a *fides* viabilizara e regulara essa interação entre os homens.

Depois dessas considerações, vejamos agora como Plínio constrói a representação de homem político partindo do conceito de *fides*. Analisando as epistolas plinianas voltadas aos supostos modelos de virtude: o *princeps* – enquanto exemplo máximo ou excelente de *virtus*.

2.2- Da Representação Excelente de Homem Político: o *princeps*

No capítulo anterior dissemos que Augusto, no início do Império, aumentou seu poder pessoal por meio da retomada de valores republicanos e tradicionais. Grimal, no livro *O Século de Augusto*, nos lembra que

> "*Graças a um sufrágio legal, Júlio César Otaviano conquistou na sessão do Senado de 16 de Janeiro de 27 a.C. Era o início de uma autoridade incontestada à frente dos destinos de meio mundo conhecido até então, durante quarenta anos. Seria chamado o princeps, o primeiro cidadão*" (2008, p. 7).

Por mecanismos legais, como com o apoio do Senado, Augusto ascende ao poder e o primeiro (princeps) do Senado. A explicação para esse evento é encontrada *Res gestae divi Augusti*, onde lemos

> "*(...) Por esse motivo e pelo meu próprio mérito foi-me atribuído, por decisão senatorial, o título de Augusto, e as ombreiras da minha casa foram publicamente recobertas de louros, uma coroa cívica oi fixada sobre a minha porta e um escudo de ouro foi colocado na Cúria Júlia, como testemunho, através da inscrição nele registrada, que sobre o Senado e o Povo Romano me haviam dado graças à minha virtude, clemência, justiça e devoção (...).*" (RES GESTAE DIVI AUGUSTI 34 apud GRIMAL, 2008, p. 7).

O novo imperador, além de comentar a decisão senatorial, legitima a escola dos senadores por sua *virtus*. Segundo ele, sua virtude incontestável, acompanhada da clemência, justiça e devoção o distinguiam para o cargo investido. Essa *virtus* e moralidade do novo imperador são comentadas na sequência por Grimal:

> "*Respeitado com estadista e caução da moralidade pública. Era o verdadeiro senhor. Dizia-se que partilhara o poder com seus colegas e que o mesmo lhe fora atribuído por delegação, mas a verdade a vontade do 'primeiro' era lei. Foi honrado como divino. Não é apenas o poder supremo da pátria que emana da divindade. O seu detentor é, ele mesmo, uma divindade. Parece algo de inédito entre os Romanos. Ainda que Rômulo, o*

[19] Embora o termo detentor, por vezes apresentado nesse texto, passe a idéia de algo definido, estanque ou acabado, cabe destacar que as virtudes (*virtus*) é relacional, isto é, consegue-se por meio de práticas cotidianas.

> *pai fundador da pátria, fosse filho de um deus, Marte. E, que o princeps fosse, também ele, descendente de uma deusa*" (Idem, Ibidem, p. 8).

A retomada da tradição dá-se com ele: Augusto evoca seus ancestrais (Rômulo), como os deuses. Essa retomada reafirma o *mos maiorum* e reforça outra virtude do *princeps*, a *pietas*. Essa relação humano-divino aumenta a autoridade deste e, por sua vez o distingue dos outros homens. Tais características faziam dele "o *princeps senatus*, guia moral incontestável entre os iguais, e cada palavra e cada opinião sua eram 'exemplares'" (Idem, Ibidem, p. 53).

Stadler, ao explicar a *virtus* de Trajano, mostra-nos o processo de aproximação entre o humano e o divino. Segundo ele

> "*A representação do princeps Trajanus junto a Júpiter nos dá a idéia de uma fusão do humano com o divino, em que ambas as faces da moeda transmitem uma idéia de otimização. Essa união do humano ao divino contribuiu para a legitimação do poder, visto que a comparação entre Trajano e Júpiter foi amplamente explorada pelas "propagandas políticas", no intuito de dar consistência à ideologia imperial*" (2010, p. 84).

Seja no período de Augusto ou de Trajano, o processo de deificação era comum. Pois,

> "*A essência da ideologia do Principado era uma complexa ambigüidade da posição de Augusto como homem e deus. Essa ambivalência conforme vimos, foi criada precisamente para resolver o problema de estruturar o Principado num contexto republicano e minimizar o seu aspecto político militar, através de justificativas sagradas*" (MENDES, 2006, p. 43).

Este aspecto religioso ou sagrado presente no Principado, que envolvia a figura do *princeps* é explicada por Stadler (2010). Ele afirma que

> "E*ssa religiosidade poderia ser sintoma do momento do principado romano, assim como da teologia imperial que circundava a figura do princeps Trajanus. Contudo, já que as qualidades supremas eram originalmente advindas dos seres superiores, entendemos que essa ligação com o divino era algo próprio das virtudes, não do fato de elas serem atribuídas ao imperador. Logo, a desvinculação entre as virtudes, sejam elas exaltadas em imperadores ou em quaisquer outros cidadãos, e as divindades era algo improvável. É importante que salientemos que a condição divina das virtudes, a priori, não implica na descaracterização do culto imperial em torno de Trajano, mas o fortalece. O que reforçamos é a noção de que não foi o momento de Trajano que caracterizou as virtudes com laços divinos, mas que essa ligação já vinha de tempos anteriores*" (p. 134).

Essa fusão entre humano e divino era um produto da formulação adaptada do estoicismo e já existia desde o período de Augusto. As bases teóricas do estoicismo, por meio das fontes senequianas nos ajudam entender o posicionamento pliniano. Para aprofundar a questão citemos Omena:

> *"Sêneca, nas Epistole Moraes, dividiu a natureza em quatro tipo de seres:' a árvore, o animal, o homem, o deus. Estes dois últimos, por serem racionais, possuem natureza idêntica, apenas diferindo entre si por ser um imortal e outro mortal'. A perfeição absoluta, contudo, só é alcançada se formos conforme esta ordem, i. e., 'os diversos seres só podem ser perfeitos em relação à sua espécie'".* (2000, p. 93)

Essa corrente filosófica, pujante no período pliniano, legitimava várias das premissas elaboradas por Sêneca. O *princeps*, por ligar-se a esfera das divindades demonstraria sua máxima ou suprema virtude, pois teria abandonado os vícios e as paixões que são inerentes aos homens. Assim, ascenderia ao mais alto degrau da dignidade e por causa disso mereceria ser tratado como um deus (legitimando – por exemplo – o culto de sua pessoa e a sua deificação).

Amanda Giacon Parra nos lembra que esse processo de era viabilizado pelo aspecto religioso, em especial por meio da *pietas*. Ela afirma que "outro conceito importante para se entender a religião romana é a *pietas*. Este conceito trata da conduta , não o apenas em relação aos deuses, mas também aos pais, parentes e à pátria. Esse sentimento foi muito valorizado pelos romanos" (2009, p. 80).

Haja vista que ser piedoso ou preocupar-se com os assuntos religiosos, todo homem em Roma deveria voltar-se ao culto dos deuses. Deixar o imperador de lado seria um desrespeito (*sacrilegium*) que poderia ser severamente punido.

O imperador, de acordo com os valores vigentes no período em questão, emite sua *virtus* como um elemento superior, divino. O homem, por sua vez, precisando assemelhar-se, de formas mais mimética possível, aos deuses, recorrerá ao imperador enquanto modelo ou representação a ser copiada. Essa adoção da representação deixada pelo *princeps* demonstraria a virtude e a piedade para com os velhos (ancestrais), com o Estado, para com o próprio *princeps* e aos deuses. Em suma, o imperador, enquanto ser divinizado, digno de todos os predicativos, maioral romano, portador da *virtus* seria o exemplo próximo que pode ser copiado por qualquer homem.

Nesse processo de busca mimética da representação deixada pelo *princeps* , vemos o processo contínuo de comparação: homem *versus* deus. Essa ideia de comparação estabelecida é expressa a seguir:

> "*O que diferencia os deuses do homem de bem? É que eles durarão mais tempo, nos revela Sêneca (Ep. 53,11). Este tipo de comparação constante com os deuses, apresentando ao homem um ideal de perfeição possível de ser atingido, vai ser de grande importância na estruturação da ética estóica. O ponto de referência é divino, não humano*". (SANTOS, 1998, p. 142)

Num processo de busca da representação, mesmo tendo homens ilustres, o velho, não haverá como sobrepor o modelo divino. Assim, o imperador sobressairá no plano terreno. Afinal, tornar-se-á a melhor representação a ser buscada pelo homem, pois além se ser divino, estará próximo do cidadão na esfera terrena.

A beleza retórica nesse discurso divinizante estava na busca e, ao mesmo tempo, na impossibilidade de um humano torna-se deus. As qualidades divinas tornavam-se mais latente na figura humana.

É por isso que, segundo Santos,

> "Q*ue o homem de bem, visto como uma totalidade divina encerrada num espaço exíguo, vive em uma situação admirável: possui, ao mesmo tempo, a fragilidade do homem e a segurança do deus. Essa presença divina, que é comum a todos os homens, é fundamental, pois sem ela não é possível existir a virtude*". (Idem, Ibidem, p. 143)

Sem a presença do imperador, afirma Santos comentando o aporte estóico, tornar-se-ia difícil ou impossível ao homem desenvolver sua *virtus*. Lembramos que essa busca incessante era comum pelos homens, pois desconsiderar a *virtus* ou a presença dela caracterizava a ausência de virtude e, mais especificamente, de *pietas* pelo homem.

Com o suporte estóico à divinização ou a representação ideal de homem político a partir do princeps, vejamos como essas relações se davam na prática e como isso pode ser visto nas epístolas plinianas.

Em *O Império Romano*, Grimal explica-nos as condições para que o *princeps* exercesse sua função. O texto reza:

> "*Um imperador devia contar com a dedicação dos soldados, a estima do Senado e uma tranquilidade indefinível, o assentimento dos deuses. Essa tripla legitimidade assentava, em última análise, nas suas 'virtudes', qualidades eminentes que lhe eram próprias e de que o Império beneficiava, ao mesmo tempo que lhe asseguravam a estima e a obediência dos soldados, o respeito, ou mesmo o afeto dos Pais e, consequência suprema, a benção dos deuses*" (1993, p. 94).

Augusto gozava de todas as características fundamentais: era ótimo general (por isso recebera o título de *imperator*), apoio das divindades e estima do Senado por seguir as tradições e ser guiado por suas virtudes.

Embora Plínio não tenha vivido no período de Augusto, os documentos do período, os relatos, os textos literários e a imagem de augusto eram lembradas cotidianamente, bem como pelo culto ao imperador.

Contudo, Plínio, valendo-se do modelo deixado pelo primeiro imperador, será um dos principais comentadores de Nerva e Trajano, e constituirá suas respectivas representações de homem político a partir destes. Depois dessas coisas assentadas, trataremos da representação de homem político a partir do modelo de Trajano. Sobre a formação de modelos, afirma Stadler (2010)

> "*Foi com a criação de modelos individuais 'possíveis' que o conceito de virtude passou a integrar o imaginário das sociedades posteriores aos gregos – algo realmente palpável ou, como dito, carnal. Cada vez mais, reforçamos que pensar apenas na natureza/essência das palavras nos distancia do mundo material. Quem sabe foi esse um dos motivos pelos quais os romanos optaram pela aplicação prática do conceito virtude, mantendo o conteúdo filosófico, mas alterando a forma de utilizar tais idéias. Essa nova forma correlaciona-se diretamente à necessidade da personificação dessas virtudes, não em qualquer indivíduo, mas no homem político romano*" (p. 79).

Segundo o autor, que estudara o epistolário trocado por Plínio e Trajano – Livro X[20], afirma que são a partir das virtudes que há elaboração do ideal de homem político. Dessa forma, se o *princeps* é personificação de da *virtus* (ROSSI, 1996; STADLER, 2010), ele passa a ser, por isso, um modelo para todo cidadão romano. O *princeps* além de remeter as bases republicanas, rememorava os costumes dos antepassados por meio dos *mos maiorum*, ou seja, poderia ser utilizado como um elemento de coesão social. Por personificar tantos valores em si, este era utilizado como modelo, em outras palavras, poderia ser posto no local ou substituir o que se entende por homem político. Para ser partícipe da vida política, seria pressuposto deter as características desta representação. No caso em questão, entre outras coisas, seria condição *sine qua non* valer-se das características do *princeps*, pois esse era o modelo ou personificação de tudo que era desejado.

Essa construção dada no ideário social romano contribui para a preservação do poder do Imperador, bem como para regulação do poder e autoridade dos diferentes

[20] Visto que o presente trabalho não discutirá o ideal de princeps a partir do epistolário trocado entre Plínio e Trajano presente no Livro X, isto é o *Panegírico*, por isso recomendamos a dissertação *O Poder das Palavras: A Idealização do Princeps no Espistolário Cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano (98 - 113)*, de Thiago Stadler (2010) e o artigo *A Idealização do Príncipe na ideologia aristocrática de Roma*, publicado por Corassin (1997), bem como a dissertação de mestrado elaborada por Rossi (1996), intitulada: *Poder e Mito: o Principado na literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio, o Jovem).* Aproveitamos para explicitar que a obra de Stadler (2010), embora tenha objetos muito próximos ao desenvolvidos por Rossi (1996), não leva essa última obra em consideração para confecção de seu trabalho.

grupos no seio social. A virtuosidade, ao modo do imperador, *a priori*, seria parte importante para atuar na política romana.

As virtudes de Nerva e, principalmente Trajano levam Plínio a tecer inúmeros comentários com seus correspondentes. Numa dessas Cartas, que é dirigida a Víbio Severo[21], o emissor explica a origem e, consequentemente, a posterior feitura do último livro. No primeiro parágrafo Plínio reitera que a ação laudatória esta de acordo com a tradição, isto é, com os valores que se perpetuam à tempos e são usualmente empregados ao empregados no culto do imperador. Plínio afirma:

> "*A tomada de posse do consulado me levou*[22] *a render graças ao imperador em nome do Estado. Depois de ter cumprido essa obrigação com o Senado, segundo as necessidades impostas pelo lugar, momento e tradição, havia pensado que o mais conveniente para um bom cidadão era tratar dessa mesma matéria com maior amplitude e riqueza em uma versão escrita*[23]**"** (Carta III 18:1).

Plínio, no parágrafo seguinte, explica, com mais detalhes, as demais motivações para essa empreita literária:

> "*Primeiro, pretendia alcançar as virtudes de nosso imperador com uma loa*[24] *verdadeira, na sequência, mostrar aos futuros príncipes qual o caminho a seguir para alcançar a mesma glória, não o considerando como professor, mas como um exemplo*"[25] (Carta III 18:2).

A Carta é clara. Plínio tenta alcançar as inúmeras virtudes do imperador, fato dificílimo, quase impossível, pois conforme já falamos trata-se do *princeps* (uma forma de representação ou personificação dos costumes e valores do povo romano). Além disso, o *Panegírico* teria valor didático porque é fundamental que os futuros imperadores aprendam com Trajano. Nesse valor didático repousaria o princípio do *mos maiorum*, onde a figura e os feitos poderiam ser rememorados pela posteridade.

A valorização desse modelo, que é a representação ideal de homem político para Plínio, deve ser perpetuada e louvada. Em carta destinada ao seu amigo de infância

---

[21] Personagem desconhecida. Contudo, acredita-se que era natural da Transpadana.

[22] No parece que o autor, em virtude dos valores simbólicos do momento tem um dever para com o povo e, principalmente para com o *princeps*. Dessa forma, talvez, "me forçou" ou "me obrigou" seriam mais aprorpiados.

[23] [*Officium consulatus iniunxit mihi, ut rei publicae nomine principi gratias agerem. Quod ego in senatu cum ad rationem et loci et temporis ex more fecissem, bono civi convenientissimum credidi eadem illa spatiosius et uberius volumine amplecti.*]

[24] Nome dado aos prólogos, discursos ou diálogos antes da peça teatral; breve discurso ou poema dramático que celebra determinado acontecimento e ou pessoa.

[25] [*Primum ut imperatori nostro virtutes suae veris laudibus commendarentur, deinde ut futuri principes non quasi a magistro sed tamen sub exemplo praemonerentur, qua potissimum via possent ad eandem gloriam niti*.]

Voconio Romano[26], Plínio mostra como se dava o processo de divulgação dos homens virtuosos:

> "*Segundo o que me pediste, envio-te, o Panegírico que há pouco tempo agradeci a nosso excelente imperador meu consulado; enviar-te-ia [antes] se tivesse pedido.* 2 *Espero que este texto leve em conta, não só a nobreza do tema, mas também sua dificuldade (...)*"[27] (Carta III 13:1, 2).

Conforme notamos, Plínio, costumeiramente, trocava seus textos com seus amigos com o intuito de divulgá-los, valorizar grandes feitos e acumular material para leitura para as reuniões particulares (geralmente jantares, onde ocorriam a leitura desses). Isso se explica, para Stadler, pois

> "*O destaque necessário dos fatos virtuosos do indivíduo, que é a primeira das implicações, se dá através de uma condição natural do ser humano: a comparação. Esse movimento de comparação deve ser feito de uma forma em que a imagem do soberano se sobreponha a outras imagens – destacam-se, por exemplo, as comparações do soberano com alguns maus exemplos; porém, uma outra forma possível é a comparação com divindades como uma forma de legitimar o soberano. Uma tal exaltação das virtudes pela comparação, por sua vez, deve ser levada a cabo por um indivíduo que possua integridade e legitimidade social, de preferência um sujeito influente em sua sociedade, para que, assim, a exaltação por ele feita seja lícita. Com isso, constatamos que a virtuosidade do líder não depende apenas de suas atitudes práticas, mas carece também de uma fundamentação pelo discurso do outro*" (2010, p. 131) .

A discussão, as leituras públicas e as reuniões particulares perfaziam um momento de reflexão sobre os assuntos políticos e a figura do imperador. Plínio, dessa forma, tem papel fundamental no processo de legitimação das personagens que apóia. Nesse sentido, concordamos com Stadler, na medida em que afirma que

> "*O fato de que um indivíduo não é considerado virtuoso sem o aval daqueles que o rodeiam, o que gera algumas implicações para a construção dessa imagem: a) é preciso alguém que fale/pinte/escreva sobre os fatos virtuosos de determinado indivíduo; b) na mesma medida, é preciso que a configuração social a que esse indivíduo pertence também o considere uma pessoa destacada; c) as qualidades e as virtudes exaltadas devem compor o imaginário da época*" (Idem, Ibidem, p. 141)

Tratando-se do imperador ou de seus amigos, as Cartas Plinianas agem como veículo de propagação das obras efetuadas por homens detentores da *virtus*, e, por conseguinte, condizentes com a representação de homem político adotada por Plínio e, por isso, tomados como exemplos e merecedores da carreira pública.

---

[26] Vide nota 72.

[27] [*Librum, quo nuper optimo principi consul gratias egi, misi exigenti tibi, missurus etsi non exegisses. 2 In hoc consideres velim ut pulchritudinem materiae ita difficultatem (...)*].

O discurso pliniano, sem dúvida, é um dos mais importantes canais de divulgação dos feitos virtuosos de seu tempo. Dessa forma, esse autor tem papel fundamental e, também, poder retórico capaz de questionar, propor, alterar e manter representações políticas de seu tempo.

Sem medo de afirmar, Trajano é o ápice, para Plínio, da *virtus*. Isso se constata pelo *Panegírico* e pelos inúmeros benefícios angariados pelo autor no governo deste imperador. Entretanto a formação de homem político acompanha o processo histórico do período. A representação ideal, antes de atingir o *optimus princeps*, constrói-se numa ascendência a partir de Nerva, até chegar no suposto auge.

Numa rápida observação, podemos relembrar que essa ideia de auge, máximo esplendor ou apogeu dado por Plínio e outros escritores latinos consagraram a tese historiográfica de *optimus princeps* conferida a Trajano. Tese essa que pouco a pouco vem sido questionada[28].

O ressentísimo trabalho de Stadler (2010), explica que "Plínio constrói o imaginário no qual Trajano e Júpiter apresentavam-se, respectivamente, como *Trajanus Optimus Princeps* e *Iupiter Optimus Maximus*, uma comparação que quase ultrapassa os limites entre o homem e os deuses" (2010, p. 85).

Stadler prossegue sua explanação afirmando que o "envoltório religioso" cria uma "imagem modelar e exemplar" de Trajano, possibilitando que esse personifique os ideais dos grupos sociais que atuam no cenário político (Idem, Ibidem, p. 91).

Além disso, a retórica imperial era utilizada em prol do imperador. O discurso da *humanitas*, a construção de templos e obras públicas beneficiavam sua imagem nos quatro cantos do império. As moedas do período também retomavam esses feitos do imperador.

Comprovemos isso no suporte numismático:

[28] Vemos que é contundente o questionamento do período de Trajano como sendo áureo e, por sua vez, ele sendo um *optimus princeps* (CIZEK, 1993; BENNETT, 1997; ROSSI, 2001; STADLER, 2010). Entretanto, não são observadas pesquisas que desconstruam essa idealização, ao invés de apenas repetir que não fora como os escritores, poetas e pensadores latinos afirmaram.



Nesse *Denarius*[29], que circulou por volta do ano de 112 , notamos as inscrições "*VIA TRAIANA S P Q R OPTIMO PRINCIPI*". Nessa vemos o projeto de valorização do poder pessoal do imperador através de suas obrar e da difusão de sua imagem. Cunhar moeda era uma prática comum entre os imperadores na medida em que subiam ao poder.

Antes de prosseguir, retomamos Floenzano (2000/2001), que nos lembra a importância da Numismática para o historiador da Antiguidade. Segundo ela a moeda pode ser vista como

> "*Objeto e texto reunidos em uma única categoria de documento [e por isso] tem colocado justamente a Numismática entre as disciplinas históricas, mas na fronteira com a Arqueologia. A especificidade da moeda como documento do passado das sociedades não para por aqui*" (Idem, p. 405).

Dessa forma, as moedas, em nosso caso, ajudam a reforçar a compreensão do período. Mais especificamente, verificamos que além do apoio pliniano o *princeps*[30] contava com outros mecanismos de divulgação de sua imagem. As festividades, os espetáculos, os cultos eram momentos de reforçar suas virtudes. No entanto, as moedas apareciam como uma espécie de propaganda institucionalizada. Afinal,

> "*Estamos falando de um objeto que, diferentemente de outros objetos produzidos pelo homem, foi sempre, sem exceção, fabricado em série: calcula-se que cada cunho de reverso na Antiguidade poderia produzir até 16.000 peças. Além disso, as moedas, diferentemente de outros artefatos*

---

[29] Imagem retirada de: http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.harlanjberk.com/ancientcoins/images/300x300/cc25388a.jpg&imgrefurl=http://coincircuit.com/Closed_Coin_Auction/auctionmap.php%3Fdirname%3DClosed_Coin_Auction%26ItemType%3DCoin%26class%3DCoin%26sale_id%3D1363%26country%3DANCIENT%2520ROMAN%26category%3DNERVA-COMMODUS%2520(96-92%2520AD)%26single%3D&usg=__iXGSvoqaVb57znxs5vYAfkjmGd8=&h=300&w=300&sz=70&hl=pt-BR&start=3&um=1&itbs=1&tbnid=1xLieUvy7C-TtM:&tbnh=116&tbnw=116&prev=/images%3Fq%3Dnerva%2B%252B%2Bmumismatic%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26rlz%3D1W1SUNC_pt-BR%26tbs%3Disch:1 ; acesso em 16/05/2010. Para consultar outras imagens ou obter informações sobre moedas do período, indicamos: http://www.cambridgescp.com/ws2_php/ws2_go_to_url.php?url_id=1205 ; acesso em 16/05/2010.

[30] Tanto Nerva quanto Trajano tiveram apoio significativo da obra pliniana para confecção de suas imagens. Contudo, nos parece que Trajano era mais eficaz no uso de outros canais de divulgação. Um deles: as moedas.

> *produzidos na Antiguidade, dificilmente são encontradas em contexto arqueológico preciso já que poucas eram perdidas*" (Idem, Ibidem, p. 405).

O projeto de valorização do *princeps* e difusão de sua marca (ser *optimus*) era feito com grande êxito por meio das moedas. Afinal, conforme dissemos no início deste trabalho, a alfabetização e o letramento não era recorrente entre as camadas mais humildes de Roma. E, essas, quando tinha condições de ingressar no mundo das letras, dificilmente tinham acesso a documentos públicos (administrativos, religiosos ou econômicos). Ademais, a prática da leitura de textos literários era feita em locais públicos ou, dependendo do texto e do autor, em ambientes privados. Tanto em um quanto em outro as camadas mais baixas não tinham acesso.

Pois, no primeiro caso não tinham, pelo menos, duas das características fundamentais para o trato político (origem familiar e posses). No segundo caso, ainda não se familiarizara o ato de chamar pessoas muito distintas às reuniões particulares. Estas que eram realizadas geralmente após a cena, reuniam amigos (pessoas geralmente de camadas sociais muito parecidas e seus respectivos clientes) (VENTURINI, 1993). Embora, o hábito de "criar" clientes a partir da manumissão tornara-se recorrente entre alguns senadores do primeiro século (VEYNE, 1989; JOLY, 2005), era mais fácil um escravo ascender por meio da liberdade que um homem livre de origem pobre (VEYNE 1989).

Por isso, chegamos à conclusão de que as moedas[31] alcançavam um grupo mais abrangente que os textos literários. As moedas alcançavam boa parte dos homens livres de camadas humildes, pois, nas suas práticas cotidianas recebiam auxílio imperial (por alimentos ou recursos), faziam pequenas transações comerciais ou as recebiam por alguma atividade desenvolvida.

Sabendo disso, Trajano deve ter dado várias ordens para emissão de moedas com seu título esmerado (*optimus*). Dessa forma, como esse *denarius* nos mostra Trajano fazia questão dessa imagem excelente. Assim, a construção pliniana será, para ele, um importante fator que reforçará suas virtudes (principalmente entre o meio aristocrático).

Embora o nome de Trajano não apareça explicitamente em nenhum momento dos nove primeiros livros plinianos, sua presença enquanto período áureo é recorrente. Ele é lembrado e honrado por suas características e por ceder cargos a Plínio e seus

[31] Temos inúmeras moedas com inscrições de *optimus* cunhadas no período de Trajano. Essas foram enviadas ou cunhadas em diferentes regiões do império. Com representações pictóricas distintas, simbolizando o poder, a retomada da ancestralidade (tradição), a relação com o divino, etc. A compreensão dessas, por sua vez, pode configurar como importante passo para entender os processos que Trajano fazia para construir sua imagem de si e, assim, desconstruí-la.

amigos. Outro exemplo disso encontra-se na Carta remetida a Vetênio Severo[32], onde este pede sugestões plinianas para agradecer o cargo recebido.

> "*Rogas o que penso sobre o que fazer em honra de nosso príncipe em virtude de sua designação como cônsul. Conseguir [alguma coisa] é fácil, difícil é escolher, pois suas virtudes fornecem muito material. Escrever-te-ei o melhor (aquele que prefiro), entretanto, indicar-te-ei quando nos vermos, mas quanto antes indicar-te-ei onde estão minhas dúvidas*"[33] (Carta VI 27: 1).

Novamente notamos as relações plinianas com o imperador. Notamos também que o período em questão consagra o poder político (a ascensão ou retomada) do autor e seus amigos. E, em virtude dessa relação amistosa entre o *princeps* e os equestres, há a necessidade de uma peça de louvor. Mas, não se trata, apenas, de uma necessidade formal. Trajano é digno de comentários ladatórios, pois extremamente virtuoso. Para provar, que não é mero formalismo ou adulação (prática pela qual Plínio critica), o remetente explica:

> "*Não sei se devo te aconselhar com o mesmo que fiz quando fui designado cônsul. Tentei me abster desse tipo de prática, que é a adulação, já que propriamente não seja, sem que haja independência ou ousadia, sim porque conheço o caráter de nosso príncipe, e vendo que essa era a melhor maneira de honrá-lo: não atribuir-lhe nenhuma honra como se estivesse obrigado a fazer*"[34] (Carta VII 27: 2).

Tendo em vista que os elogios a Trajano não se tratava de mera adulação, ou de atitude pro forme mediante o imperador, Plínio continua:

> "*Recordava também que foram decretadas várias honras aos piores príncipes, de modo que nosso ótimo príncipe não poderia ser distinguido de melhor maneira de que com uma moção diferente, nem dissimulada, nem ocultada pelo silêncio dessa decisão minha, pra não parecer que premeditada, tampouco de uma ação esquecida*"[35] (Carta VI 27: 3).

A Carta critica diretamente os homens públicos anteriores, que recebiam indevidamente honras. Ao usar o termo *delatos* retoma o clima de perseguição, crueldade e temor recorrentes no período anterior. Sendo assim, diz que Trajano merece muito mais, mas de forma distinta: não apenas formalidades, mas honra genuína de um ser repleto de *virtus*.

---

[32] Foi cônsul, nomeado para a função em 107.

[33] [*Rogas ut cogitem, quid designatus consul in honorem principis censeas. Facilis inventio, non facilis electio; est enim ex virtutibus eius larga materia. Scribam tamen vel — quod malo — coram indicabo, si prius haesitationem meam ostendero*].

[34] [*Dubito num idem tibi suadere quod mihi debeam. Designatus ego consul omni hac, etsi non adulatione, specie tamen adulationis abstinui, non tamquam liber et constans, sed tamquam intellegens principis nostri, cuius videbam hanc esse praecipuam laudem, si nihil quasi ex necessitate decernerem*].

[35] [*Recordabar etiam plurimos honores pessimo cuique delatos, quibus hic optimus separari non alio magis poterat, quam diversitate censendi; quod ipsum non dissimulatione et silentio praeterii, ne forte non iudicium illud meum sed oblivio videretur*].

Realmente, Plínio apresenta Nerva e Trajano como as mais fidedignas representações do homem político. Notemos agora como a representação de homem político a partir do imperador é inaugurado, no período pliniano, com Nerva.

Nerva, que é por vezes citado nos nove primeiro livros (*Cartas* IV 9, 11,17 e 22, VII 31 e 33), também recebe o "envoltório religioso". Plínio utiliza Nerva como marco cronológico. Segundo nosso autor, o divino Nerva marcaria o fim do período de terror e medo que havia na fase anterior.

A Carta I 10 esclarece essa divisão temporal. Nesta Carta Plínio discute as questões artísticas e filosóficas de seu tempo com Atio Clemente[36]. O emissor escreve que se alguma vez tivesse florescido os estudos, esses, no período de Nerva e, por conseguinte Trajano, floresceriam muito mais[37].

Como sabemos, o período anterior à Nerva fora marcado por perseguições políticas, expulsão de filósofos de Roma e diminuição do poder dos equestres na ordem pública. Dessa forma, o autor contrapõe as figuras de Nero e Domiciano às de Nerva e Trajano.

Em Carta destinada a Cornélio Miniciano[38], Plínio apresenta essa oposição. Nessa Carta o autor indaga seu interlocutor por notícias sobre Valério Liciniano[39]. Na referida epístola, verificamos a contraposição entre a construção da imagem entre o período de Domiciano e seus sucessores. Quanto às posturas do imperador Plínio afirma que Domiciano estava fora de si e cheio de cólera, envolvido por um grande ódio[40] (Carta IV 11: 5).

Enquanto *princeps*, Domiciano não deveria demonstrar tais características aviltantes, independentemente das condições. As qualificações plinianas no caso referido servem para desqualificar a personagem. Plínio, possivelmente, recorre ao ideário ciceroniano para construir essa contradição. Tendo em vista que a inveja, a cólera e a soberba são inimigas da *virtus*[41], o autor tenta provar que os defeitos de Domiciano se sobrepõem às qualidades, não merecendo o cargo que ocupa.

Na sequência da Carta, Plínio escreve:

> "*Pois desejando ardentemente enterrar viva a vestal máxima Cornélia, com a ideia de que daria esplendor a seu reinado com exemplos desse tipo,*

[36] Embora desconhecido pela historiografia, sabe-se que era amigo de Plínio em virtude da carta de receber informando a morte do filho de Régulo (*Carta* IV 2).
[37] [*Si quando urbs nostra liberalibus studiis floruit, nunc maxime floret*.] Carta I 10: 1.
[38] Vide nota 74.
[39] Vide nota 75.
[40] [*Fremebat enim Domitianus aestuabatque in ingenti invidia destitutus*] Carta IV 11:5.
[41] Segundo Cícero: "*In invidia est virtus*"

> *usando de sua condição de pontífice máximo, ou mais ainda da desumanidade de um tirano ou da licença de soberano, convocou os pontífices não na Régia*[42]*, mas em seu palácio em Alba*"[43] (Carta IV 11: 6).

Neste pequeno parágrafo notamos as adjetivações atribuídas à Domiciano: cruel, tirano, desumano. Isso sem contar o verbete *domini*, talvez na *intentio* de Plínio, pudesse ser usado no sentido pejorativo: um déspota que recebe certas autoridades e, por sua vez, faz delas elementos de força e arbitrariedade.

Na leitura pliniana, a emoção e/ou os vícios, aproximavam Domiciano da natureza, de um animal. Não havia argumentos ou razão que mudasse o proceder deste imperador. Vendo-se coagido pela argumentação de Liciniano, o acusador desqualifica o advogado. Vejamos a narração de Plínio:

> "*Como resultado*[44] *Domiciano estava mais enfurecido pela infâmia causada por sua crueldade e sua injustiça. Mandou destituir Liciniano, devido a acusação de ter ocultado em suas terras uma liberta de Cornélia. Ele recebeu das pessoas que se preocupavam com ele o conselho de que, se queria evitar o comício e as varas, deveria recorrer à confissão, uma forma de pedir clemência. Assim o fez"* [45](Carta IV 11:11).

Na sequência Plínio relata que Liciniano renunciou a defesa, trazendo alegria à Domiciano. O advogado destituído teve seus bens confiscados e fora exilado a mando do imperador. À guisa de nossa argumentação, a carta apresenta a diferenciação Domiciano-Nerva. Depois de narrar as desventuras jurídicas de seu amigo, o emissor da correspondência conta o desfecho dado pelo sucessor de Domiciano:

> "*Mais tarde, entretanto, mudou-se para Sicília pela clemência do divino Nerva, onde agora ensina retórica e se vinga de sua fortuna por meio das exortações em seus preâmbulos"*[46] (Cartas IV 11: 14).

No texto, o autor apresenta a ideia consagrada na historiografia tradicional, que fora extraída essencialmente da *Vida dos Doze Césares*. Nerva é tratado como o princípio de pacificação da *Urb*, término das perseguições e reestruturação rumo ao esplendor! Fato que supostamente ocorreria com Trajano. Por isso, Plínio é veemente na

---

[42] Trata-se do local onde se reuniam os pontífices. No entanto, a partir da tomada do cargo por parte de Augusto, este espaço era cedido às vestais.

[43] [*Nam cum Corneliam Vestalium maximam defodere vivam concupisset, ut qui illustrari saeculum suum eiusmodi exemplis arbitraretur, pontificis maximi iure, seu potius immanitate tyranni licentia domini, reliquos pontifices non in Regiam sed in Albanam villam convocavit*].

[44] Pode ser "como sequência do julgamento".

[45] [*Ardebat ergo Domitianus et crudelitatis et iniquitatis infamia. Arripit Licinianum, quod in agris suis occultasset Corneliae libertam. Ille ab iis quibus erat curae praemonetur, si comitium et virgas pati nollet, ad confessionem confugeret quasi ad veniam. Fecit*].

[46] [*Ex quo tamen postea clementia divi Nervae translatus est in Siciliam, ubi nunc profitetur seque de fortuna praefationibus vindicat*].

construção dessa oposição: Domiciano (tirano, cruel, desumano e , por vezes, como um animal ou besta irracional) *versus* o período de Nerva e Trajano, onde cada um desses dois pode ser distinguido (tanto um quanto outro pode ser chamado de clemente, justo, pacífico e, por conseguinte, aproximado da representação de deus).

A aproximação que Plínio faz de Domiciano ao estado de natureza animal, longe do humano e, muito mais, do divino é uma recuperação estóica do pensamento aristotélico. Segundo Cunha, num comentário sobre as virtudes em Aristóteles, temos que

> "*As virtudes (tal como os vícios) não são estados afectivos ou afecções, nem faculdades. São disposições: uma forma dada de viver as afecções. Se a disposição é boa, estamos perante virtudes. Se é má, estamos perante vícios. Bom será quando se experimentam emoções como as dos estados afectivos referidos no momento oportuno, nos casos e relativamente às pessoas que convém, pelas razões e da forma adequada*" (2010, p. 9).

Por causa de seus inúmeros vícios, bem como sua disposição em mantê-los (ou não buscar a *virtus*), Domiciano afastava-se da divisão estóica homem-deus, aproximando-se da ponta oposta: animal-natureza. Essa situação é tão aviltante, que pode ser considerada como o *status* de um escravo. Pois, para o pensamento estóico,

> "*O escravo é colocado em uma condição social contra naturam quasi. O homem que é posto longe do alcance da razão, sua característica primordial, escapa ao que lhe é natural (...) O escravo, colocado por principio em uma posição desumanizadora, é fonte de crise. Um homem desumanizado está em desacordo com a natureza, é, pois, um erro*" (OMENA, 2000, p. 93).

Neste ínterim, Santos confirma essa tese ao afirmar que "um homem será virtuoso se sua razão for desenvolvida e justa, e se estiver adequada à plena realização da natureza humana. É a isso que se chama "virtude", nisto consiste o bem moral, que é o único bem próprio do homem" (1998, p. 147).

Com base nesse postulado, Trajano e Nerva seriam representantes da *virtus* por voltarem-se à razão, a *pietas* e o respeito ao *mos maiorum*. Contrapondo-se a isso, Domiciano, levado pelas paixões, impulsos e toda ordem de características animalesca não buscará lapidar seus sentidos. Antes esse, por causa de sua índole, bem como sua soberba será usado por Plínio para representar o mais aviltante, os vícios. Domiciano estará segundo a retórica pliniana desprovido, desumanizado, desvirtuado.

Nesse sentido, Nerva e Trajano serão reconhecidos e louvados por Plínio, não apenas por considerar os valores tradicionais, mas também por valorizar esses homens que retomam por suas práticas o *mos maiorum*. E, por esse motivo, mostrarem providos do maior bem moral: a *virtus*. Ao se referir à diferenciação pliniana entre os modelos

desses imperadores, Corassin, analisando o *Panegírico*, explicita que "o caráter humano e liberal do *princeps* é exaltado em antítese ao despotismo. Domiciano é qualificado como *spoliator et carnifex* (Pan. 90,5), 'o mais ávido dos ladrões' (Pan. 94,3), cujas vítimas são os ricos membros da aristocracia" (1997, p. 201).

A mesma oposição aparece nas cartas dos nove primeiros livros cujo assunto remete a um desses três imperadores. Domiciano é aviltado e aviltante. Seu despotismo e a falta de *pietas* são apontados por Plínio. No processo de defesa de seu grupo social, o autor das cartas usa o *mos maiorum* para demonstrar o descaso do imperador. Afinal, segundo a retórica pliniana, respeitar o *mos* levaria Domiciano respeitar os filósofos, artistas, a aristocracia ligada aos fundadores da *Urb*.

Na Carta IV 22 Plínio continua, fala de seus amigos afligidos pela tirania de Domiciano. Nessa carta escrita para Semprônio Rufo[47], o redator descreve as mudanças com a chegada de um nobre príncipe ("*optimi principis*"): possivelmente Nerva[48]. Narra que os delatores do período anterior não tem a mesma força, nem a mesma coragem. A figura de Nerva agia enquanto elemento enfraquecedor de tais homens. Além disso, Plínio comenta as ações de Catulo Mesalino[49]:

> "*O discurso incidiu sobre Catulo Mesalino, que privado da luz, havia incorporado a desgraça da cegueira em seu gênio cruel: não conhecia a verdade, nem a vergonha, nem a compaixão; fora usado com frequência por Domiciano para golpear homens excelentes, como se tratasse de dardos, que de forma cega e inesperada alcança suas vítimas*"[50] (Carta IV 22: 5).

Mais uma vez Domiciano é depreciado. Agora pela utilização de um de seus delatores. Catulo Mesalino, pelo que notamos na carta, agia valendo-se das vontades de Domiciano e causando transtornos aos homens excelentes.

Além do caso de Catulo Mesalino, vale a pena lembrar as citações a Marco Régulo (*Cartas* I 5; I 10 e VI 2). Este senador, fora segundo Plínio um dos mais terríveis delatores do período de Nero e Domiciano. Enquanto destacado orador atacou ferozmente Plínio e seu grupo. Vejamos uma das cartas:

> "*Já vistes alguém mais vil e mais covarde que Marco Régulo após a morte de Domiciano? [Este] cujo reinado havia cometidos infâmias não menores que as realizadas no período de Nero – entretanto menos conhecidas. Começou a temer que estivesse irado com ele, e não se enganava: estava irado!* 2 *Havia*

[47] Exerceu o cargo de cônsul em 113 e possivelmente fora amigo do filho de Calpúrnio Fobato.
[48] Embora não haja concisão se a utilização do título é dada, no caso, a Nerva, acreditamos nessa hipótese em virtude do contexto narrado pelo autor.
[49] Conhecido delator utilizado por Domiciano. Este exerceu o consulado em 73 e 85.
[50] [*Incidit sermo de Catullo Messalino, qui luminibus orbatus ingenio saevo mala caecitatis addiderat: non verebatur, non erubescebat, non miserebatur; quo saepius a Domitiano non secus ac tela, quae et ipsa caeca et improvida feruntur, in optimum quemque contorquebatur*].

> *favorecido a condenação de Rústico Aruleno[51], se exultara com a morte, até o ponto de recitar em público e depois publicar seu libelo[52], no qual persegue Rústico, e ainda o chama de "imitador dos estóicos[53]", e acresecenta "marcado com o ferro de Vitélio[54]" - conheces a eloqüência de Régulo (...)*"[55] (Carta I 5: 1,2)

A epístola pliniana escancara o descontentamento do autor com o período, bem como seu rancor com os atos patrocinados pelo imperador. Além disso, realça a desqualificação dada aos homens desse período, denotando seus vícios e suas atitudes indecorosas, conjuntamente com a improbidade administrativa do período. Plínio apresenta claramente seu posicionamento político e seu alinhamento com os escritores e pensadores estóicos e reitera a defesa de seus amigos atacados no período[56]. Em suma, mostra que tais homens não eram dignos dos cargos que exerciam e, desse modo, não representariam o ideal de homem político.

Assim, Plínio, enquanto suposto defensor da moralidade pública, informa sua postura a Umidio Quadrato[57] com o advento da morte de Domiciano:

> "*Com a morte de Domiciano, depois de refletir, decidi-me por perseguir os culpados, vingar as vítimas, trazer essas coisas à tona. Tendo em vista que muitas pessoas cometeram muitos crimes, ninguém me pareceu mais atroz que o violento ataque que promoveu no Senado, de um senador contra outro, de um ex-pretor[58] contra um ex-cônsul, de um juiz contra um acusado*"[59] (Carta IX 13: 2)

---

[51] Trata-se de Lucio Junio Aruleno Rústico, executado a mando de Domiciano em 93.

[52] Escrito que se imputa a culpabilidade de um réu.

[53] Pela ênfase pliniana, acreditamos que o sentido atribuído por Régulo à Rústico deve ter sido muito pior... pejorativo. Talvez "plágio dos estóicos" seria melhor. Régulo tentava demonstrar que seu antagônico interlocutor não dispunha de opinião própria e era levado pela corja dos estóicos.

[54] Vitélio fora imperador antes de Vespasiano, governara, possivelmente, entre abril e dezembro de 69. Pelo que parece, Rústico deve ter ascendido à carreira pública com a morte de Vitélio e/ou ter ascendido pela atuação militar durante o governo desse último (que poderia ter lhe rendido marcas ou cicatrizes literais). Nas traduções comentadas que utilizamos temos "esclave marqué du stimate de Vitellius" e "*on branded with the scar that stamped him a Vitellian*". Destacamos que a tradução francesa inclui o termo escravo e, por sua vez, uma observação da tradução inglesa nos explica os aspectos simbólicos desta oração. Pois, Régulo estaria comparando Rústico com um escravo fugitivo, também poderia estar referindo-se a marcas físicas sofridas em combate.

[55] [*Vidistine quemquam M. Regulo timidiorem humiliorem post Domitiani mortem? Sub quo non minora flagitia commiserat quam sub Nerone sed tectiora. Coepit vereri ne sibi irascerer, nec fallebatur: irascebar. 2 Rustici Aruleni periculum foverat, exsultaverat morte; adeo ut librum recitaret publicaretque, in quo Rusticum insectatur atque etiam 'Stoicorum simiam' appellat, adicit 'Vitelliana cicatrice stigmosum' — agnoscis eloquentiam Reguli (...)*]

[56] A leitura das Cartas Plinianas permite-nos citar o exílio de Júnio Maurício, Fânia e Arria, como também a execução de Helvídio, Prisco, Herênio Senecio e o próprio Rústico durante a perseguição ocorrida no ano de 93.

[57] Segundo a Carta VII 24, trata-se do neto de Umidia Quadratila, que fora cônsul durante o governo de Adriano.

[58] Plínio faz citação à Publicio Certo (veja as *Cartas* III11; VII 19), que teria participado ativamente em processos contra alguns amigos de Plínio.

[59] [*Occiso Domitiano statui mecum ac deliberavi, esse magnam pulchramque materiam insectandi nocentes, miseros vindicandi, se proferendi. Porro inter multa scelera multorum nullum atrocius videbatur, quam quod in senatu senator senatori, praetorius consulari, reo iudex manus intulisset*].

Plínio nessa carta rememora o temor existente no período de Domiciano, descrevendo um suposto caos no Senado (que era instaurado pelo temor das condenações, dos exílios e das demais atrocidades patrocinadas pelo imperador). Tendo passado o período, o autor afirma que é preciso vingar os inocentes. Mais uma vez, o discurso pliniano trabalha a oposição/ contradição: inocente – culpado. Aqueles que estivessem com Domiciano seriam os atrozes. Por sua vez, aqueles que suportavam, padeciam ou eram humilhados, mostrando todo seu valor frente à calamidade, fortalecendo-se pelas facetas estóicas, sendo condenados, exilados, excluídos da vida política seriam os inocentes, dignos, virtuosos, fiéis e, por conseguinte, eleitos para honra e louvor: Plínio e seus amigos filósofos, escritores, membros da aristocracia provinciana, enfim aqueles que se encontravam retirados ou minimizados na vida política.

Aquele momento de tirania, de medo e caos findariam como uma grande tempestade... e o sol floresceria. Plínio afirma que "nos primeiros dias depois da restauração da libertade, todo o mundo, pensando em si mesmo, havia levado diante dos tribunais seus inimigos, desde que não fossem poderosos"[60]. Em suma, Nerva representava os ideias de *res publica*, dado principalmente pela *libertas publica*. E, dessa forma, começaria um período de justiça (pelo menos no âmbito jurídico).

Essas afirmações podem ser confirmadas com algumas moedas cunhadas no período. Vejamos:

Moedas do Período de Nerva[61]	
Imagem	**Descrição**

[60] [*Ac primis quidem diebus redditae libertatis pro se quisque inimicos suos, dumtaxat minores (...)*] Carta IX 13:4.

[61] Imagem número 1 fora retirado de http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.harlanjberk.com/ancientcoins/images/300x300/cc25388a.jpg&imgrefurl=http://coincircuit.com/Closed_Coin_Auction/auctionmap.php%3Fdirname%3DClosed_Coin_Auction%26ItemType%3DCoin%26class%3DCoin%26sale_id%3D1363%26country%3DANCIENT%2520ROMAN%26category%3DNERVA-COMMODUS%2520(96-192%2520AD)%26single%3D&usg=__iXGSvoqaVb57znxs5vYAfkjmGd8=&h=300&w=300&sz=70&hl=pt-BR&start=3&um=1&itbs=1&tbnid=1xLieUvy7C-TtM:&tbnh=116&tbnw=116&prev=/images%3Fq%3Dnerva%2B%252B%2Bmumismatic%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26rlz%3D1W1SUNC_pt-BR%26tbs%3Disch:1; acesso em 15/05/2010.
A moeda apresentada no quadro 2 fora retirada de JÜNGER, K. *Schmidt Collection*. *Ex Monetarium Liste 61*. Berlim, no. 87, 1993. Disponível em: www.cngcoins.com; acesso em 16/05/2010.
A última moeda (nº 3) fora retirada de http://www.wildwinds.com/coins/ric/nerva/t.html; acesso em 16/05/2010.

1



Denarius, circulação em Roma por volta do início do no de 97 , 3.40g.

Inscrições:
Obv: *IMP NERVA CAES AVG PM TR P COS III.*
Rx: *SALVS PVBLICA*

2



Denarius, área de circulação não confirmada, ano de 96, 3.59 g.

Inscrições:
Obv: *IMP NERVA CAES AVG P M TR P COS II P P*
Rx: *LIBERTAS PVBLICA*

3



Denarius, área de circulação não confirmada,s/d.,3.6 g.

Inscrições:
Obv: *IMP NERVA CAES AVG P M TR POT*
Rx: *COS III PATER PATRAE*

Pela rápida análise do material numismático observamos que Nerva fez questão de retomar nas moedas de circulação de seu período valores importantes para a coesão de seu governo. A moeda apresentada no primeiro quadrante tem motivo genérico, pois além de mostrar o referido imperador apenas saúda a pátria. Por sua vez, os dois quadrantes seguintes mostram a *virtus* de Nerva. No quadro intermediário notamos o tema recorrente das Cartas Plinianas: a *libertas*. Nerva reconhece seu papel no processo de pacificação e, possivelmente, aproveita-se do cenário favorável (deixado pelas manifestações que começam surgir a partir dos letrados que foram perseguidos por Domiciano), onde ele é laudado por acabar com o exílio e as perseguições. A moeda possibilita a compreensão a partir da oposição com o governo seguinte.

No entanto, a construção dessa figura que volta à ancestralidade, retomando o *mos maiorum*, é observada na moeda apresentada no terceiro e último quadrante. Nessa a figura do *pater familia* é retomada numa noção superlativa, onde Nerva é o pai da "grande família dos romanos", isto é, temos a titulação de "pai da pátria".

Essas moedas, que ilustram os pontos aqui apresentados, demonstram que alguns dos elementos retóricos constituídos por Plínio eram esmerados e, ao mesmo tempo esperados, pelo imperador. Além disso, reforçam os valores romanos do período e o processo, pelo qual o imperador tentava fortalecer sua imagem. Contudo, a *vitus* de Nerva expandia-se a outras qualidades. Prossigamos observando-as com a ajuda de Plínio.

Os atos de Nerva, enquanto representante da *virtus* é lembrado por Plínio. A *liberatitas* (Carta VII 31:4) figura-se como outra importante virtude de Nerva para o autor. No entanto, Nerva representa o homem público, pois (diferentemente de seu antecessor que tem um lado animalesco, é movido por paixões, ira e cólera, estando próximo do estado natural) mostra um lado divino, compassivo, generoso, bondoso. Por essas características, Plínio remete Nerva ao termo *divus*, adjetivo este que é dado por várias vezes ao imperador (*Cartas* IV 11; V 3; VII 33 e X 58).

Na Carta dirigida a Tácito, Plínio se refere às cartas trocadas com Nerva[62], onde tece alguns comentários sobre o imperador e alguns homens que atuaram em prol da *libertas publica*:

> "*O divino Nerva (pois ele, também no privado, estava atento aos atos que eram feitos em benefício público) me enviou uma carta ponderada em que não só me congratulava, conjuntamente com nossa época, porque ela havia tido um exemplo (com esses termos escreveu) semelhante ao dos antigos*"[63] (Carta VII 33:9).

No excerto notamos que Nerva possivelmente reconhecia o papel de alguns pensadores, escritores e outros homens públicos para o início e consolidação de seu governo. Pelo que parece, tento o imperador, como Tácito e Plínio, entendiam que a constituição da vida política passava pela representação do *mos maiorum*, que era pautado na *virtus*.

Conforme observamos a construção da representação de homem político advinha de um modelo principal: do *princeps*. Essa elaboração é tributária do pensamento da época pliniana, que sofrera grande contribuição de outros escritores (alguns deles que faziam parte de seu círculo de amizades). O homem político é detentor da *virtus* e respeitador do *mos maiorum*, valoriza a *libertas* e, assume, por isso, características que o elevam, divinizam.

---

[62] Estas que infelizmente não chegaram até nós.

[63] [*Divus quidem Nerva — nam privatus quoque attendebat his quae recte in publico fierent — missis ad me gravissimis litteris non mihi solum, verum etiam saeculo est gratulatus, cui exemplum — sic enim scripsit — simile antiquis contigisset*].

Concordamos com a ideia retomada por Stadler (2010), ao afirmar o papel das cartas/ discursos para afirmação da representação do "tipo ideal" de Trajano. Nesse sentido é irrefutável a relação de Trajano com a representação de homem político. Essa é tão evidente, que Trajano pode ser transferido à categoria de ícone de homem político. Pois como lembra Rossi (2001), ao analisar o *princeps* na documentação de Dion Crisóstomo no mesmo período que o nosso com o aporte de Peirce, "o ícone: classe de signos cujo significante mantém uma relação de semelhança com o que representa, seu referente" (p. 19).

No entanto, acreditamos que Plínio angaria poder por deter um importante veículo de formação do meio público: as Cartas. Suas Cartas realçam e (re)elaboram as representações de homem político de seu tempo.

Além de entrever a representação a partir do *princeps*, o autor, por meio de suas Cartas movimenta o trâmite político de seu tempo. Por meio das práticas clientelistas inicia um processo de "negociação de representações", afirmando quem pode e, por outro lado, quem não pode atuar na carreira política.

Podemos perceber que ser imperador não garantia as qualidades de homem político. Domiciano é apresentado como anti-exemplo de homem político por deter, sob a ótica pliniana, inúmeros vícios. Diferentemente de Trajano e Nerva. Plínio, similarmente apresenta seletividade quanto à representação do homem político. Em seguida, portanto, trataremos das relações existentes entre a representação de homem político para Plínio e suas respectivas ligações com a *virtus* e a possibilidade de assumir cargos públicos.

Entretanto, a *virtus*, como a firma Stadler (2010) agirá sob as mãos do artesão das epistolas como "aparato legitimador" (p. 135). Seja através da apropriação do modelo ou de representação excelente, máxima que é o *princeps*; ou então, pelo seu anti-modelo, que são os imperadores dados aos vícios, Plínio atuará no sentido de construir sua(s) representação(ões) com o interesses próprios.

Para verificar mais sobre esse processo de constituição dessa representação para Plínio, bem como alguns dos interesses que circundam a representação de homem político, passemos à discussão do Capítulo III.

CAPÍTULO III –

A Representação de Homem Político no Cotidiano de Plínio

Vimos até agora que seja nos elementos administrativos para a coesão das províncias, bem como no relacionamento social na *Urb*, no processo de legitimação e idealização do *princeps* a partir da *virtus*, temos a presença do pensamento estóico. Este que é utilizado cotidianamente por meio do discurso ou apelo ao *mos maiorum*.

No último capítulo notamos a importância da *virtus* e da *fides* na constituição da representação pliniana de homem político. Também vimos que Plínio, conforme demonstrado, vale-se da representação máxima ou ideal de homem político: o *princeps*.

Assim, neste derradeiro capítulo tentaremos mostrar como Plínio formulava, através de exemplos didáticos, da ilustração da *virtus* no processo da *comendatio* de seus clientes e por suas práticas políticas, a representação de homem político. Para isso, no primeiro item trataremos das representações ou das condições para representação de homem político no epistolário pliniano. E, sequencialmente, verificaremos os supostos interesses plinianos em torno dessas representações.

1- Das Qualidades dos Homens Políticos no Tempo de Plínio

Conforme instado, essa parte tratará da representação de homem político para Plínio a partir de suas vivências, apresentadas em suas Cartas. No entanto, já avisamos que essa representação vale-se dos mesmos pressupostos utilizados no processo de compreensão do homem político a partir do *princeps*.

Outro fator relevante (e já apontado) é que o processo de formulação desses ideais de homem político dependem da *virtus*, esta que precisa ser externada na carreira pública e, ao mesmo tempo, ser demonstrada pelo respeito pelo *mos maiorum* para o ingresso nesta.

No bojo dessa situação é mister lembrar que as práticas políticas romanas se dão por meio das relações clientelistas, estabelecidas pelo patronato e efetuadas com suporte teórico da *fides* e da *amicitia*.

Além disso, lembramos que a *virtus* é um cabedal que precisa de propagação. Assim, os monumentos, os textos, as poesias, as dramatizações e as cartas entre amigos são importantes canais de veiculação de ideias, de perpetuação do *mos maiorum* e de divulgação de feitos virtuosos.

Para verificar tais proposições podemos iniciar citando o modelo das Cartas. Elas seguem rígidos padrões estipulados para o gênero no tempo de Plínio[1]. Pois, as Cartas apresentam o hábito de laudar feitos, indicar amigos para cargos e lembrar de grandes personagens (ilustres ou não). Para Matin (1985)

> "*Além da função informativa, alude-se esporadicamente outras funções epistolares típicas: recomendação, felicitação, agradecimento, petição. Também, em relação com a especial vinculação amistosa expressada nas cartas, encontramos que em algumas delas acompanham o envio de uma obra literária, cumprindo função oratória, ou demandando correção*" (p. 95).

Assim, a maioria das Cartas a seguir tratará de epistolas de recomendação, felicitação ou petição. Nestas Plínio elogiará ou indicará determinada pessoa a uma honra pública por causa da suposta *virtus* desta. Este tipo de documentação epistolar circunda as relações políticas baseadas pelo clientelismo onde um patrono corresponde com seus clientes ou com outro patrono a fim de promover um determinado amigo. Por isso, além do indicado, o patrono (que assume uma figura de *pater*) amplia sua visibilidade e seu poder com o aumento de sua lista de clientes.

Segundo Venturini (1993; 2000), as práticas plinianas circundavam os interesses clientelistas. Assim, com o intuito de demarcar o espaço social de grupo, por meio de um discurso, que retomava os valores dos antigos, indicava nomes a cargos públicos. Em outras palavras, por meio da elaboração e do emprego de sua representação de homem político, Plínio dava aos seus amigos legitimação na carreira pública com o suporte da patronagem.

Exemplo dessa prática pliniana está contido na Carta destinada a Domicio Aponinário[2]. Nesta Carta onde Plínio discute a indicação de Sextio Erucio[3] a um cargo público, retoma as características familiares do indicado a fim de valorizá-lo aos olhos do destinatário dizendo que "seu pai Erucio Claro, de virtude (santidade)[4] 'à moda antiga" –bem como seu tio- "Gayo Septicio, não há pessoa mais verdadeira, pura e fiel que este[5]" (Carta II 9).

---

[1] Sobre o trato entre amigos na trocas epistolares verifique CICERO, *Carta aos Familiares*. X 1,2.

[2] Amigo de Marcial e cônsul eleito em 97, o que segundo Sherwin-White poderia indicar que a carta fora escrita no mesmo ano.

[3] Sextio Erucio Claro fora general de Trajano nas Guerras párticas.

[4] Por vezes, pessoas citadas nas cartas plinianas são adjetivadas com casto e santo.Entendemos que na maioria das vezes o adjetivo santo é uma representação de *virtus*, isto é, é colocado no lugar desse último conceito pois tem competência para substituí-lo sem muito prejuízo. Ser santo remete à divinização, como também, manter-se em retidão. Em outras palavras a santidade se dá por meio do respeito a tudo que é sagrado (na visão pliniana os valores romanos perpetuados pelo *Mos Maiorum*).

[5] ["*Nam pater ei Erucius Clarus, vir sanctus antiquus disertus atque in agendis causis exercitatus*. (...) *Habet avunculum C. Septicium, quo nihil verius nihil simplicius nihil candidius nihil fidelius novi*."]

Para ser merecedor de indicações plinianas a análise da ascendência se fazia necessária para verificar a retidão familiar quanto às obrigações públicas. Dentre as obrigações, percebemos em destaque nessa passagem a valorização dos costumes antigos, isto é, do *mos maiorum*. Plínio, ao se referir a Erucio como "*vir sanctus antiquus*" retoma a importância dos valores morais para o exercício do cargo público. E, estes valores devem se dar numa consonância passado-presente. Similarmente, o adjetivo *fidelius* atribuído a Septicio completa a análise familiar, pois podemos entender que os varões desta família são dignos de representar o povo romano. Este adjetivo, conforme discutimos anteriormente, neste contexto adquire múltiplas funções por assumir valor moral (pudor), social (dignidade) e religiosa (fidedignidade e crença aos costumes) estabelecida através do *mos maiorum*.

Ao tratar das relações políticas devemos nos lembrar que

> "*No caso da palavra fides, encontramos o seu significado mais genérico nas Cartas, enquanto a reunião de indivíduos que lutam pelo mesmo objetivo cultural e político. Como uma qualidade social, a* fides *simboliza uma relação de confiança mútua baseada na fidelidade. Tal sentido pode ser obtido com a presença dos substantivos fidelis e foedus, designando o pacto concluído entre os indivíduos ou os círculos políticos"* (VENTURINI, 2005, s.p).

Portar a *fides* era condição *sine qua non* para o homem político. Plínio, como *bonus civis*, sabia que essa característica se dava pelo respeito aos valores romanos. Nesse sentido, só seria apto ao cargo público quem comungasse dos antigos. Essa ideia é muito recorrente nas Cartas Plinianas e, talvez, seja sua leitura da retomada de valores republicanos pela instituição do Principado. Esses valores alicerçados na época de Augusto com a ajuda de pensadores e poetas são reiterados por meio de máximas ou citações implícita ou explicitamente em várias Cartas (I 5, 20; VII 4, 15; V 3, 6 , 8 VII 17; VIII 24), isso sem contar as referências às obras homéricas.

Nessa retomada do *mos maiorum*, o *exemplum* será o elemento central. Numa lógica dedutiva, tendo convivido com homens fidedignos, possivelmente tornar-se-á fidedigno. O exemplo para o romano, isso inclui Plínio, será o elo passado-presente, velho-novo, ou seja, um elemento garantidor da tradição. Esse pensamento é explicitado em uma máxima que fecha a epístola VIII, 18: "Da mesma forma que os ouvidos dos homens se alegram com as novidades, também nossa conduta na vida se aprende com exemplos"[6].

[6] [*Nam cum aures hominum novitate laetantur, tum ad rationem vitae exemplis erudimur.*]

É preciso, no entanto, fazer uma pausa e retomar as contribuições de Carlos Roberto de Oliveira sobre a questão. Este, num artigo (que deu origem a um de seus capítulos do trabalho de Livre Docência) intitulado *A 'Fábrica' de Heróis* o autor afirma que "as figuras dos *veteres*, permitimo-nos situá-los na categoria dos heróis construídos por meio da exaltação das virtudes cidadãs" (s/d, p. 1 – *Ad privatum*).

Dessa forma, retomar a origem ou a genealogia da família não se trata apenas de valorizar ou buscar o passado. Entretanto, observamos um processo de construção ideal sobre a imagem desses *veteres* apresentados por Plínio. Esses, como Oliveira afirma, podem ser vistos como "heróis construídos por meio da exaltação das virtudes cidadãs". Sendo assim, um pressuposto na confecção do caráter, via processo educacional, do jovem, dá-se por meio da divulgação desses *exempla*. Conformemente, tais *veteres* por suas práticas sociais e políticas, sob o olhar pliniano, emanam qualidades (*virtus*) que são revertidas pelo autor em modelos didáticos ou representações de homem político.

Tanto no que se refere ao *vetus* ou ao contemporâneo de Plínio, a aplicação da *fides* circundavam as obrigações (funções) sociais, pois isso correspondia aos ditames dos deuses. Mesmo que o cumprimento de determinada função pudesse causar dor, descontentamento ou risco o cidadão que detinha essa virtude o fazia. Um exemplo desse fato notamos na Carta à Prisco sobre a doença de Fania, mulher de Helvidio (Carta VII 19).

Na referida correspondência Plínio relata que Fania está doente por cuidar da vestal Junia. Fania cuida dessa última, por se tratar de uma meia-parente, bem como em virtude da ordem dos pontífices. Por não fugir de sua incumbência, mesmo se tratando de uma doença contagiosa, ela é digna de *laudatio*. Seu dever, que segundo Plínio, é exercido diligentemente e por isso reconhece sua pureza, sua santidade e constância[7].

Diferentemente dos exemplos de *fides* relacionadas ao trato público, isto é, relacionado com a vida política, que agiria como um dos itens qualificadores para o *cursus honorum*, este se relaciona – segundo Freyburger - à uma questão religiosa (*religio*) e, por isso, pode ser entendida "uma disposição interior do indivíduo, uma "crença" pessoal (cf. *opinio*)" (2009, p. 15)

A *fides*, segundo Plínio, deveria ser seguida a qualquer custo. Prova disso são seus dizeres na Carta endereçada a Otavio Rufo[8]. Nessa o autor apresenta uma

[7] [*Quae castitas illi, quae sanctitas, quanta gravitas quanta constantia!*]
[8] Possivelmente se trate de Gayo Mario Marcelo Octavio Publio Cluvio Rufo, amigo literário de Plínio, parente do historiador Cluvio Rufo e fora côncul no ano de 80.

apreciação sobre a assistência jurídica ao povo bético em contraposição à vontade de Domiciano. Tal interferência, afirma Plínio, era extremamente perigosa. Mas, mesmo assim, ele não poderia negar o chamado. Ele afirma: "Assim, meu sentido de fidelidade e de dever me impedem atuar contra uma província, onde estive em diversas ocasiões ligado pelos trabalhos e inclusive por tantos perigos" (Carta I 7)[9].

No caso referido, Plínio vale-se da *fides* enquanto elemento de retórica jurídica (Freyburger, 2009, p.15). Assim, em virtude dos laços de reciprocidade (também inerente à *fides*) gerados elo convívio, Plínio afirma não ser justo abandonar os mais necessitados. Plínio retoma o princípio de *aequitas* (Idem, Ibidem, p. 15), que na retórica ciceroniana, por exemplo, era usada como retidão ou justiça para com algo ou alguém. Ressaltamos que há outra faceta importante: Domiciano. Abandonar o povo da bética seria - pelo que Plínio deixa implícito - uma ação permissiva com o que ocorrera no período desse imperador.

Prosseguindo nesse assunto, a Carta VII 33, remetida a Tácito detalha essa questão. Tal Carta mostra o processo jurídico que transcorrera entre as partes e, por sua vez, Plínio nos mostra seu anseio em trazer os fatos ao conhecimento público. No entanto, segundo ele, com imparcialidade, "pois, a história não deve superar os limites da verdade, esta também, deve ser suficiente para narrar os feitos honestos" (CartaVII 33:10)[10]

Vejamos, a partir de agora, com mais detalhes, como Plínio construía sua representação de homem político com a finalidade de fortalecer seus argumentos retóricos em função da *comendatio* de seus amigos aos cargos públicos, como nas análises plinianas sobre seus amigos falecidos.

Iniciemos pela Carta VII 22, onde Plínio trata com Pompeu Falcão[11] da indicação de Cornélio Miniciano ao tribunato. Observemos como o autor retoma as virtudes do indicado:

> "*Trata-se de Cornélio Miniciano, orgulho de minha região*[12] *por sua dignidade e seus costumes. Nascido numa família distinta, possuidora de grandes recursos, que ama os estudos literários como os propiciam aos pobres. Conformemente, um juiz retíssimo, um advogado muito persuasivo, um amigo muito leal.* 3*Pensarás que fostes tu que tens recebido um benefício, ao conhecê-lo de perto verás que é próprio – não quero afirmar de forma*

[9] ["*ita nec fidei nostrae nec constantiae quam diligis convenit, adesse contra provinciam quam tot officiis, tot laboribus, tot etiam periculis meis aliquando devinxerim*"].
[10] [*Nam nec historia debet egredi veritatem, et honeste factis veritas sufficit*].
[11] Trata-se de Quinto Roscio Célio Murena Pompeu Falcão, cônsul no ano de 108.
[12] Possivelmente Plínio refira-se a sua província.

> *mais enfática de um homem tão modesto – para qualquer cargo, para qualquer título. Até logo.*"[13] (Carta VII 22: 2,3)

Plínio usa sua correspondência com a finalidade de angariar novo posto para seu amigo Miniciano. Para isso retoma a região de origem do rapaz (a Transpadana), depois de apresentar as virtudes, aprecia sua atuação pública e afirma com superlativos os valores do indicado (retíssimo, fortíssimo, fidelíssimo). Retomando Freyburger, Plínio apresenta duas variações da *fides* no desenvolvimento de sua argumentação de propósito clientelista. Temos o emprego "Moral (*fides* é empregada com *pudor*, *probitas*, *continentia*), social (cf. *dignitas*, *decus*, *gloria*)" (2009, p. 15), onde justifica-se pela carreira do indicado. Plínio só analisa o âmbito social e a moral (na coisa pública) desenvolvida por Miniciano porque este já desempenhara função pública. Suas qualidades, portanto, são fruto de uma aprendizagem pregressa, que fortaleceu-se a partir da inserção no *cursus honorum*. A *virtus*, que já existia, tornara-se ainda mais latente, transbordando suas as qualidades de homem político.

A Carta V 16 nos dá indícios sobre as qualidades almejadas por qualquer romano, contribuindo na compreensão da *virtus* na representação pliniana. Essa Carta trata da morte da filha de Fundano[14], visto que trata de tema fúnebre devemos ser cautelosos quanto aos comentários laudatórios. Contudo, podemos perceber que as características que compõem a *virtus*, para Plínio são consequências da madureza. A jovem detinha várias destas características como a *moderatio*, *constantia*, *prudentia*[15], além de curvar-se a seu pai e, por isso já estava pronta ao casamento. Valendo-nos das informações sobre o casamento, descritas por Veyne no primeiro volume da História da Vida Privada, podemos dizer que o casamento caracterizava, mais para o homem-logicamente, à madureza necessária para a vida pública. Os casados constituíam a família, base da sociedade porque "perpetuariam o corpo cívico, o núcleo dos cidadãos" (1994, p. 47). Desta monta, a jovem ainda pra cumprir ainda pra cumprir treze anos, para Plínio já era suficientemente madura para cumprir sua função social. Essa

[13] [*Est Cornelius Minicianus, ornamentum regionis meae seu dignitate seu moribus. Natus splendide abundat facultatibus, amat studia ut solent pauperes. Idem rectissimus iudex, fortissimus advocatus, amicus fidelissimus. 3 Accepisse te beneficium credes, cum propius inspexeris hominem omnibus honoribus, omnibus titulis — nihil volo elatius de modestissimo viro dicere — parem. Vale.*]

[14] Gayo Minicio Fundano, que fora eleito cônsul em 107 e, possivelmente também fora amigo de Plutarco.

[15] "*Nondum annos xiiii impleverat, et iam illi anilis prudentia, matronalis gravitas erat et tamen suavitas puellaris cum virginali verecundia. 3 Ut illa patris cervicibus inhaerebat! ut nos amicos paternos et amanter et modeste complectebatur! ut nutrices, ut paedagogos, ut praeceptores pro suo quemque officio diligebat! quam studiose, quam intellegenter lectitabat! ut parce custoditeque ludebat! Qua illa temperantia, qua patientia, qua etiam constantia novissimam valetudinem tulit!*" (Carta V 16: 2, 3).

apresentação de *virtus* também retomava um conceito de *fides*, haja vista que esta estava "indissoluvelmente ligado com a atitude [da pessoa] (cf. *constantia*)" (FREYBURGER, 2009, p. 15). Em outras palavras, para o romano, seguir os princípios familiares, ditado pelo *pater*, bem como cumprir o respectivo papel social era uma demonstração de fidelidade à pátria e à família, por fim demonstração de *virtu*s.

Para Sêneca, segundo Santos

> "*A virtude formula juízos sobre tudo, mas nada pode formular juízos sobre ela. E se a própria virtude não pode tornar-se mais reta, também as ações que se realizam por meio da virtude não podem ser mais retas uma do que as outras, pois todas elas têm de se conformar com a virtude*" (1998, p. 144).

A virtude era a base do juízo (e não o contrário), assim, conforme Plínio salientava a *virtus* designava a madureza, a retidão e a valorização do *mos maiorum*. Sem esta era impossível o trato dos assuntos públicos, ou seja, não poder-se-ia tornar homem político. A pessoa dada aos vícios, isto incluía não seguir seus desígnios sociais, não era digna da família, muito menos da vida política.

Na teoria, se o homem fosse detentor da *virtus*, o que envolvia dentre várias coisas o respeito ao *mos maiorum*, era motivo e o habilitava à carreira pública. Exemplo disso, a Carta onde o autor comenta um cargo logrado por Cornuto. Em seu comentário o autor comenta:

> "*Quem é melhor, mais santo [ou íntegro], quem é uma cópia mais perfeita de todos os valores antigos? Não foi por sua fama [reputação] que fiquei sabendo de seus méritos, que são excelentes e merecidíssimos, mas pela longa e íntima experiência pessoal*". (Carta V 14: 3)[16]

A relação clientelista assinalada entre Plínio e Cornuto fica evidente no excerto. Essa relação de contato é utilizada pelo autor para afirmar as virtudes de seu indicado. Ao utilizar *sanctius* para designar Cornuto, Plínio retoma os valores da vida deste. Por ser santo, o indicado seria portador da *virtus* e, por sua vez, teria todas as inúmeras qualidades almejadas ao cargo público. Apenas o *sanctius* proferido por Plínio, pelo que parece, não dá o suporte retórico necessário. Assim, o remetente, por confirmar que o objeto da *comendatio* contempla os valores dos antigos, completa o respeito às tradições que envolvem o *mos maiorum*. Em vista do conhecimento entre aquele que recomenda e aquele que é recomendado, vemos "no uso concreto, [que] *fides* é a adesão ou confiança depositada em algo ou alguém (cf. *foedus*)" (FREYBURGER, 2009, p. 15).

[16] ["Cornuto autem quid melius, quid sanctius, quid in omni genere laudis ad exemplar antiquitatis expressius? quod mihi cognitum est non fama, qua alioqui optima et meritissima fruitur, sed longis magnisque experimentis".]

O modelo acima é costumeiramente utilizado por Plínio, conforme descrito na Carta IV 15, notamos mais uma *laudatio* assentada em uma relação clientelista. Nesta, o autor, mais uma vez, pede ajuda aos correspondentes com a finalidade de conseguir um cargo para seu favorecido.

Na Carta IV 15 Plínio, seguindo seu protocolo clientelista, descreve as características de Rufo[17] para Fundano. Plínio diz que Rufo "é homem exímio e devoto de todo bom cidadão"[18], fato - que segundo ele - o incluía. O indicado era boníssimo, cumpria seu papel na vida pública e privada, sendo fecundo e dando vários filhos à Roma. Em defesa do jovem Rufo, Plínio diz:

> "*Não quero seguir falando de meu amigo de forma pretensiosa, só quero dizer-te: é um jovem merecedor [digno], que anda conforme o costumes dos antepassados, tome-o no lugar de filho. Os homens sábios, como tu és, deveriam receber do Estado tais jovens como se fossem filhos, semelhante aqueles que acostumamos esperar da natureza*"[19].(Carta IV 15)

Notamos que Rufo detinha as características almejadas para o exercício da vida pública. Já dispunha de benesses, pois também gozava de destaque político e, tinha características sociais comuns a Plínio (fato pertinente, pois era um dos membros da clientela pliniana). Assim sendo, o remetente pede a Fundano apoio para seu amigo (*amicitia*) e lembra a este que Rufo tem muitas coisas em comuns com ambos:

> "*Também, Cornélio Tácito, que sabes a estirpe de homem que é, está ligado por íntima familiaridade. Por ele, já que ambos nos aprovam, é necessário que tenhamos o mesmo sentimento acerca de Rufo, visto que semelhanças de características são- sem dúvida- o mais forte vínculo para fortalecer uma amizade*"[20](Idem).

Com a ideia ciceroniana de que as semelhanças aguçam a amizade, Plínio demonstra que há mais do que a preservação da tradição por meio do *mos maiorum*, e, possivelmente, mais do simples interesses clientelistas. A Carta serve para mostrar quão bem relacionado Plínio está, pois usa o nome de Tácito para que Fundano interceda a favor de Rufo. No intuito de não receber qualquer resposta negativa, Plínio recorre aos valores clientelistas (*fides* e *amicitia*).

Esse processo de reforço da *virtus*, com o interesse de provar que o candidato ao pleito tem todas as características de um homem político, pode ser vislumbrado em

[17] Lucio Asinio Rufo, senador.
[18] [*Est homo eximius et bonorum amantissimus.*]
[19] [sed nihil volo de amico meo arrogantius dicere; hoc solum dico, dignum esse iuvenem quem more maiorum in filii locum assumas. Debent autem sapientes viri, ut tu, tales quasi liberos a re publica accipere, quales a natura solemus optare.]
[20] [*Idem Cornelium Tacitum - scis quem virum - arta familiaritate complexus est. Proinde si utrumque nostrum probas, de Rufo quoque necesse est idem sentias, cum sit ad conectendas amicitias vel tenacissimum vinculum morum similitudo.*]

outra Carta. Nessa, Minício Fundano recebe a correspondência pliniana, que discute a candidatura de Júlio Nasão. Vejamos o que a carta relata:

> "*[Ele] é mercedor de cuidado pelo afeto que sempre me tem mostrado. Não posso dizer certamente que me uma com a amizade herdade de seu pai (pois a diferença de idade me impede); enquanto era apenas adolescente, seu pai mostrava-se com grandes honras. Era homem amante, não apenas dos estudos, mas também dos estudiosos, que eu então frequentava, para escutar Quintiliano e o sacerdote Nicetes*[21]*. Em outro prisma, um homem distinto, com grande prestígio, cuja reputação deve, sem dúvida, servir de ajuda ao filho*."[22] (Carta VI 6: 3)

Plínio justifica a candidatura de Nasão pela relação pessoal que estabelce com este há tempos, sua herança familiar (pois o pai de Júlio era digno de grandes honras), pela dedicação aos estudos (*opinio*, que conforme dissemos é uma variação da *fides*), pela *pietas* demonstrada pelo contato com os mais experientes e ao buscar os assuntos religiosos. A figura de Quintiliano e Nicetes, mais uma vez, são usadas para encorpar a lista de conhecidos do candidato, dando força a candidatura.

Deixando as implicações clientelista num plano secundário e passando à representação de homem político, Nasão é - para Plínio - merecedor, por deter a *virtus* advinda de seu pai, voltar-se aos estudos e, sobretudo respeitar as tradições subscritas no *mos maiorum*. Sua ação proba e voltada aos assuntos públicos como a arte da retórica, bem como o contato com os assuntos religiosos denota a índole do jovem. Os dois *vetus* citados (Quintiliano e Nicetes) agem enquanto elo entre passado e presente, coisa que o jovem não tem mais pela morte do pai. Contudo, o contato com duas figuras públicas importantes realça duas características vitais para a vida pública: conhecimento sobre os assuntos públicos e suas práticas (ensinadas por Quintiliano) e a reverência aos deuses, aos heróis e ao *mos maiorum* (desenvolvidas pelo trato com o sacerdote Nicetes.

Esse reforço que é dado a partir da inserção da figura de Quintiliano e Nicetes é explicado no parágrafo seguinte:

> "*No entanto, nesse momento, há muitos senadores que não o reconecem. Muitos outros que o conhecem, entretanto, só considera os vivos. Por isso [Nasão], sem deter o renome de seu pai (embora com mínima influência, pode orgulhar-se) deve esforçar-se por si mesmo*."[23] (Carta VI 6: 4)

---

[21] Natural de Esmirna e conhecido professor de retórica.

[22] [*Meretur hanc curam longa mei caritate. Est mihi cum illo non sane paterna amicitia — neque enim esse potuit per meam aetatem -; solebat tamen vixdum adulescentulo mihi pater eius cum magna laude monstrari. Erat non studiorum tantum verum etiam studiosorum amantissimus ac prope cotidie ad audiendos, quos tunc ego frequentabam, Quintilianum Niceten Sacerdotem ventitabat, vir alioqui clarus et gravis et qui prodesse filio memoria sui debeat.*]

[23] [*Sed multi nunc in senatu quibus ignotus ille, multi quibus notus, sed non nisi viventes reverentur. Quo magis huic, omissa gloria patris in qua magnum ornamentum gratia infirma, ipsi enitendum ipsi elaborandum est.*]

Embora o que seja mais latente seja a relação da *amicitia*, estabelecida entre pares, isto é, *amicus* (que geralmente pertencem à mesma origem ou grupo social), notamos uma crítica direta ao Senado. Aquela casa que deveria, segundo Plínio, ser exímio exemplo quanto ao respeito das tradições, olvida vários *bonus civis* (como é o caso de pai biológico do indicado). Esse desrespeito aos costumes, explica o remetente, leva Nasão a buscá-lo.

Esse respeito aos mortos ou defuntos era algo comum entre os romanos. Geralmente, a pessoa quando morria era lembrada por suas virtudes e feitos importantes. Esse tipo de memória seletiva, além de valorizar a figura do morto, reforçava as *virtus familiae*. Olvidar os feitos pelos antigos (principalmente os que já faleceram constituíam num *sacrilegium* sob a ótica pliniana) constituía um desrespeito que nenhum homem público deveria cometer, muito menos um senador.

Plínio, que se apresenta como defensor da moral (do *mos maiorum*) demonstra a reverência aos defuntos, vendo estes como exemplos de antigos que podem ser seguidos. Essa ideia é exposta na carta dirigida a Efulano Marcelino. Na correspondência o remetente fala do pesar que lhe aflige pela morte do amigo e destaca a origem desse falecido. Plínio escreve:

> "*A gigantesca dor que tenho sofrido pela morte de Junio Avito interrompe, faz parar, distancia-me de todos os trabalhos, das preocupações e distrações.* 2 *Havia colocado a toga senatorial em minha casa, havia contado sempre com meu apoio em suas candidaturas aos cargos públicos; e, lógico, detinha apreço por mim, respeitava-me de tal forma que me considerava formador de seus costumes, e, por se dizer, como seu professor.* 5 *Quão obsequioso se mostrara a Serviano*[24]*, o mais exato dos homens que existira! [Avito] sendo tribuno militar, de tal modo que com compreendera e cutivara [a seu superior: Serviano], então legado na Germânia Superior, que ao dirigir-se à Panômia, desejou que o acompanhasse, não como companheiro de armas, mas com amigo e membro de sua comitiva. Quanta determinação, quanta modéstia desempenhou a questura, que se fez tão amável e agradável como eficaz para seus cônsules (e teve vários)! Quanta energia e foco aspirou a esta mesma edilidade de que a morte o apartou! Por causa desses acontecimentos, aumentam ainda mais minha dor.*"[25] (Carta VIII 23:1,2,5)

---

[24] Fora um dos homens mais influentes do nos governos de Trajano e Adriano. Lucio Julio Urso Serviano nascera na região da Hispania em meados do primeiro século, fora cônsul por três vezes e casou-se com uma irmã de Adriano. Morrera por volta de 136.

[25] [Omnia mihi studia, omnes curas, omnia avocamenta exemit excussit eripuit dolor, quem ex morte Iuni Aviti gravissimum cepi. 2 Latum clavum in domo mea induerat, suffragio meo adiutus in petendis honoribus fuerat; ad hoc ita me diligebat, ita verebatur, ut me formatore morum, me quasi magistro uteretur. 5 Quod ille obsequium Serviano exactissimo viro praestitit! quem legatum tribunus ita et intellexit et cepit, ut ex Germania in Pannoniam transeuntem non ut commilito sed ut comes assectatorque sequeretur. Qua industria qua modestia quaestor, consulibus suis — et plures habuit — non minus

A honra obtida no *cursus honorum* é o assunto central apresentado na carta. Sua subordinação exemplar, sua bravura nas empreitas militares demonstravam algumas facetas da *virtus* do falecido. A *fides* para com Serviano e para com o próprio Plínio e o interesse pelo bem público (a defesa dos interesses da *Urb*, a expansão da *humanitas* pelo viés militar são aspectos implícitos na fala pliniana) são louvados na carta.

Nessa correspondência ainda notamos o hábito pliniano de guardar um parágrafo para homenagear suas práticas políticas. Pois, a lembrança da *amicitia* e a *fides* depreendida entre o morto e Plínio valoriza o correspondente. Mostrar que a carreira brilhante desenvolvida por Avito devia-se a sua intervenção (da candidatura até a toga senatorial) serve para realçar o poder político e rol de clientes que detém. Outro aspecto interessante é a origem e o desenvolvimento no *cursus honorum*. A carreira de Avito assemelha-se com o *cursus* pliniano. Assim, elogiar o desenvolvimento de Avito tem efeito duplo, pois retoma, concomitantemente, a figura pliniana. Nesse ínterim, o esforço, a energia e o foco de Avito podem ser entendidos similares aos plinianos, afinal Plínio não tivera berço senatorial, fora pelo respeito à tradição e pelo suposto merecimento que atingira sua posição política.

Vejamos outro exemplo de *virtus* necessária à vida pública. Contudo, voltada para uma demanda diferente, uma solenidade pública: o casamento. A carta I 14, que é enviada à Junio Maurício[26], trata de uma problemática familiar. O destinatário, pelo que parece, solicitara, a seu amigo Plínio, um pretendente para a filha. Depois de dizer-se honrado pela participação nesse processo, O remetente cita o nome de Minicio Aciliano. Este era filho de Minicio Macrino, importante no meio político romano, correspondente pliniano, que chegou a ser pretor. Sobre a questão observemos a Carta:

> "*De fato, deveria ter buscado por muito tempo um candidato adequado, caso não tivesse conseguido facilmente, [mas apareceu] como se fosse premeditado Minicio Aciliano, como um jovem pode mostrar a outro jovem (este é um pouco mais jovem do que eu), trata-me com muito afeto*[27] *e uma reverência como de uma pessoa mais velha.* 4 *Deseja que o instrua e lhe forme da mesma forma que vós fizésseis comigo. Sua pátria é a Brixia*[28]*, naquela parte da nossa Itália que conserva e mantém intacta muita daquela decência e sobriedade, como também daquelas antigas virtudes campesinas, estas que mantém como preserva.*5 *Seu pai é Minício Macrino, o primeiro da*

iucundus et gratus quam utilis fuit! Quo discursu, qua vigilantia hanc ipsam aedilitatem cui praereptus est petiit! Quod vel maxime dolorem meum exulcerat.]

[26] Membro da família de Aruleno Rústico. Fora exilado, possivelmente no governo de Domiciano. E, segundo Shewin-White, esta carta seria datada após seu regresso (por volta de 97).

[27] Plínio usa o superlativo ciceroniano para familiaridade ou tratamento familiar: *familiarissime*. Este emprego denota a aproximação e o afeto entre as partes, fato apresentado em outras passagens da carta.

[28] Trata-se da Brécia, na região da Gália Transpadana.

> *ordem equestre, porque não quis nenhuma honra maior; de fato, o divino Vespasiano o tinha eleito entre os senadores pretórios, mas preferiu, com uma determinação inquestionável, uma honrosa tranquilidade, [ao invés] dessa nossa, [se podemos dizer] ambição ou dignidade?*"[29] (Carta I 14: 3 – 5)

Verificamos que Plínio enaltece o jovem falando de seu relacionamento com ele. Ao falar da reverência que Aciliano tem para com a figura pliniana, convém destacar que a reverência na época era usada enquanto uma forma de elogio ou homenagem prestada a figuras distintas: o homem ilustre, o *princeps*, o *vetus*. Isso nos leva a duas possibilidades interpretativas (que podem se dar conjuntamente): o correspondente elogia o respeito do jovem à tradição, ao *mos maiorum* e, por sua vez, a *pietas* de Aciliano; bem como aproveita para reforçar sua figura enquanto pessoa importante no meio romano.

Destacamos ainda que Minicio Macrino, pai de Aciliano, e sua família eram de mesma região de Plínio: a Transpadana. A origem equestre era outro elemento de coesão entre as parte. Por não pertencerem a famílias tradicionais de Roma, precisavam do *cursus honorum* enquanto elemento de ascensão social. Lembramos que desde jovem Plínio tornara-se conhecido por seguir os passos de seu tio, Plínio, o Velho. Além disso, sua educação refinada feita com a ajuda de Quintiliano o distinguia de outros jovens. Mas não tinha a herança senatorial, era apenas um homem de família italiana, pois nascera na Itália, porém distante da *Urb*. Por sua vez, Macrino comungava dessas facetas, mas por ser mais velho, não recebia somente as reverências plinianas. Parece-nos que o interesse pliniano chega ao campo mimético. Embora não diga claramente para o remetente da epístola, Macrino é a representação de homem político pliniana. Não de uma representação ideal (como a do *princeps*), que fora buscada nos deuses, mas uma representação concreta, terrena, próxima. Macrino era detentor da *virtus* em sua amplitude: comungava dos valores do *mos maiorum*, não abandonara suas raízes campesinas, demonstrava a *fides* para com seus amigos (isso incluía o próprio Plínio), enfim colocava os ideais públicos antes de seus interesses pessoais. Macrino, pelo que consta no título de *princeps*, tinha o nome escrito no topo da lista dos equestres e gozava de relação amistosa com o imperador. Por essa atitude pudica, proba e, por

[29] [*Qui quidem diu quaerendus fuisset, nisi paratus et quasi provisus esset Minicius Acilianus, qui me ut iuvenis iuvenem — est enim minor pauculis annis — familiarissime diligit, reveretur ut senem. 4 Nam ita formari a me et institui cupit, ut ego a vobis solebam. Patria est ei Brixia, ex illa nostra Italia quae multum adhuc verecundiae frugalitatis, atque etiam rusticitatis antiquae, retinet ac servat. 5 Pater Minicius Macrinus, equestris ordinis princeps, quia nihil altius volvit; allectus enim a Divo Vespasiano inter praetorios honestam quietem huic nostrae — ambitioni dicam an dignitati? — constantissime praetulit*].

conseguinte, virtuosa, era laudada por todos. Prova disso fora o fato de ser reconhecido enquanto senador sem passar por todas as fases do *cursus honorum*[30] .

Consideramos que Macrino fosse, assim como Nerva e Trajano, outro elemento na composição da representação de homem político para Plínio. Diferentemente dos imperadores, que emanavam a *virtus*, a *fides*, a *pietas*, a *clementia*, por se aproximarem dos deuses, sendo –várias vezes – qualificados como *divus*, Macrino pelo esforço (característica fundamentalmente estóica) visava se aproximar dos grandes exemplos de seu tempo, por-se a disposição de sua pátria. Suas qualidades (virtudes) passavam pela *moderatio*, que fora fundamental para uma vida política proba e pudica, sem ostentação ou soberba; a *fides* para com o corpo social romano (em especial com seus mais próximos por meio da *amicitia* e das relações estabelecidas via patronato – muitas dessas que possivelmente – Plínio se beneficiara); a *pietas* que perfazia inerente à sua conduta junto ao imperador e aos antepassados (especialmente aos valores e costumes de seu povo, sua região e sua origem: valorização do *mos maiorum*). Sua infindável virtude permitia ser *princeps* na lista dos equestres.

Portanto, quando tocamos no caso de Macrino, vemos um modelo pliniano de indicação de um de seus amigos para um cargo (no caso o filho de Macrino ao casamento com a filha Junio Maurício). Entretanto, não se trata apenas de rememorar a genealogia do indicado a fim de promover os valores familiares. Nesse caso, a retomada genealógica, além dessa função, dá-nos indícios complementares sobre a compreensão de homem político para o autor. Pois, além de comungar da *virtus* e *fides* conforme defendemos nesse texto, Macrino tem algo que Plínio almeja para si e para seu grupo: visibilidade, participação e reconhecimento político. Macrino era um provinciano, assim como Plínio, que tivera suas qualidades reconhecidas e, por conseguinte, recebera da atenção pessoal do imperador.

Analisamos outra Carta que retoma o termo *princeps* ao referir-se a um cidadão. Nessa, que é remetida a Víbio Máximo[31], o remetente aprecia Arriano Maturo:

> *"Arriano Maturo é o primeiro [dos cidadãos] de Altino*[32]*, quando digo primeiro, não me refiro a suas propriedades, que certamente são consideráveis, mas de sua perfeita*[33] *justiça, sua dignidade, sua prudência.* 3

[30] Segundo a carta, Macrino havia recusado uma *adlectio inter praetorios*, que era um benefício concedido pelos imperadores à pessoas distintas. Tal *adletio* equiparavam o condecorado aos senadores que tivessem exercido a pretura.

[31] Gaio Víbio Máximo, romano de origem equestre, correspondente pliniano e amigo de Marcial (Marcial IX 106).

[32] Cidade que estava situada ao norte da Itália.

[33] Lembramos que os vocábulos relacionados à santidade, castidade e perfeição se correlacionam no contexto de *virtus*. Assim, a pessoa virtuosa demonstra no trato tais virtudes.

> *Sigo seus conselhos nos negócios, bem como sua opinião nos estudos literários , pois é homem de extraordinária lealdade, sinceridade e entendimento.* 4 *Ama-me – não posso afirmar que mais – [tanto] quanto tu. Não conhece as intrigas, por essa razão se tem mantido dentro da ordem equestre, quando facilmente poderia ter chegado muito mais alto. Entretanto, penso que devo recomendar e ajudar sua promoção.*" [34](Carta III 2: 2-4)

O modelo empregado por Plínio nessa correspondência segue as mesmas diretrizes utilizadas no excerto que trata da indicação do filho de Macrino a um matrimônio. Inclusive as características das personagens se assemelham muito.

Maturo, assim como Plínio, vem de fora da *Urb*, mas por aplicar-se as coisas públicas, manter-se íntegro e reto torna-se o mais importante equestre de sua cidade. Suas qualidades louvadas eloquentemente, mais uma vez, remetem-se em segundo plano a Plínio. Plínio afirma que segue os conselhos de Maturo, isto é, compartilha dos princípios deste homem. Assim, num raciocínio dedutivo, se as qualidades aguçam-se mutuamente, Plínio anda com Maturo, que é exemplo de retidão, lealdade, prudência (das inúmeras facetas da *virtus*); Plínio o será tão virtuoso quanto Maturo.

Entretanto, Maturo está num baixo degrau da carreira. Por isso, Plínio começa o processo de campanha pela candidatura do amigo. Essa candidatura conta com todos os detalhes vistos (valorização do candidato, reconhecimento de suas qualidades como o respectivo relacionamento ao *cursus honorum*), mas não precisa de um apelo tão exacerbado. Afinal, o reconhecimento de Maturo é efetivo no meio equestre e, este, também é o homem um dos homens mais conhecidos de sua região.

A Carta dirigida a Valério Máximo mostra outras peculiaridades sobre o homem político sob a ótica pliniana. O discurso pliniano e sua busca pela gênese figura como fator importante do culto aos antepassados, que deve ser seguido pelo *bonus civis*. Esse retorno, que circunda as características estóicas, fazia parte dos ensinamentos dado a boa parte da aristocracia romana. Por isso o autor faz uma explanação sobre as origens romanas, alicerçadas no espírito democrático desenvolvido na Grécia, destacando a importância da liberdade das cidades e ao mesmo tempo retoma o valor dos mais velhos:

[34] [*Arrianus Maturus Altinatium est princeps; cum dico princeps, non de facultatibus loquor, quae illi large supersunt, sed de castitate iustitia, gravitate prudentia. 3 Huius ego consilio in negotiis, iudicio in studiis utor; nam plurimum fide, plurimum veritate, plurimum intellegentia praestat. 4 Amat me - nihil possum ardentius dicere - ut tu. Caret ambitu; ideo se in equestri gradu tenuit, cum facile possit ascendere altissimum. Mihi tamen ornandus excolendusque est.*]

> "*Acha que fora enviado à província de Acaia*[35]*, a verdadeira e autentica Grécia, na qual nascera a civilização, a literatura e também o cultivo dos frutos, que fora enviado para organizar a constituição de suas cidades livres, quer dizer a homens que são [verdadeiramente] homens livres, que são livres no mais pleno sentido da palavra, que tem conservado o dereito que os havia deixado pela natureza por seu valor, seus méritos, sua amizade e, finalmente, pelos tratados e religião.*" [36] (Carta VIII 24: 2)

Nas linhas a pouco citadas notamos as palavras de incentivo ao amigo que acabara de ser nomeado a um cargo na Grécia. Segundo o autor, mesmo estando longe de Roma, há grande possibilidade do amigo enriquecer-se com a estadia no local. Estadia que mostraria a origem (outro elemento estóico) de elementos prezados pelos romanos: a origem agrária, a *libertas*, o pensamento e as letras.

Aprofundando o valor do passado o remetente continua:

> "*Respeita seus deuses fundadores e os homens de seus deuses, respeita sua antiga gloria e essa mesma antiguidade que é venerável no homem, sagrada nas cidades. Honra sua antiguidade, seus feitos gloriosos e inclusive suas fábulas*[37]*. Não menospreze a dignidade, a liberdade, tampouco o orgulho de ninguém*".[38] (Carta VIII 24: 3)

Plínio é claro quanto à *pietas*: é preciso respeitar aos deuses, à antiguidade e às histórias de grandes feitos ou contos morais. Essa *pietas* age concomitantemente no reforço da *virtus* pliniana, pois mostra que o autor demonstra a virtude de voltar-se aos deuses e ao culto dos antepassados. E, por conseguinte, propaga o *mos maiorum* na medida em que revitaliza, por meio do rito ou o culto dos antepassados. Plínio, portanto, demonstra que o homem político deve voltar sua atenção às origens. Pois somente dessa forma lapidará sua *virtus*.

2- A *Virtus* Pliniana: um espelho para a representação de homem político

Ao prosseguirmos na análise da epistolografia pliniana, verificaremos e confirmaremos as qualidades almejadas para o homem político. Na maioria das Cartas veremos, como a pouco mostrado, as recomendações a cargos públicos, a *laudatio* pelos

---

[35] Sabe-se que tratava-se de uma província senatorial, cuja capital era Corinto e, por sua vez, no período pliniano, compreendia a parte leste da famigerada Magna Grécia (tanto a região da Ática quanto a região do Peloponeso). Para mais informações veja o mapa em anexo.

[36] [*Cogita te missum in provinciam Achaiam, illam veram et meram Graeciam, in qua primum humanitas litterae, etiam fruges inventae esse creduntur; missum ad ordinandum statum liberarum civitatum, id est ad homines maxime homines, ad liberos maxime liberos, qui ius a natura datum virtute meritis amicitia, foedere denique et religione tenuerunt.*]

[37] Possivelmente o autor faça menção aos mitos heróicos ou e lendas locais.

[38] [*Reverere conditores deos et nomina deorum, reverere gloriam veterem et hanc ipsam senectutem, quae in homine venerabilis, in urbibus sacra. Sit apud te honor antiquitati, sit ingentibus factis, sit fabulis quoque. Nihil ex cuiusquam dignitate, nihil ex libertate, nihil etiam ex iactatione decerpseris.*]

grandes feitos (seja em vida ou póstuma) e alguns juízos de valor emitidos em Cartas esparsas de temática variada. No entanto, a análise desses juízos emitidos, bem como o questionamento sobre a necessidade pliniana de vez após vez laudar-se em suas Cartas, independentemente do assunto, fez-nos pensar os parágrafos seguintes.

Outra qualidade inerente ao homem político, segundo Plínio, é a defesa do espaço público pelo homem político, outra obrigação no discurso pliniano. Dessa forma, o autor elogia os homens que defenderam a *libertas*, enquanto bem político suprimido no período de Domiciano. Assim, numa Carta a Fábio Valente[39], o autor tece comentários daqueles que demonstraram suas virtudes num período perigoso, colocando, inclusive, suas vidas em perigo.

> "*Alguns dos que atuaram/ lutam eis que morreram, outros vivem no exílio, a estes a enfermidade e a idade lhes deram o conselho de guardar silêncio, assim, espontaneamente, desfrutam de uma bom [e merecido] ócio; outro comanda um exército, já outro- pela amizade do príncipe – livrou-se dos deveres cívicos*"[40] (Carta IV 24:3).

A maior parte daqueles que padeceram no período de Domiciano tinha ligações com os pensadores cínicos e estóicos. Assim, amigos literários, filósofos, pensadores, advogados e outros amigos de Plínio foram exilados, sofreram punições, foram perseguidos e mortos. Plínio louva esse destemor apresentado por tais homens. Essa Carta além de retomar à *fides* à pátria e ao bem público, age com função didática. Pois, na visão pliniana, a defesa desses preceitos, frente ao imperador algoz, os faz heróis (cada vez mais valorosos em virtude de suas idades avançadas). O autor indiretamente se inclui nessa lista porque não fora compassivo com as atrocidades de Domiciano (Cf. Carta I 7).

Essa função didática fica expressa no final da correspondência:

> "*Tenho o costume de lhe comunicar todos meus pensamentos e lhe indicar os preceitos e exemplos que dirigem minha própria conduta; esta era a razão para essa carta. Até Breve*."[41] (Carta IV 24:7).

O autor deixa claro que os mais velhos, todo *bonus civis* são utilizados para espelhar-se. Sua conduta, por meio desse artifício, para o leitor (seja daquele tempo ou nós) fica equiparada a esses "bons homens". A Carta também revela o processo de

[39] Personagem desconhecido, que fora recomendado por Plínio a Trajano (Carta X 86).
[40] [*Quidam ex iis qui tunc egerant decesserunt, exsulant alii; huic aetas et valetudo silentium suasit, hic sponte beatissimo otio fruitur; alius exercitum regit, illum civilibus officiis principis amicitia exemit*].
[41] [*Mihi autem familiare est omnes cogitationes meas tecum communicare, isdemque te vel praeceptis vel exemplis monere, quibus ipse me moneo; quae ratio huius epistulae fuit. Vale.*]

propagação dos exemplos. Pois várias das Cartas plinianas tomam como objeto os feitos de seus amigos.

Além da correspondência convencional, Plínio valia-se das Cartas que acompanhavam seus textos literários para tecer comentários sobre o cenário político. Em outras palavras, o autor usava das trocas de textos literários para emitir seus juízos de valores sobre a sociedade romana. Numa dessas Cartas, que é dirigida a Tício Aristão[42], o remetente comenta seus versos, explana sobre os modelos que segue e o intuito de sua produção. Nesta, apresenta o motivo central da correspondência: "(...) Que me repreendam de forma amistosa e leal por escrever esses poemas e recitá-los em público"[43] (Carta V 3: 1).

O autor deixa claro que se interessa na divulgação de seus textos, bem como colocá-lo à critica. Embora não sendo assunto da Carta, Plínio ele tece seus comentários sobre Nero

> "*Não menciono Nero, visto que sabes que as obras não se corrompem por serem realizadas, ocasionalmente, pelos perversos, mas conservam sua integridade ao se realizarem habitualmente por homens honrados. Entre esses temos que contar, sobretudo com Publio Virgilio, Cornélio Nepote e , antes que eles, com Acio e Enio. Estes certamente não eram senadores, mas pela integridade dos costumes não distam de qualquer grupo destacado*" [44](Carta V 3: 6).

Apesar da produção, Nero não merece ser lembrado. O autor parece-nos induzir a crer que a esfera literária (por ser conduzida por homens públicos) deve prezar os valores da *res publica*. Nesse ínterim, o autor transmite ao interlocutor seu juízo (que eram senso comum), repudiando tudo que provinha de Nero. As coisas que são dignas de circular devem ser incorruptíveis, dignas e honradas. Para isso, são dados os nomes dessas pessoas honradas, isto é, que preservam a tradição e defendem os valores advindos da República: Vírgilio, Nepote, Acio e Ênio.

Vale comentar que várias máximas de Vígilio aparecem no decorrer dos nove primeiros livros de Plínio. Famosas frases de *Eneida* mostram a relação de Plínio com a literatura e com o processo de construção da imagem de Augusto, que contara com o suporte virgiliano.

---

[42] Famoso jurista, membro do conselho de Trajano.

[43] [*(...)me tamen amice simpliciterque reprehenderent, quod haec scriberem recitaremque.*]

[44] [Neronem enim transeo, quamvis sciam non corrumpi in deterius quae aliquando etiam a malis, sed honesta manere quae saepius a bonis fiunt. Inter quos vel praecipue numerandus est P. Vergilius, Cornelius Nepos et prius Accius Enniusque. Non quidem hi senatores, sed sanctitas morum non distat ordinibus.]

Ainda tratando da divulgação dos escritos plinianos, vejamos os dois primeiros parágrafos da Carta enviada a Luperco[45]:

> *Havia lhe mandado o discurso[46] que tinhas me pedido por vezes e que lhe tinha prometido, entretanto, não completo; pois uma parte deste passa por revisão.*2 *No entanto, não é necessário submeter à seu crivo as partes que parecem mais perfeitas. Peço que prestes, a esses fragmentos, sua atenção e faça as anotações adequadas. Pois, não tive até agora em minhas mãos nenhuma obra que eu devesse prestar atenção maior.* "[47] (Carta II 5: 1, 2).

Plínio nos reitera de sua prática de trocar discursos. No entanto, o discurso em questão – segundo Plínio – merece uma atenção especial, cujo motivo é esclarecido no parágrafo seguinte:

> "*Pois o restante de meus discursos estava sujeitos a opinião do público como à nossa diligência e fides, dentro deste, por sua vez, encontram-se o amor à Urb[48]. O livro teve acrescido, enquanto eu desfrutava do prazer de honrar e exultar minha pátria, ao tempo que contribuía não só à sua defesa, mas também a sua glória*."[49] (Carta II 5: 3).

Nesse terceiro parágrafo vemos que o autor volta a trabalhar sua própria imagem de homem político. Afinal, ele se diz defensor da pátria, piedoso, e fidedigno para os costumes. Em outras palavras o autor retoma o conceito de *mos maiorum* e, ao mesmo tempo afirma aplicá-lo em sua vida. Com base nesses preceitos, como em outras epístolas, somos compelidos a elaborar a tese de que a outro processo de criação da representação de homem político em Plínio passa, necessariamente, pela representação que o autor faz de si. Assim, em sua constituição da representação de homem político Plínio vê a necessidade constante de provar, rememorar ou citar como tal. Por isso ele mostra, reitera, explicita suas qualidades e o amor à *virtus*.

---

[45] Embora desconhecido, deduz-se que era amigo literário de Plínio.

[46] Os discursos plinianos podem ser divididos em dois tipos gerais:
- *sermo*, sermões e discursos gerais ligados à sua vida pública e particular.
- *actio*, discurso profissional, isto é, forense, dado em meio ao processo analisado; um discurso inserido num processo judiciário (ação judiciária).

[47] [*Actionem et a te frequenter efflagitatam, et a me saepe promissam, exhibui tibi, nondum tamen totam; adhuc enim pars eius perpolitur.*2 *Interim quae absolutiora mihi videbantur, non fuit alienum iudicio tuo tradi. His tu rogo intentionem scribentis accommodes. Nihil enim adhuc inter manus habui, cui maiorem sollicitudinem praestare deberem.*]

[48] No trecho o autor os vocábulos *pietas* e *subicietur*. Separados os vocábulos podem levar-nos a compreensão da piedade e o respeito aos costumes (geralmente de ordem religiosa) e amor aos deuses, respectivamente. Todavia, no contexto, acreditamos que Plínio queira retomar sua valoração ao conjunto dos valores romanos, pois se fosse diferente somente o emprego de *pietas* passaria a ideia de valorização dos deuses e dos antepassados. O autor deseja ressaltar a importância de todos os costumes romanos para a confecção do texto que enviou para o amigo.

[49] [*Nam in ceteris actionibus existimationi hominum diligentia tantum et fides nostra, in hac etiam pietas subicietur. Inde et liber crevit, dum ornare patriam et amplificare gaudemus, pariterque et defensioni eius servimus et gloriae.*]

Mais do que trazer modelos à tona e apresentá-los didaticamente, o autor retoma os modelos e usa a retórica do espelhamento, escancarando que todas as virtudes dos velhos, dos homens ilustres, dos defensores da pátria estão presentes nele. Ele não chega a dizer, contudo fica subentendido que a representação máxima do homem político viria do *princeps*, contudo todos poderiam desfrutar de seu modelo.

Essa proposição ganha força na medida em que começamos a desvelar a retórica pliniana. A análise da documentação de Plínio é possível de ser seguida à luz dos preceitos de Chartier (1990). Pois segundo Chartier, as representações são frutos ou consequências das diferentes formas de recepção de práticas efetuadas num determinado espaço social. Dessa forma, os *veteres* e *princeps* deixaram exemplos, isto é ações ou práticas que são convertidas em um conjunto de signos que adquirem dada roupagem: no caso de ideal de homem político. Por sua vez, o mesmo ocorre com o próprio Plínio. Ele descreve seus afazeres, seu interesse, sua atuação em defesa dos interesses da *res publica* e dos *mos maiorum*. Inúmeras vezes, Plínio faz questão de descrever suas atitudes e virtudes. Todas as ações plinianas se inscrevem como práticas sociais (várias são reais e outras apenas retóricas). Entendendo isso, afirmamos que o autor confere ou leva o leitor a conferir significações a essas práticas. Essas significações são as denominadas representações. Tendo em vista que as práticas plinianas obedecem ao conteúdo programático estipulado a partir do *princeps* (primeiro ou exemplo máximo de homem político), a representação almejada de si é análoga a remetida ao imperador. Portanto, em suas Cartas, Plínio elabora sua representação de homem político a partir de seu próprio modelo, isto é, da visão que constitui de si e das práticas que desenvolve no mundo social.

Na linguagem contemporânea, Plínio parece um político em campanha: de uma frase inocente elabora um parágrafo de elogio à pátria, de um ato heróico vangloria-se por seus atos semelhantes, ao falar dos mais velhos afirma comungar da tradição; lembrando-se da religião retoma sua *pietas*. Quando não constitui a representação de homem político a partir do *princeps*, do *vetus* ou do *exemplum* de seu tempo, volta-se para si.

Essa promoção da auto imagem pliniana é demonstrada na Carta V 1. Nessa Carta Plínio comenta as ações referentes ao testamento de Promponia Gala[50], no qual ele também é beneficiário. Em virtude da solicitação de doação de sua parte, ou então

[50] Personagem desconhecida.

de um acordo secreto solicitado por Curiano[51] no processo divisório, o destinatário afirma ao seu remetente Anio Severo:

> "*O respondi que não era próprio de meu caráter fazer uma coisa no público e outra diferente no privado; além disso, não me parecia honesto fazer uma doação para uma pessoa rica e sem filhos; em resumo, não o serviria de nada se fizesse a doação, mas se o ajudasse, se renunciasse a herança, fato que já estava disposto a renunciar, e o faria se fosse evidente que ele havia sido deserdado injustamente*. [52] (Carta V 1: 3)

Cabe lembrar que segundo os costumes jurídicos e morais, homens sem filhos, independentemente do estado civil, não estavam habilitados a receber uma herança. Por isso, Curiano, que além de rico também não tinha filhos, pede um acordo ilícito com Plínio. Notamos que o autor não tem o anseio de escorraçar a figura de Curiano, pois quando o deseja não poupa adjetivos (como nas críticas tecidas aos delatores do período de Domiciano, ao próprio Domiciano, Nero, etc). No entanto, o foco volta-se para si. O caráter, o homem único.

Paremos e analisemos. Quantos predicativos, apenas nos poucos excertos aqui traduzidos, Plínio dirige a sua pessoa? Inúmeros. Assim, da mesma forma que constrói por meio de suas Cartas uma biografia para Trajano, também o faz para si.

Bakhtin, retomando os modelos de biografia e autobiografia na Antiguidade, fornece lucidez à questão:

> "*Fica claro que em tal homem biográfico (imagem do homem), não havia e não podia haver nada de íntimo-privado, de sigiloso-pessoal, de introvertido, nenhuma privacidade. Esse homem é aberto de todos os lados, ele está todo do lado de fora, nele não há nada "para si só", não há nada que não esteja sujeito ao controle e à avaliação público-estatal. Tudo aqui é público do início ao fim*" (1988), p. 252).

Dessa maneira, todo o processo de externar suas virtudes, bem como o fator realçado na última Carta analisada, denota essa exteriorização da figura pliniana. Plínio, pelas suas Cartas, mostra-se inteiramente aberto à critica e à prova dos outros. Esmera-se como exemplo que pode ser seguido e, por isso, coloca-se à visibilidade pública.

Plínio vale-se de sua vida pública, das leituras, da troca de textos, das práticas clientelistas para se inscrever no meio social. Bakhtin lembra:

> "*Porém, essa exteriorização global do homem não se realizava num espaço vazio ('sob um céu de estrelas, sobre a terra nua') mas numa coletividade humana orgânica, 'no meio do povo'. Por isso, o 'lado de fora' onde se revelou e existiu o homem por inteiro, não tinha nada de estranho e frio ('os*

[51] Trata-se de Asudio Curiano, filho de Pomponia. Também não há mais referências sobre este.
[52] [*Respondebam non convenire moribus meis aliud palam aliud agere secreto; praeterea non esse satis honestum donare et locupleti et orbo; in summa non profuturum ei si donassem, profuturum si cessissem, esse autem me paratum cedere si inique exheredatum mihi liqueret.*]

> *desertos do mundo'), mas era o 'seu' povo. O homem estava totalmente exteriorizado dentro do seu elemento humano, no meio humano popular. É por isso que a <u>unidade</u> dessa coesão extrovertida do homem tinha caráter <u>público</u>"*. (Idem, Ibidem, p. 254).

Essa tentativa de firmar-se no cenário social nos leva a propor algumas hipóteses[53]:

1- Plínio nunca fora apenas simples fruto do meio onde vivera, antes, por meio dos recursos que dispunha (canal de propagação de ideias, relação direta com o imperador e com senadores, relacionamento próximo com filósofos, poetas e escritores) faz com que ganhe visibilidade dentro de seu grupo social. Assim, ele é mais do que um porta-voz dos valores e ideias de um conjunto de aristocratas preocupados com as mudanças sociais. Resguardando as devidas proporções, ele atua emitindo valores (em sua grande maioria perpetuam a ideia do grupo ou o senso comum) e construindo uma imagem favorável de si. Essa imagem favorável, que é um dos elementos de constituição de sua representação de homem político, no mínimo, fornece mais prestígio e poder de barganha no cenário político.

2- Sua relação clientelista é reforçada, não apenas como casualidade do processo social ou valorização das práticas sociais. Plínio utiliza-se de suas práticas com a finalidade de elaborar representações que fortaleçam seu grupo e, principalmente, a si próprio. Demonstrar sua *fides* e sua *amicitia* apresenta-se como processo de acumulação (do que Bourdieu chamaria de) capital simbólico. Afinal, a ampliação de sua carteira de clientes é a demonstração pública de seu prestígio, de seu poder, de que é um bom *pater*.

3- Ao inquirirmos sobre as diferenças entre discurso e prática pliniana, aparentemente, surgem problemas. O nós, latente no discurso da época e, o supostamente comum para o homem clássico, cede muito espaço a um eu. A construção do eu pliniano (numa balança nós-eu, parafraseando Norbert Elias) pesa mais que outras demandas.

4- Plínio, embora não se dedique plenamente à história ou à poesia, apresenta esses traços nas suas Cartas. Especialmente, parece constituir grandes peças biográficas quando verificamos o conjunto de sua obra. Embora não tenha a

[53] Assim como a questão do liberto apontada no início desse texto, há nessas hipóteses, bem como em outras colocações que não receberam aprofundamento em virtude do recorte ou do tempo, problemáticas que talvez mereçam um aprofundamento maior.

forma, o conteúdo e os procedimentos levam a essa ideia quando pensamos no caso de Trajano (livro X), alguns de seus correspondentes e a si próprio.

Por termos muitas outras perguntas e poucas respostas incompletas, acreditamos que as novas pesquisas que hão de surgir ajudarão a elucidar o pensamento pliniano. Outra questão a ser trabalhada diz respeito ao trato literário pliniano em seus diversos gêneros textuais. A controvérsia elaborada pela pergunta de François Hartog : "Plínio o Jovem: é possível ser um bom orador e historiador?" (2001, p. 167), merece um aprofundamento.

No que tange a questão do Plínio historiador, acreditamos que ele tenha sim, facetas ou características da historiografia clássica em sua obra. No entanto, numa análise preliminar parece exagero por parte de Hartog. É irrefutável o apreço pliniano por tal gênero:

> "*Meu tio paterno, que foi ao mesmo tempo meu pai adotivo, escreveu livros de história e certamente com meticulosa veracidade. Além disso, encontro nos escritos dos filósofos que nada é mais dignos que seguir os passos dos antepassados, desde que eles tenham caminhado num percurso reto. Por que prorrogo minha decisão?*"[54] (Carta V 8: 5)

Mais do que buscar o desenvolvimento do gênero (que realmente o encanta), vemos que o valor pela história se dá em consonância com o conceito de *mos maiorum*. Ao observarmos as palavras plinianas em "*Invenio autem apud sapientes honestissimum esse maiorum vestigia sequi, si modo recto itinere praecesserint*", verificamos contundentemente essa relação pliniana com o *mos maiorum*, ligado com preceitos vindos do estoicismo. *Sapientes*, mais do que sábios, faz referências aos escritores e pensadores ou filósofos estóicos do mundo romano. Além da obra senequiana, dos filósofos estóicos antigos que aprendera com Quintiliano, Eufrates (filósofo estóico) era muito valorizado por Plínio (Carta I 10). Nessa incursão estóica verificamos a ideia de lapidação humana ou valorização da *virtus* a partir de modelos. Estes que viriam do passado: do *mos maiorum*. Contudo, os homens do passado podem ser divididos entre os que andam e os que não andam num caminho reto. Cabe ao varão de valor buscar o exemplo dos homens virtuosos.

Destacamos que os valores certo-errado; verdadeiro-falso; legítimo-deslegitimado; justo-injusto; virtuoso-vicioso, embora contenha valores sociais que são

[54] [*Avunculus meus idemque per adoptionem pater historias et quidem religiosissime scripsit. Invenio autem apud sapientes honestissimum esse maiorum vestigia sequi, si modo recto itinere praecesserint. Cur ergo cunctor?*]

contextualizados pelo período no qual estão inseridos, carregam em si a possibilidade da análise subjetiva de quem os maneja. Conformemente, Plínio parece-nos aproveitar das vertentes legitimadoras das ações humanas emanadas de correntes religiosa-filosóficas para alicerçar seu discurso. Afinal, enquanto propagador de ideias nas epístolas, seu juízo de valor passa a ser importante.

Ainda tratando da importância da história para o autor, podemos lembrar que a retórica pliniana tem como um de seus principais pilares o passado. Sua argumentação, segundo os modelos clássicos, vale-se dos grandes feitos, dos exemplos antigos, da gênesis (por isso alguns tendem a chamá-lo de historiador). Seja para legitimar seus candidatos, seja para construir sua representação de homem político ou para explicar fenômenos que o cerca ele busca as bases no passado. Seu método discursivo aproxima-se dos historiadores e isso não é mero acaso. Pois além do apreço, conforme falamos, ele precisa dos recursos históricos para reconstituir os fatos que julga importante. Isso fora um dos fatores que levaram André a dizer que "Plínio se fará de hagiógrafo das grandes famílias estóicas" (1975, p. 228).

Em Carta à Titinio Capitão[55], Plínio confirma nossas afirmações:

> "*Anima-me que escrevas história, e não me animas tu somente: muitos outros me tem aconselhado, y agrada a ideia, não porque pense que o faria de um modo adequado – pois seria presunçoso crer sem ter provado - , senão porque me parece elegante não permitir que caiam no olvido daqueles que se merecem a imortalidade, e estender a fama de outros com a sua própria. 2 Nada me atrai tanto quanto o amor e a paixão pela eternidade, a inspiração mais digna do homem, sobretudo ciente de não ter cometido nenhuma falta, não teme ser recordado pela posteridade*"[56] (Carta V 8: 1,2) .

Plínio, conforme defendemos, demonstra seu interesse, mas afirma que ainda não se enveredou pelos caminhos da história. Antes, vê nesse gênero um elemento importante para um dos gêneros que o faz conhecido: a retórica. Nesse processo, a história contribui para o conhecimento dos *exempla*, e da perpetuação deste durante o tempo.

Embora Hartog não se remeta a Horácio, é possível que tenha emprestado dele seu conceito de historia/ historiador, pois – como nos recorda Le Goff, "a historiografia romana está dominada pela ideia de 'moralidade dos antigos' e o historiador romano é

[55] Lembramos que fora justamente este excerto que Hartog (2001, p. 167) utilizara nos questionamentos apontados a pouco.

[56] [*Suades ut historiam scribam, et suades non solus: multi hoc me saepe monuerunt et ego volo, non quia commode facturum esse confidam — id enim temere credas nisi expertus -, sed quia mihi pulchrum in primis videtur non pati occidere, quibus aeternitas debeatur, aliorumque famam cum sua extendere. 2 Me autem nihil aeque ac diuturnitatis amor et cupido sollicitat, res homine dignissima, eo praesertim qui nullius sibi conscius culpae posteritatis memoriam non reformidet.*]

sempre, de certo modo, um *laudator temporis acti*, para usar a expressão de Horácio." (2003, p. 220)

Para encerrar essa discussão, lembramos que Plínio faz questão de enfatizar seu gosto pelas letras. Em suas Cartas parafraseia e cita com grande habilidade os poetas e pensadores latinos e gregos. Isso nos leva a prospectar duas coisas. A primeira (e mais segura) que ele gosta e defende as diferentes formas de produção literária, principalmente se o produtor for probo em seus atos ou em sua vida. A segunda (que é apenas uma especulação) leva-nos a perguntar se Plínio não estaria interessado em buscar recursos literários em Homero e Virgílio afim de legitimar seu presente? É bem provável que sim.

A Carta remetida a Cornélio Miniciano ajuda-nos na compreensão do primeiro prospecto apresentado no último parágrafo. Nessa, Plínio justifica a recusa a um evento com o remetente em virtude da leitura pública de Titinio Capitão. Os motivos são descritos a seguir:

> "*Este dia, apenas, que não podes contar comigo: Titinio Capitão pronunciará uma leitura pública, ouvi-lo não sei se é mais um dever do que um prazer. É um varão excelente e, sem dúvida, deve ser contado entre os mais destacados de nosso tempo. Cultiva os estudos, os favorece e promove, muitos do que escrevem, independentemente do gênero, encontram nele um porto seguro; é, enfim, um exemplo para todos e ainda um reformador e restaurador das letras mesmo agora em decadências. 4 Porque, mesmo que não devesse a ele nenhuma obrigação, nem daquelas consideradas mútuas; sentir-me-ia atraído pelo caráter deste homem, o mais extraordinário e notável, docílimos sem perder a austeridade, ainda mesmo pela nobreza da matéria. Escreve sobre os últimos momentos dos grandes homens, dos quais se encontram alguns muito queridos por mim*."[57] (Carta VIII 12: 1, 4)

Realmente, a figura, isto é, a pessoa e a *virtus vitae* são importantes. Contudo, Plínio deixa claro que o valor e a qualidade da matéria são importantes. Por isso, que demonstra a leitura de inúmeros pensadores e escritores clássicos.

Tendo isso visto, afirmamos que a preocupação pliniana remete-se ao pensamento estóico, que se liga ao *mos maiorum*. Pois para ele é preciso conhecer para professar, compartilhar e cultuar. Dessa forma, Plínio mostra-se preocupado com a importância de guardar ou eternizar os feitos dos grandes homens. Esse processo garante a perpetuação do *mos maiorum* em longo prazo, pois, contribuem à manutenção

[57] [*Hunc solum diem excuso: recitaturus est Titinius Capitoni, quem ego audire nescio magis debeam an cupiam. Vir est optimus et inter praecipua saeculi ornamenta numerandus. Colit studia, studiosos amat fovet provehit, multorum qui aliqua componunt portus sinus gremium, omnium exemplum, ipsarum denique litterarum iam senescentium reductor ac reformator.*
Quod si illi nullam vicem nulla quasi mutua officia deberem, sollicitarer tamen vel ingenio hominis pulcherrimo et maxime et in summa severitate dulcissimo, vel honestate materiae. Scribit exitus illustrium virorum, in his quorundam mihi carissimorum.]

dos mitos sociais. Esse processo, segundo ele, sempre vem acompanhado de outro fator relevante, garantir o *exemplum* de homens dignos da vida política.

Essa retomada da história ou de relatos visando a compreensão de exemplos é confirmada na Carta apresentada a seguir:

> *"Parece ter indicado com antecedência em relação às ações e palavras de homens e mulheres, que uns são mais conhecidos, outros [por sua vez] mais notáveis. Essa minha opinião foi confirmada ontem com uma conversa que tive com Fania[58], neta daquela formosa Arria[59], que não apenas consolou, mas serviu de exemplo a seu esposo no momento de sua morte. e contou muitas coisas sobre sua avó, não menos notável que estas, porém menos conhecidas; feitos que lhe causaram, pelo que acredito, a mesma admiração ao lê-los que ao escutá-los"*[60] (Carta III 16: 1,2)

Com essa Carta concluímos que o encanto pliniano pela história deve-se a influência deixada pelo seu tio. O processo de contribuir para a compreensão dos homens ilustres (que guiados pelos deuses) se faz pela tomada de atitudes que podem apresentar algum benefício da *Urb*, mas, sobretudo, para reforçar os laços com o passado, que são estabelecidos pelo *mos maiorum*. Exatamente isso que Plínio afirma nessa correspondência. Saber sobre feitos de pessoas virtuosas é um prazer imenso ao remetente.

Depois dessas páginas esperamos que a ideia de que Plínio utiliza suas Cartas para apresentar à sociedade romana suas virtudes tenha tornado evidente. Pois, pela consideração das Cartas verificamos que a retórica pliniana utilizava (fosse numa *comendatio*, *laudatio*, numa troca de textos ou numa correspondência de qualquer assunto alheio) de um método espelhado, isto é, quando o assunto da Carta (ou o assunto posto em alguma parte dela) relacionava-se com a *virtus* de alguém, o remetente aproveitava para incluir-se no mesmo rol. O oposto também fora verdadeiro. Ao analisarmos as Cartas que tratavam de Nero, Domiciano ou dos delatores dos períodos passados, as Cartas serviam para mostrar a ojeriza às atrocidades, bem como mostrar a figura pliniana como *bonus civis*. Então, afirmamos que a construção da representação de homem político para o referido autor só é possível através da concepção que o autor adota de si (homem probo, honesto, justo, fiel, piedoso, etc): virtuoso.

---

[58] Trata-se da filha de Arria, a menor e, por genealogia, Neta de Arria, a maior.

[59] Arria, a maior foi casada com Cécina Peto, este que se suicidara na prisão após uma revolta no ano de 42 (ess

[60] [*Adnotasse videor facta dictaque virorum feminarumque alia clariora esse alia maiora. 2 Confirmata est opinio mea hesterno Fanniae sermone. Neptis haec Arriae illius, quae marito et solacium mortis et exemplum fuit. Multa referebat aviae suae non minora hoc sed obscuriora; quae tibi existimo tam mirabilia legenti fore, quam mihi audienti fuerunt.*]

3- Os Motivos da Representação de Homem Político por Plínio

Depois de notarmos no capítulo II que a representação pliniana é alicerçada nos ideais estóicos, que possibilitam utilizar o *mos maiorum*, como elemento de coesão da tradição (fazendo o elo passado-presente). Vimos que a vida pública deve, para o autor, ser reservadas para homens detentores da *virtus* (que além dos seus inúmeros predicativos, valem-se das inúmeras variações da *fides* em seu cotidiano). O *princeps*, enquanto figura magistral, escolhido pelo Senado, autorizado e guiado pelos desígnios dos deuses, fornece – por meio de sua figura – as facetas fundamentais para a representação adotada por Plínio.

O capítulo III fora marcado pela aplicação e, concomitantemente término da construção dessa representação pliniana a partir de modelos ou exemplos de homens (e também mulheres, estas que desempenhavam sua função cuidando zelosamente de suas famílias, preparando-se para o matrimônio ou obedecendo as instituições romanas). Nessas Cartas, o autor demonstrou que, maior parte das vezes, os exemplos de homens políticos tinham uma genealogia exemplar (o que rememorava a figura do *pater familia* e do *mos maiorum*), o respeito às tradições e demonstrava suas inúmeras virtudes. Esse processo de detalhamento das qualidades, quase sempre estava ligado ao processo clientelistas de *comendatio*, onde o indicado, caso já tivesse iniciado no *cursus honorum* precisaria justificar sua probidade e justiça. No entanto, como acabamos de ver, esses elementos, observados inicialmente a partir do "eu" pliniano completarão a representação de homem político. Com tantas discussões sobre quais as características do homem político para Plínio, ainda não perguntamos os por quês da representação. Sobre essa questão trataremos nos parágrafos a seguir.

Um dos motivos para retomar os valores antigos na reconstituição das qualidades do homem político pode ser visto na Carta que Plínio dirige a Máximo[61]. Nessa temos o elogio pliniano à educação dispensada aos jovens aristocratas durante o período republicano. Vejamos:

> *"Por Hércules! Antes de minha época (assim costumavam contar nossos antepassados) nem os jovens de mais distinta nobreza tinham um lugar aqui, a menos que fossem apresentados por um consular: tamanho era o respeito que se rendia ao mais belo fazer. 4 Agora, rompidas as barreiras do pudor e do respeito, tudo está ao alcance de todos, não necessitam de apresentação de ninguém, não são indicados, irrompem com violência. Os ouvintes seguem esses indivíduos semelhantes, esses que são alugados e comprados para as*

[61] Segundo Sherwin-White, há muita dificuldade de identificar esse correspondente. O autor afirma que Plínio tem vários amigos com esse nome. Contudo, possivelmente, esta seja remetida à Novio Máximo, amante das letras.

> *representações. Reúnem-se com empresário[62], no meio da basílica[63] com as portas abertas como se tratasse de triclinio[64]; transita de um juízo a outro com o mesmo salário*."[65] (Carta II 14: 3, 4)

A retórica e negociação da esfera pública tem perdido seus respectivos lugares, afirma Plínio. O mérito, as virtudes, o trabalho tem perdido espaço para outros tipos de relação. Os valores romanos entrariam em curso de negociação. Até pessoas sem a origem (ancestralidade) estaria recebendo honras públicas. A ascensão acelerada de membros das províncias mais distantes, que -às vezes- mal sabem latim, não conhecem os deuses e as tradições recebem títulos do Senado ou são incorporados ao corpo administrativo sem cerimônias.

Em virtude do aporte estóico, onde os escravos (*servi*) e os libertos (*liberti*) que estão ligados ao estado natural (de natureza, "coisificados"), toda oportunidade de ascensão destes deve ser tolhida com a finalidade de resguardar a sociedade. No entanto, no final do primeiro século observa-se libertos imperiais ingressando em cargos públicos (inicialmente no exército e, posteriormente, no aparelho administrativo). Pior que isso é ver o Senado dando enormes quantias, construindo monumentos e dando títulos a libertos (Carta VII 29).

Não queremos seguir as teses defendidas por Gibbon ou Montesquieu, mas, de fato, Plínio surge com um discurso moralizador. Suas criticas pontuam a esfera social, onde a falta de tradição, mais do que um risco social, torna-se um problema para ele e seu grupo que sempre tiveram mecanismos de legitimação. A possível concorrência com grupos não italianos e com os descendentes de libertos parece afligir Plínio.

A banalização das relações estabelecidas há séculos por trocas econômicas preocupa Plínio, bem como a troca das honras do *cursus honorum* pela possibilidade de pagamento (salário). As críticas plinianas a essas coisas transcreve o anti homem

---

[62] Na Roma Antiga algumas pessoas somavam seus capitais e se uniam para aumentar seus lucros. Esse conjunto de pessoas formava uma espécie de associação ou empresa, geralmente, destinada a gerir obras públicas e empreitas privadas, bem como investir e especular com recursos alheios. O *manceps* era o representante dessa companhia, que agenciava, executava e contratava tais ações.

[63] Trata-se do Tribunal dos centúviros, que se reunia na basílica Julia.

[64] "*Triclinium*: espaço especial da casa onde se oferecia aos convidados a *cena*. Seu nome se deve ao *lectus* (leito) de três lugares ou *triclina*, em que se deitam os convivas" (VENTURINI, 1993, p. 272). Assim, entendemos que Plínio ao usar o presente termo pretende mostrar que os usos dados no público, caso viessem a ocorrer seria pudico que fossem no âmbito privado.

[65] [*At hercule ante memoriam meam - ita maiores natu solent dicere -, ne nobilissimis quidem adulescentibus locus erat nisi aliquo consulari producente: tanta veneratione pulcherrimum opus colebatur. 4 Nunc refractis pudoris et reverentiae claustris, omnia patent omnibus, nec inducuntur sed irrumpunt. Sequuntur auditores actoribus similes, conducti et redempti. Manceps convenitur; in media basilica tam palam sportulae quam in triclinio dantur; ex iudicio in iudicium pari mercede transitur*.]

político. Pois, não seriam apenas os vícios inibidores da carreira pública, mas a ausência de uma vida ou história familiar própria ao *cursus* e à pátria.

O próprio caso da indicação de Nasão (que fora comentada nesse capítulo), onde o Senado não reconhece a figura do pai do indicado, demonstra que os laços clientelistas, que para Plínio funda-se num processo mais longínquo, tem sofrido com a negligência.

As relações do patronato, subscritas pela *amicitia* e pela *fides*, estabelecida entre pares, isto é, amigos (que geralmente pertencem a mesma origem ou grupo social), - pelo que aponta – não são levadas em consideração. A família, que deu origem à sociedade (lembramos dos *gens*) por meio do *pater família* perde seu valor institucional. Aquela casa que deveria, segundo Plínio, ser exímio exemplo quanto ao respeito das tradições, o Senado, olvida vários *boni civis* (como é o caso de pai biológico do indicado). Esse desrespeito aos costumes, explica o remetente, leva Nasão a buscá-lo.

A Carta seguinte reforça todas as afirmações a pouco proferidas. Nessa, cujo destinatário é Cornélio Prisco[66], o remetente comenta os costumes a partir da morte de Marcial:

> "*Foi um costume do passado recompensar com honras e dinheiro os escritores que haviam elaborado elogios de particulares ou cidades; em nossa época, como tem ocorrido com outros formosos e nobres costumes, foi das primeiras a serem esquecidas. Pois, após deixarmos de realizar ações dignas de serem laudadas, percebemos que era estúpido louvá-las*."[67] (Carta III 21: 3)

Plínio critica a falta de costumes. Fator oposto à vida pública segundo sua representação de homem político. O que isso quer dizer? Talvez seja que aqueles que tem permitido a flexibilização social, rechaçando as regras instituídas pela tradição não mereçam também seu cargo (pois esses gerariam problemas a Plínio e seu grupo.

Veyne (1992) nos lembra que no final do primeiro século alguns senadores faziam do hábito de libertar seus escravos para aumentar seu número de clientes uma prática comum. O Patronato, que é visto enquanto instituição, também seria posto em xeque.

A retomada da tradição deveria ocorrer em todas as esferas, inclusive na literária. A Carta VI 21 mostra a visão pliniana sobre o *mos maiorum*. Nessa epístola, remetida a Carnífio Rufo, começa da seguinte maneira:

---

[66] Lucio Cornélio Prisco foi cônsul em 104. Atuou no processo de Vareno Rufo (Carta V 20)

[67] [*Fuit moris antiqui eos, qui vel singulorum laudes vel urbium scripserant, aut honoribus aut pecunia honorare; nostris vero temporibus ut alia speciosa et egregia ita hoc in primis exolevit. Nam postquam desiimus facere laudanda, laudari quoque ineptum putamus.*]

> "*Eu sou desses que admiram os antigos, mas não deprecio - como é o caso de alguns - os talentos de nosso tempo. Assim sendo, não é verdade que a natureza, como se estivesse esgotada e exausta, não produz nada que seja digna de citação laudatória*"[68](Carta VI 21: 1)

Por ser proprietário rural e, em virtude, da gênese econômica de Roma ligada à terra, comumente encontramos nos autores latinos comparações e metáforas ligadas à agricultura e à vida campestre. No excerto mostrado Plínio discute as questões literárias de seu tempo. E, como manda o costume, render graças aos antigos é um dever cumprido com prazer pelo emissor da correspondência. Retomamos que a valorização do *mos maiorum*, isto é, dos feitos dos antigos além do valor religioso de culto aos antepassados, apresenta também valor antropológico de preservação e perpetuação de saberes. Nesse sentido, concordamos com Carlos Roberto de Oliveira (1997) ao discutir a memória pliniana enquanto elemento de elucidação, coesão e enunciação do grupo social que este estava incluso.

Retomar o passado remete à era áurea: Augusto, o exemplo enquanto imperador; Cícero, o exemplo enquanto escritor. Embora Plínio e seus amigos fossem beneficiados pelas mudanças políticas e sociais ocorridas a partir de Nerva e Trajano, é inelutável que algumas dessas mudanças tomavam proporções que fugiam do controle de seu grupo, havendo, portanto, a necessidade de uma interpelação retórica.

Plínio, pelo que nos parece - via rememoração do passado através do exemplo de homens, escritores, imperadores - vale-se de argumentos que obedece dois critérios básicos: comungar com o *mos maiorum* num primeiro plano e, em segundo lugar, permitir uma apropriação desses elementos em favor de si e de seu grupo. Assim, como toda forma de representação, narração ou escritura depende em uma das facetas do *intentio auctoris* (ECO, 1997), Plínio retira elementos do passado de forma específica e pontual, pagando pelo risco – que possivelmente havia calculado – apresentar narrativas descontextualizadas[69]. Os exemplos dados nas Cartas apresentadas até aqui demonstram que a seletividade pliniana tem o papel de fortalecer sua pessoa enquanto figura pública.

Por ver-se enquanto homem político e, por sua vez, emitir formas de representação sobre o que viria a ser para ele homem político, Plínio deve mostrar-se como exemplo. Mais do que citar o *princeps*, os poetas do início do Império ou os pais e avós daqueles que prepara para a carreira política, em suas Cartas faz-se necessário

[68] [*Sum ex iis qui mirer antiquos, non tamen — ut quidam — temporum nostrorum ingenia despicio. Neque enim quasi lassa et effeta natura nihil iam laudabile parit*].
[69] Cabe estudar os exemplos de contradição retórica na epistolografia pliniana, como também se essas são planejadas ou não. Caso sejam, buscar compreender os possíveis motivos.

mostrar suas virtudes. Dessa maneira, a *virtus* pliniana será apresentada várias vezes. Como nos casos citados, o autor aproveita a oportunidade dada pelo assunto e insere um comentário sobre sua forma de proceder.

Notamos que o autor usa de uma estratégia eficaz. Com a promoção de si, por ser apreciador dos antigos, consegue concomitantemente, depreciar outros. Ao dizer que há pessoas que olvidam o passado da *Urb*, mostra que os costumes de seu tempo (no caso o autor trata dos assuntos literários, contudo podemos generalizar a afirmação sem prejuízo ao pensamento pliniano) tem sido abandonados por vários homens. Lembremos que ao falar de homens, o autor não se refere à plebe, aos iletrados, tampouco generaliza. A crítica pliniana é pontual e direta. Na Carta verificamos a crítica aos homens, que são letrados, por sua vez, detentores de propriedades e ou escravos (pois isso era fundamental para deter *otium* necessário para os assuntos literários, e também os políticos). Tais homens, pelas características implícitas são reconhecidos meio à aristocracia romana do tempo pliniano. Senadores, funcionários ligados ao *princeps* e toda ordem de homens políticos que não seguem os princípios do *mos maiorum*. Ressaltamos que inclusive o conceito de *mos maiorum*, citado nas Cartas, trata-se de uma representação pliniana dos signos (religiosos, culturais, sociais e políticos) de seu tempo. Dessa monta, o autor critica os homens que participam da vida pública, que em sua visão não tem merecimento. Para Plínio, possivelmente com os intentos de valorizar-se, valorizar seus amigos (agrupamento social) e garantir seus respectivos espaços no meio romano, todo homem que não lembra dos antepassados, independentemente da esfera ou assunto, não é digno de exercer a carreira pública.

Nesse ínterim, vemos também que a instituição do patronato, que sempre fora aproveitada por Plínio, começava a apresentar riscos. A prática de manumissão de escravos e a posterior transformação desses em clientes aflige o autor da correspondência.

Isso posto, acreditamos que a representação adotada por Plínio é fruto do conjunto de práticas sociais que ele observa na esfera pública. Assim, com o intuito (que pode se instintivo, até o desenvolvimento máximo de estratégias) de preservar seu espaço o autor elabora uma representação de homem político com qualidades que não podem ser conseguidas/ alcançadas por novatos da cadeia social, ou então impõem características que rechaçam aqueles que colocam em xeque ou em risco as bases do poder político que o circunda e circunda seu grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da historiografia pliniana nacional mostra-se vanguardista, pois desde a década de 1980 insere novos olhares às Cartas de Plínio. A título de exemplo podemos afirmar que conceitos advindos da historiografia francesa começam a ser tratados na produção de alguns textos escritos após o doutoramento do Professor Livre Docente Carlos Roberto de Oliveira, e, depois desse não parou mais. É a partir desse, que se desenvolvem os estudos plinianos no Brasil. Valéria Basílio, Renata Venturini, Andréa Rossi e Daniel de Souza tem suas respectivas produções diretamente ligadas aos esforços de Oliveira.

Atualmente, Renata Venturini é a principal pesquisadora, não só do Brasil, mas com certeza, da América Latina, das epistolas em questão. Ela figura como representante da segunda geração de estudos plinianos brasileiros, pois sua produção, cronologicamente, toma fôlego na década seguinte de seu primeiro Orientador, o professor Oliveira. Sua produção acompanhou o "progresso historiográfico", iniciando com facetas marxistas muito contundentes e, no momento, discutindo os objetos com o olhar advindo da terceira geração dos Annales.

Podemos, talvez[1], cogitar o início de uma nova geração pesquisadores das epístolas de Plínio. Daniel de Souza e Thiago Stadler há cerca de cinco anos se debruçam sobre essa documentação. O século XXI apresenta-se como promissor para o desenvolvimento dos estudos plinianos no Brasil. Isso se dá, pois, a cada dia, Plínio se populariza mais nos meios acadêmicos e, assim, mais historiadores entram em contato com Plínio durante a graduação.

No entanto, existem alguns empecilhos à iniciação aos estudos plinianos em terras brasileiras. A ausência de tradução das Cartas para a Língua Portuguesa[2] afasta ou não atrai graduandos, pesquisadores de áreas diversas e o público geral dos escritos elaborados pelo sobrinho do Plínio Naturalista. A falta de aquisição de material bibliográfico, por parte dos grandes centros (Universidades), dificulta o

[1] Visto que os autores em questão iniciaram suas respectivas produções a menos de cinco anos e ainda estão em fase de formação acadêmica (pois ainda não iniciaram suas pesquisas de doutoramento), podem mudar de objetos, não apresentando mais contribuições aos estudos plinianos.

[2] Uma análise das pesquisas cadastradas na plataforma lattes demonstra que o número de estudos em Antiguidade, geralmente, está diretamente ligada ao tempo e/ou quantidade de fontes traduzidas para o português. Sabemos que Platão e Aristóteles, dois dos maiores temas pesquisados, tem grande destaque em virtude do múltiplo interesse de sua obra. Porém, a obra pliniana, segundo Radice (1962), Sherwin-White (1966) e outros é riquíssima, podendo ser observada por inúmeras áreas do saber. Dentre as diversas áreas podemos citar a própria História, a Literatura, Linguística, Direito, Ciências Agrárias, Arqueologia, Filosofia, etc.

acompanhamento das discussões internacionais. Ainda, a dispersão do material publicado em território nacional atrapalha a inserção de novos no círculo brasileiro. Finalmente, a ausência de reuniões e eventos específicos, bem como a inexistência de um núcleo ou sub-núcleo ou grupo de trabalho para debater as pesquisas não estimula a produção, nem otimiza divulgação dos estudos plinianos.

Desta monta, consideramos de suma importância a tradução das Cartas plinianas para nossa língua, a publicação e compilação dos diversos artigos sobre Plínio[3], a compra de material bibliográfico e a formação de um grupo de trabalho e eventos, ao menos anuais, sobre a epistolografia pliniana para o desenvolvimento das pesquisas brasileiras na área em questão. Nesse ínterim, o diálogo entre pesquisadores plianianos de diversas áreas seja importante. Historiadores, linguístas e literatos dedicados ao tema podem nesse esforço multidiciplinar[4], contribuir para o avanço das pesquisas.

No que tange a questão do *mos maiorum*, observamos sua importância para a coesão social romana por meio do retorno às bases fundadoras, isto é, às tradições romanas. Essa retomada de valores, que é contínua na *Urb*, além de comemorar o passado, possibilita novas representações do Principado. Observamos que este conceito se alimenta do estoicismo, onde por meio da *virtus* (re)elaboram-se preceitos ou representações para o homem de vida pública: o homem político.

Cabe salientar nessa altura que a noção de representação de homem político para Plínio (no singular) é uma apropriação arbitrária. O autor elabora ou emite vários valores sobre as qualidades almejadas para o *cursus honorum* ou para vida pública. Embora a maioria delas tenha, conforme reforçaremos a seguir, a *virtus*, o apelo ao *mos maiorum*, a figura do *princeps* e o espelhamento das virtudes plinianas, as Cartas são conduzidas pelo autor segundo seus propósitos pessoais. Assim, há a necessidade de pesquisas posteriores, nos parece que Plínio apresenta várias representações, sendo que, às vezes, parece apresentar preceitos controversos.

No processo de representação social verificamos um descompasso entre as concepções dos valores e as concepções sociais. Na medida em que os valores devem retomar o passado, estes se tornam cristalizados (pelo menos em sua forma). Porém, a

[3] A "recuperação" dos artigos de Carlos Roberto de Oliveira, por exemplo, renderiam uma excelente obra de análise das cartas plinianas. Além disso, a reunião da bibliografia pliniana nacional eliminaria uma importante etapa para o desenvolvimento das pesquisas. Outra possibilidade seria a disponibilização digital dos artigos em questão.

[4] O historiador, por vezes, tempos depois de efetuar a tradução de uma determinada carta, nota que o mesmo material já havia sido traduzido por colegas de outras áreas. Esse re-trabalho diminui a produtividade da produção nacional.

dinâmica social liga-se a demandas do presente, anseios, disputas, jogos de interesse de manutenção, ascensão e proteção do espaço de cada grupo. Sendo assim, cada grupo, ao seu interesse, pode rememorar os valores tradicionais, criando representações que lhes interesse. Nesse sentido, Plínio, por meio de suas Cartas, ao verificar as práticas sociais e utiliza-se do *mos maiorum* para explicar o meio público. O homem político, então, terá de demonstrar sua *virtus* e, por sua vez, fará isso sendo fiel (*fides*) aos diversos costumes romanos voltados à família, ao Estado e à religião. Na linguagem de Chartier (1990), por ser consagrada socialmente essa representação, o homem detentor da *virtus*, isto é, aquele que presta louvor aos deuses e está de acordo com os antepassados, mostra-se honrado por comungar da *fides* em seu cotidiano, substitui o conceito do homem político sem prejuízo.

Notamos que Plínio busca as qualidades de seu homem político em Trajano. Mas, por esse não ter raízes na *Urb*, Plínio considera o período de Nerva como preparatório. Pois, por meio da adoção, numa visão estóica, temos a transferência da ancestralidade de Nerva para Trajano. Este último, conjuntamente com Nerva, investidos de poderes dados pelos desígnios dos deuses, por abundar em virtudes, por retomar os valores antigos, por constituírem o elo estóico (velho/ Nerva – novo/Trajano), são tidos como exemplos de homem político.

Além desse elemento, a constituição da representação pliniana é um olhar do "eu" plininano para si e para as práticas sociais que observa. Assim, conjuntamente aos exemplos de homens que estão ou almejam a vida pública por sua *virtus* e pelo respeito ao *mos maiorum*, Plínio retoma suas qualidades pessoais para constituir a representação de homem político.

Plínio emprega a representação de homem político a pouco citada apenas para membros de grupos que já compõem o cenário político. Ao perceber que senadores e outros membros da sociedade estão permitindo a entrada de "estranhos" no cenário político, Plínio (re)elabora a representação de homem político. Essa medida é extremamente conservadora, seja por retomar as bases mais antigas, onde somente os filhos do *pater familias* deveriam deter o poder político, ou então pelo simples fato de ver a possibilidade de futuras disputas sociais.

A entrada do liberto, assim como a rápida ascensão dos provincianos no meio público causam temor a Plínio. Na tentativa de evitar o confronto direto, este elabora um discurso que visa defender seus interesses. Não é como aquele que havia na época de Sêneca: o banimento e o castigo. Plínio vale-se da retórica da diferenciação. Com

esse posicionamento o autor não se choca com os senadores que fizeram libertos de clientes ou os tem muito próximo de suas famílias.

No discurso pliniano vemos a ideia de que aceitar essas novas práticas sociais figura como destruição ou degradação dos valores tradicionais. Porém, não concordamos com a simples explicação da decadência moral. Plínio vale-se desses artifícios para defender o seu posicionamento social e de seu grupo em relação às mudanças sociais que ocorrem em Roma.

Por sua vez, concordamos com Oliveira e Venturini, que afirmam que Plínio difunde os ideais de um grupo aristocrático. Contudo, lembramos que esse grupo não é tão coeso. Assim sendo, Plínio não seria apenas um porta-voz, mas teria papel importante na elaboração de proposições que defendessem seu *status quo*. Em virtude do poder que detém (os meios de comunicação, correspondentes nos quatro cantos do Império, contato com senadores, filósofos, escritores e, inclusive, o imperador), Plínio tem, quando comparado com outros homens públicos, grandes possibilidades de atuação (pelo menos no plano retórico). Sabendo que este trabalho pretendeu-se a estabelecer o contato para novos adeptos dos estudos plinianos, novas pesquisas com olhar foucaltiano ou com as bases de Bourdieu poderão ajudar na compreensão desse processo.

Dizemos que gostaríamos de aprofundar algumas questões, porém apenas começamos. Todavia, nos vemos confortados quanto a questão do tempo e o término de uma produção ao lembrarmos das palavras plinianas:

"(...) *Saiba que toda obra inacabada, considera-se não começada*". [5]
(Carta V 8: 7)

[5] [*"Nam si rationem posteritatis habeas, quidquid non est peractum, pro non incohato est"*.]

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

1. Fontes

SECUNDUS, C. Plinius Caecilius. *Lettres*. trad. A. M. Guillemin. Paris: Belles Lettres, 1953. 3 vol.

_____. *Lettres*. trad. De Sacy. 3a. ed. Paris:

Panckoucke, 1826. 3 vol.

_____. *Letters.* trad. W. Melmoth. London: Harvard University, 1958. (Loeb Classical Library). 2 vol.

_____. *Lettres.* trad. C. Sicard. Paris: Garnier Frères, 1931. 2 vol.

2. Obras de Referência

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portugués e Latino*. Coimbra, Cia de Jesus, 1712. 3V.

CINTRA, Geraldo; CRETELA JÚNIOR, José. *Dicionário Latino-Português*. São Paulo: Editora Anchieta, 1944.

COOK, S. A.; ADCOCK, F. E. ; CHARLESWORTH, M. P.. (Orgs.). *The Cambridge Ancient History.*. Londres: Cambridge University Press, v. X (THE AUGUSTAN EMPIRE), 1971.

_____. *The Cambridge Ancient History.*. Londres: Cambridge University Press, v. XI (THE IMPERIAL PEACE A. D. 70- 192), 1969.

ERRANDONEA, Ignácio (Org). *Diccionário del mundo Clássico.* Barcelona: Labor, 1954.

HARVER, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

KYTZLER, Bernhard. *Breve Diccionário de Autores Gregos e Latinos*. Madrid: Gredos, 1989.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SPEAKE, Graham. *Dictionary of Ancient History.* Londres: Oxford University Press; Cambridge University Press, 1994.

3. Bibliografia Geral

ALBA, Andre . *ROMA.* São Paulo: MESTRE JOU, 1964.

ALFÖLDI, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1975.

ARISTÓTELES. *A Política.* Rio de Janeiro: Edições de Ouro. 1965.

BAKHTIN, Mikhail.. *Questões de Literatura e de Estética*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988, p.250 - 262.

BARROS, J. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. In: *Diálogos*. Maringá: DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROW, R. H. *Los Romanos*. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica,1986; 1992.

BAYET, J. *La Religion Romana. História política y psicologia.* Madrid: Ediciones Cristandad, 1978.

BENNETT, J. *Trajan Optimus Princeps. A Life and Times*. Londres & New York, 1997.

BORNECQUE, Henri. *Roma e os Romanos*. São Paulo: EDUSP, 1976.

BOURDÉ, G. e MARTIN, H. *Escolas Históricas*, Lisboa, Europa-América, s.d

BRUN, Jean. *O estoicismo*. Lisboa: Ed. 70, 1986.

BURKE, Peter. *A escrita da História*: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. *História e Teoria Social*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo, EDUNESP, 1999.

CARCOPINO, Jérome. *Roma no Apogeu do império*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARDOSO, C.R., & VAINFAS, R. (Org). *Domínios da História* .Ensaios de Teoria e Metodologia . Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, C. F. et MALERBA, J. (Orgs). *Representações. Contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000

_____. *Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador*. Diálogos, Maringá, v. 3, n. 3, p, 1-28, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARDOSO, C.R., & VAINFAS, R. (org). *Domínios da História .Ensaios de Teoria e Metodologia* . Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Margarida M. As Marcas da Política na Construção de uma Identidade Plural. In: FUNARI, P.P.A. ; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. (Orgs) *Política e Identidades no Mundo Antigo.* São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2009, p. 9 -14.

CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. L' Histoire Aujoud' hui: Doutes, Defis, Proposition. In: *Estudos Hstóricos*, V 7 , nº 13, p. 97 – 113, 1994. (Conferência realizada na FGV (CPDOC) em 1993 e traduzida em Estudos Históricos)

_____. Cultura Popular: Revisando um Conceito Historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V 8 , nº 16, p. 179- 192, 1995.

CIZEK, E. *L' époque de Trajan. Circonstances politiques et problèmes idéologiques*. Paris-Bucarest (les Belle Lettres, Collection d'Étude Anciennes), 1993.

CORASSIN, M. L. . *Sociedade e política na Roma antiga*. 1. ed. São Paulo: Atual Editora, 2001. v. 1. 128 p.

_____ . *A Idealização do Príncipe na ideologia aristocrática de Roma*. IN: Boletim do CPA (Centro de Estudos e Documentação sobre o pensamento antigo UNICAMP), Campinas, v. 4, p. 197-210, 1997.

_____. A Ordem Senatorial e A Ordem Eqüestre No Período Final da Republica Romana. In: *X Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*, 1979, Niterói. Elenco. Niterói, 1979.

_____. O cidadão romano na República. *Projeto História* (PUCSP), v. 33, p. 271-287. 2006.

COUTROUT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CROISILLE, J.-M. *Poésie et art figuré de Neron aux Flaveins: Recherches sur l'iconographie et la correspondence des arts à l'époque impériale.* Bruxelas, 1982.

CUNHA, Paulo Ferreira. *Aristóteles, Filosofia do Homem: ética e política*. Porto, 2010. Disponível em: http://www.hottopos.com/rih8/pfc.htm; Acesso em 21/04/ 2010.

DAVIAULT, A. Le Mos Maiorum. In: GAILLARD, J. (Dir.)*Rome 1er siecle av J-C.*

Paris : Ed. Autremant, 1996, p.58-71.

DARAKI-MALLET, Maria. *A renovação da História Antiga*. In : LE GOFF, J (et alii). A Nova História. Lisboa : Ed. 70, 1978, p.87-101.

DUPOUY, Auguste. *Rome e lês Letres Latines*. Paris: Librire Armand Colin, 1924.

ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FINLEY, Moses I. *Uso e Abuso da História*. Trad. Marylene P. Maciel. São Paulo: 1980.

_____. *A Política no mundo antigo*. Tradução de. De Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

_____. *Uso e Abuso da Historia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1985.

_____. *Democracia moderna e antiga*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História Antiga: testemunhos e modelos*. Tradução de. Valter L. Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FLORENZANO, Maria B. B, Conhecendo as Moedas da Grécia Antiga: o projeto Sylloge Nummorum Gaecorum. In: *Clássica*. V. 13/14, p. 4-5 – 408, 2000/2001.

FREYBURGER, G. *Fides. Étude sémantique et religieuse depuis les origines jusqu'à l'époque augustéenne*. Paris: 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. *A análise documental e o estudo da Antigüidade Clássica*. Campinas: Unicamp, 1995.

_____ . *Antigüidade Clássica, a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 1995.

_____ . *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Unicamp, 1998.

_____ . Comentário ao texto de Ciro Flamarion Cardoso, "Epistemologia pósmoderna, texto e conhecimento: a visão do historiador", Diálogos, Maringá, 3,3,1999, 43-48.

_____. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. (Org.) . Repensando o Mundo Antigo, Jean-Pierre Vernant, Pedro Paulo Funari, Richard Hingley, TD 47 Segunda edição revista e ampliada. 2a.. ed. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

_____ (Org.) . *Repensando o Mundo Antigo* TD 49 2a. ed. revista e ampliada. 2a. ed. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

_____ . *Roma, vida pública e vida privada*, 11 ed.. São Paulo: Atual, 2003.

_____ . *Letras e Coisas: ensaio sobre a cultura romana*. Campinas, Unicamp,2002.

FUNARI, P.P. A. et SILVA, G. J. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GIARDINA, A.(org.) *O Homem Romano*. Lisboa: Ed. Presença, 1992.

GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. Trad. Álvaro Cabral. 2a. ed. Rio: Zahar, 1976.

GONÇALVES, C. Classe e Cultura no Alto Império Romano: Os Libertos de Paul Veyne. IN: *Boletim do CPA*. Campinas: 1998. Ed. 5/6 (jan/dez)

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1984.

_____. *O império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1993.

_____. *A Vida em Roma na Antiguidade*. Lisboa: Europa- América, 1995.

_____. *O Século de Augusto*. Lisboa: Ed. 70, 2008.

GUARINELLO, N. L. . Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politeia,* Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003

_____ . Nero, O Estoicismo e A Historiografia Romana. In: *Boletim do CPA*, CAMPINAS, v. 1, n. 1, p. 53-64, 1996.

_____ . *A Cidade na Antiguidade Clássica*. 1. ed. São Paulo: Saraiva/Atual, 2006. v. 1. 48 p.

_____. O Império Romano e Nós. In: Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes. (Org.). *Repensando o Império Romano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, v. 1, p. 13-19.

GUARINELLO, N et JOLY, F. Ética e Ambigüidade no Principado de Nero. In: FUNARI, P et BENOIT, H. (Orgs.) *Ética e Política no Mundo Clássico*.Campinas: UNICAMP, 2001, p. 133- 152. (Coleção Ideias; ; 3)

GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais:* Morfologia e história. Trad. F. Carotti. São Paulo: Cia Das Letras, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

HUNT, Lynn. (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.

JANOTTI, M. O Livro Fontes Históricas como Fonte. In : PINKY. C (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto 2005.

JOLY, Fábio Duarte. *A Escravidão na Roma Antiga: Política, Economia e Cultura.* São Paulo: Alameda, 2005.

LE GLAY, Marcel. *La Religion Romaine*. Paris: Armand Colin Editéur, 1991.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2005.

_____. *Níveis de cultura e grupos sociais*. Lisboa: Edições Cosmos, 1987.

LE ROUX, Patrick. L'Empire Romain. Paris: Presses Universitaires de France, 2006. Resenhado por FUNARI, P. *Revista de E. F. e H. da Antigüidade*, Cps/Bsb, nº 22/23, jul. 2006/jun., p. 347 -349, 2007.

LEONI, G. *A Literatura Latina*. São Paulo: Nobel, 1961.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio: Ed. Guanabara, 1986.Martins Fontes, 1989.

MATTINGLY, D.J. Dialogues in Roman Imperialism. In: *Journal of Romam Archaelogy*, 23. Potsmouth: oxbow Book, 1997

MENDES, Norma M. O Sistema Político no Principado. In: ROSA, Cláudia Beltrão da. A Religião na *Urbs*. In: SILVA, Gilvan et MENDES, Norma (Orgs.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006, p. 21 – 52.

NICOLET, Claude. O Cidadão e o Político. In: GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

OLIVEIRA, Carlos R., ROCHA, I. E. *O estudo da antiguidade. Abordagens teórico-metodológicas. Ad usum privatum*.

OLIVEIRA, Therezinha et VISALLI, Angelita (Orgs). *Cultura e Educação: Ética e Ação Política na Antiguidade e Idade Média*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

OMENA, L. A História Construindo ou Reconstruindo o Passado? IN: *Boletim do CPA:* Campinas, 2000. Ed. 10 (jul/dez).

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1961; 1973[1].

[1] Segunda e Terceira edição respectivamente.

PARATTORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Tradução de. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Guldenkian, 1987.

PARRA, A. A Religiosidade Popular em Roma no Principado: Petrônio e Marcial. In: ROSSI, A. (Org.). *Religião no Mundo Antigo e Medieval*. Assis: UNESP, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla B. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexo, 2005.

SANTOS, R. O Bel Moral Estóico e a Atenuação das Paixões. IN: *Boletim do CPA*. Campinas: 1998. Ed. 5/6/ (jan/dez).

SILVA, Maria A. O. et MOTA, Taíse F. Problemas de Interpretação e Verdade na Escrita da História Antiga. In: FUNARI, P.; SILVA, G. ; MARTINS, A.. (Org.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008, , p. 143-156.

ROSA, Cláudia Beltrão da. A Religião na *Urbs*. In: SILVA, Gilvan et MENDES, Norma (Orgs.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.

ROSSI, A.L.D.O.C. *Princeps e Basileus nos Discursos de Dion Crisóstomo*. Assis, 2001. 271p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis,Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

_____. *A literatura provinciana de Dion Crisóstomo e Plutarco e a formação helenística do cidadão romano do I e II séculos*. Maringá/Paraná, UEM, 2005. (Paper da palestra proferida na IV Jornada de Estudos Antigos e Medievais realizada nos dias 06 e 07 de outubro de 2005.), digitada.

ROSSI, A. et CINTRA, R. Práticas Divinatórias nas Biografias de Suetônio. In: ROSSI, A. (Org.). *Religião no Mundo Antigo e Medieval*. Assis: UNESP, 2009.

STAROBINSI,J. A Literatura : o texto e seus interpretes. In : LE GOFF, J. ; NORA, P.. *História : novas abordagens*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976, p. 132-143.

SCHEID, J. O Sacerdote. GIARDINA, A.(org.) *O Homem Romano*. Lisboa: Ed. Presença, 1992.

TEIXEIRA, Evilázio F.B. *A educação do Homem segundo Platão*. São Paulo: Ed. Paulus, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. et VAINFAS, R (Orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l' histoire*. Paris: Édition du Seuil, 1971.

_____. *A Sociedade Romana*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

_____. (org). *O Império Romano*. In.: História da Vida Privada. Do Império ao ano Mil. São Paulo: Cia das Letras, pg. 19-223, 1989. (Coleção História da Vida Privada vol. 1).

_____. Humanitas: Romanos e não Romanos. In.: GIARDINA, A.(org.) *O Homem Romano*. Lisboa: Ed. Presença, 1992.

4. Bibliografia Pliniana[2]

ANDRÉ,J.-M. Pensée et philosophie dans les lettres de Pline le Jeune , In: *Revue des Études Latines*, 53 (1975), p. 225-247.

ALLAIN, E. *Étude sur la correspondence de Pline avc Vocanius Romanus*. Basanço: Impr. Du Prog. Français, 1989.

_____. *Étude sur la correspondence de Pline avc Mesiua Maximus*. Besançon: Millot, 1898.

_____. *Pline le Jeune et ses hétiers*. Paris: Fontemoing, 1901-1902. 3 vol.

ARICO, G. Plinio il Giovano e la poesia. In: *Storia Letteratura e Arte nel Secolo dopo Christo: Atti del Convengo, Mantova, 1992*; Florence, Italy, 1995, p. 27-42.

AUBRION, E. La correspondance de Pline le Jeune. Problèmes et orientations actuelles de la recherche. In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 33.1 Berlim/ nova Yorque, 1989. p. 304-374 .

_____. Pline le Jeune et la rhétorique de l'affirmation , In: *Latomus*, 34 (1975), p. 90-130

BASÍLIO, V. C. *A Mulher Em Roma: A Condição Feminina Na Literatura Pliniana*. 1997. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp.

BEUTEL,F. *Vergangenheit als Politik. Neue Aspekte im Werk des jüngeren Plinius*, Francfort (Studien zur Klassischen Philologie, 121), 2000 (parte II).

BIRLEY,A. R. *Onomasticon to the Younger Pliny*. Munich-Leipzig, 2000.

BÜTLER, H. P. *Die geistige Welt des jüngeren Plinius. Studien zur Thematik seiner Briefe*, Heidelberg, 1970.

CAMERON, A. The Fate of Pliny's *Letters* in the Late Empire. In: *Classical Quarterly* n.s. 15: 289-98 (1965); 17: 421-22 (1967).

[2] Cabe esclarecer que esta parte da bibliografia constituiu-se pelo trabalho de pesquisa desde o projeto de Iniciação Científica e contou com a colaboração da professora Andréa Rossi. Visto que o objetivo principal é facilitar a consulta dos futuros pesquisadores, conforme explicitado anteriormente, não tivemos a oportunidade de entrar em contato com boa parte da produção pliniana internacional.

CARLON, Jacqueline. *Wemen in the Letters of Pliny the Younger*. Boston: Universidade de Boston, 2003. Tese de Doutoramento em filosofia.

COVA, P. V. *La critica letterario di Plinio il Giovane*. Brescia, 1966.

_____. Per una lettura retorica delle lettere pliniane sull'eruzione del 79 . In: *Aevum*, 56 (1982), p. 58-62.

_____. Arte allusiva e stilizzazione retorica nelle Lettere id Plinio. A proposito di VI,31,16-17 ; 11,6 ; VIII,16 ; VIII,24 ; VII,33,10. In: *Aevum*, 46 (1972), p. 16-36.

D'AGOSTINO, V. *Studi sul neo stoicismo. Seneca, Plinio il Giovane, Epitteto, Marco Aurélio*. Turin, 1950, 2e ed. 1962 (parte III).

DE NEEVE, P. W. A Roman Landowner and His Estates : Pliny the Younger . In: *Athenaeum*, 68 (1990), p. 363-402.

DE SAINT-DENIS, E. Pline le Jeune et l'éducation de la jeunesse . In: *Revue Universitaire*, 55 (1946), p. 9-21.

DOBSON, E. S.. Pliny the Younger's Depiction of Women. In: *The Classical Bulletin* 58, 1982. p.81- 85.

DRAGICEVIC, N.M. *Essai sur le caractère des lettres de Pline le Jeune*. Mostar, 1936. (Tese – Friburgo, Suíça).

EDWARDS, Rebecca. Hunting for boars with Pliny and Tacitus. In: Classical Antiquity: 27. 2008. P. 35- 58.

FÖRTSCH, R. *Archäologischer Kommentar zu den Villenbriefen des Jüngeren Plinius*. Mainz am Rhein, 1993.

GALLETIER, Edouard. *Panégyrique Latin*. Paris: Belle Lettres, 1949.

GAMBERINI, F. *Stylistic Theory and Practice in the Younger Pliny*. Hildesheim-Zurich-New York ,1983.

GAZICH, R. Retorica dell'ostensione nelle lettere di Plinio. In: *Letteratura latina dell'Italia settentrionale. Cinque studi* (P. V. COVA, R. GAZICH, G. E. MANZONI, G. MELKANI edd), Milão:Università Cattolica del Sacro Cuore, 1992 p. 141-195.

GIORDANO, F. Os Latinum in Plinio Ep., VI 11,2 . In: *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell' Università dii Napoli*, 22, n. s. 10 (1979-1980), p. 25- 40.

GRISÉ, Y. L'illustre mort de Pline le Naturaliste . In: *Revue des Études latines*, 58, (1980), p. 338-343.

GUILLEMIN, A.-M. Société de gens de lettres au temps de Pline , In: *Revue des Études Latines*, 5 (1927), p. 261-292.

_____. La culture de Pline le Jeune , In: *Mélanges dédiés à la mémoire de Félix Grat*, Paris, 1946, I, p. 77-88.

_____. *Les lettres de Pline le Jeune*. Paris: Libraire Hachette, 1938.

_____. *Pline le Jeune et la vie littéraire de son temps*. Paris (Les Belles Lettres, Collection d'Études Latines, 4), 1929.

HANSLIK, R. *Gymnasium*, 73 (1966), p. 329-331.

Hardy, E.G. *Pliny's Correspondence with Trajan.* Londres, 1889.

HEBERLEIN, H. et SLABY,W. *Concordantiae in C. Plinii Caecilii Secundi opera. Pars prior : Epistulae*, Hildesheim, 1991 (4 volumes).

HERRERO, V. J. Plinio el Joven, educator y pedagogo . In: *Estudios Clasicos*, 5 (1959), p. 2-20.

HOFFER, Stanley E. 1999. *The Anxieties of Pliny the Younger.* Atlanta, 1999.

JACQUES, X et VAN OOTEGHEM, J. *Index de Pline le Jeune*, Bruxelles (Académie Royale de Belgique, Classe des Lettres. Mémoires, 2e série, tome 58, fascicule 3), 1965.

JAL, P. Pline épistolier, écrivain superficiel ?, In: *Revue des Études Latines*, 71 (1993), p. 212-227.

JOLY, F. D. *A ação do dominus conforme Plínio, o Jovem*. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra). Conf. Plataforma Lattes, acesso em: 03/ 07/ 2008.

JONES, C.P. A New Commentary on the Letters of Pliny. In: *Phoenix* 22 (1968). p. 111-42.

JONES, N.F. Pliny the Younger's Vesuvius letters (6.16 and 6.20) . In: *Classical World*, 95 (2001), p. 31-48.

KEHOE,D. P. Approaches to Economic Problems in the " Letters " of Pliny the Younger : the Question of Risk in Agriculture , In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 33.1 (1989), p. 555-590.

KRASSER, H. Claros colere viros oder über engagierte Bewunderung. Zum Selbstverständnis des jüngeren Plinius , In: *Philologus*, 137 (1993), p. 62-71.

LEACH, E. The Politics of Self-Presentation. Pliny's Letters and Roman Portrait Sculpture , In: *Classical Antiquity*, 9 (1990), p. 14-39.

LEFÈVRE, E. Plinius-Studien I. In: *Gymnasium*, 84 (1977), p. 519-41 (*Ep*. 2.17, 5.6).

_____. Plinius-Studien II. In: *Gymnasium*, 85 (1978), p. 37-47 (1.6, 9.10).

_____. Plinius-Studien III. Die Villa als geistiger Lebensraum (1,3 ; 1,24 ; 2,8 ; 6,31 ; 9,36) . In: *Gymnasium*, 94 (1987), p. 247-262.

_____. Plinius-Studien IV. In: *Gymnasium*, 95 (1988), p. 236- 269 (4.30, 8.8, 8.20).

_____. Plinius-Studien V . In: *Gymnasium*, 96 (1989), p. 113- 128 (3.5, 3.7, 3.21).

_____. Plinius-Studien VI. Der grobe und der kleine Plinius. Die Vesuv- Briefe (6,16 ; 6,20) . In: *Gymnasium*, 103 (1996), p. 193-215.

LILJA, S. On the Nature of Pliny's Letters . In: *Arctos*, n.s., 6 (1969), p. 61-79.

LILLGE, F. Die literarische Form der Briefe Plinius d.J. über den Ausbruch des Vesuvs . In: *Sokrates*, 6 (1918), p. 209-234 & p. 273-297.

_____. Descriptions of Human Appearance in Pliny . In: *Arctos*, 12 (1978), p. 55-62.

LION, H. *Plinii Minoris epistolae quid ad pueros educandos aptum praebeant*. Paris, 1895. (Tese- Paris)

LOWE, E.A. e RAND, E.K. *A Sixth-Century Fragment of the Letters of Pliny the Younger*. Washington, 1922.

LUDOLPH, M. *Epistolographie und Selbstdarstellung. Untersuchungen zu den « Paradebriefen ». Plinius des Jüngeren*, Tübingen (Classica Monacensia. Münchener Studien zur Klassischen Philologie, 17), 1997.

MANIET, A. Pline le Jeune et Calpurnia. Étude sémantique et psychologique , In:*L'Antiquité Classique*, 35 (1966), p. 149-185.

MARCHESI, Ilaria. A Complex Prose: *The Poetcs of Allusin in the Epistles of Pliny the Younger*. New Brunswich: Universidade de Nova Yersey, 2002. Tese de Doutoramento.

MARTHA, J. Courts articles sur la vie, la personne et l'œuvre de Pline le Jeune. In: *Revue des Cours et Conférences*, de janvier 1898 à février 1899.

MARTIN, R. Pline le Jeune et les problèmes économiques de son temps. In: *Revue des Études Anciennes*, 69 (1967), p. 62-97.

MASELLI, G. Sulle idee letterarie di Plinio il Giovane , In: *Annali della Facoltà di Lingue e Lettere Straniere dell'Università di Bari*, n. s. 45 (1973-1974), p. 139- 174.

MAYER, Roland. Pliny and Gloria Dicandi. In: *Arethusa*: 36. 2003. p. 227-234. Disponível em: http://muse.jhu.edu/journals/arethusa/v036/36.2mayer.html ; acesso em 18 de jun, 2008.

MELKANI, G. Elementi della lingua d'uso nelle lettere di Plinio il Giovane .In: *Letteratura latina dell'Italia settentionale*. Milão:Università Cattolica del Sacro Cuore, 1992 p. 197-244.

MERLAT, P. Pline le Jeune, propriétaire foncier . In: *Hommages à Léon Hermann*, Bruxelles, 1960 (collection Latomus, volume 44), p. 522-540.

MERWALD, G. *Die Buchkomposition des Jüngeren Plinius*, diss. Erlangen, 1964.

METHY, Nicole. *Les Lettres de Pline le Jeune. Un re/presentation de l'homme*. Paris: Université Paris-Sorbonne, 2007.

MOMMSEN, Theodor. Zur Lebensgeschichte des jüngeren Plinius. *HERMES*, Berlim:31-139, 1869

MORELLO, Ruth e GIBSON, Roy. *Arethusa*. Vol. 36, nº 02, 2003.

MOUCHARD, A. Les Auteurs Latines. Paris: J. de GiGord Editeur, 1924; p. 516- 525.

MYNORS, R.A.B. *C. Plini Caecili Secundi Epistularum Libri Decem*.Londres: Oxford, 1963.

NORENA, C. F. The Social Economy of Pliny's Correspondence with Trajan. In: American Journal of Philology, vol 128. 2007, p. 239- 277.

OLIVEIRA, C. R. *O Direito Romano e o Ensino Jurídico no Brasil*. Ethos Jus, v. 1, p. 10- 30, 2004.

_____. *Mito e História nas Cartas Plinianas*. 1997. Tese (Livre-Docência em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

_____. *As Propriedades Rurais de Plínio, o Jovem: algumas considerações sobre a origem, a superfície e a exploração econômica*. São Paulo, 1978. Dissertação de Mestrado – USP.

_____. *O Senhorio Rural nas Cartas de Plínio, o Jovem*. São Paulo, 1983. Tese de Doutoramento – USP.

_____. *Tese e Antítese: Alguns Aspectos da Cidadania e da Escravidão Na Antiguidade*. REVISTA ELETRONICA NEAM, ASSIS, v. 2, p. 1-17, 1996.

_____. *Vetus-Novus:Passado e Presente Na Construção do Discurso Político Em Roma (96-112 D.C.)*. HISTORIA, ASSIS, v. 15, p. 199-214, 1996.

_____. *Doença e Morte: Um Estudo Sobre O Imaginário Político Nas Cartas de Plínio*. ESTUDOS DE HISTORIA, FRANCA, v. 3, n. 1, p. 33-52, 1996.

_____. *Miseria Temporum*: Mito e Perseguição Na Literatura Pliniana. In: CICLO DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 4, 1995. RESUMOS. ASSIS. v. 1.

p. 1-2.

_____. *A Literatura Pliniana e Aspectos do Cotidiano Rural No Alto Império Romano (98-112 D.C.).* REVISTA NEAM, ASSIS, v. 1, 1995

_____. Literatura e Historia: A Produção do Imaginário Nas Cartas de Plínio, O Jovem. ANAIS DE ESTUDOS LITERARIOS, SÃO PAULO, v. 4, p. 387-390, 1994.

_____. *O Colonato Nas Cartas de Plínio, O Jovem: A Decadência da Villa e O Incremento da Economia Dominial*. HISTORIA, v. 5, p. 75-83, 1986.

_____. Literatura, História e Economia: A Combinação das Fontes e O Resgate da Historia. HISTORIA, v. 4, p. 79-83, 1985.

_____ . O Colonato e As Formas de Dependência Na Organização do Trabalho. No Baixo Império Romano. In: SIMPOSIO NACIONAL DA ANPUH, 13,1985. RESUMOS.

_____ . Escravismo e Colonato: Um Estudo de Caso Na Economia Rural Itálica No Alto Império Romano. In: SIMPOSIO DA ANPUH, 13, 1985. RESUMOS.

OTTO, W. Die Ueberlieferung der Brief des jüngeren Plinius. *Hermes*. Berlim, XXI: 287 – ss., 1886.

_____. *Zur Lebensgeschichte des jüngeren Plinius*. Munich: 1919.

PANI, M. Le raccomandazioni nell'epistolario di Plinio . In: *Potere e valori a Roma fra Augusto a Traiano,* Bari (Documento e estudo do Departamento de Ciência da Antiguidade da Universidade de Bari, Seção Histórica, 14), 1992, 2e ed. 1993.

PATRICH, S. A. Ashen Sky: the letters of Pliny the Younger on the erupton of versuvius. In: *Library Journal* : 132, 17, 2007. P. 65- 66.

PAVIS D'ESCURAC, H. Pline le Jeune et les lettres de recommandation , In: *La Mobilité sociale dans le monde romain* (artigo do Colóquio realizado em Estraburgo em novembro de 1988 pelo Institut et le Groupe de Recherche d'Histoire Romaine, editado por E. FREZOULS), Estraburgo, 1992 p. 55-69.

PRETE, S. *Saggi pliniani*, Bologne (Università degli Studi di Bologna, Facoltà di Lettere e Filosofia. Studi Pubblicati dall' Istituto di Filologia Classica, 3), 1948.

PICONE, G. *L'eloquenza di Plinio. Teoria e prassi*. Palermo, 1978.

RADICE, Betty. *The Letters of The Younger Pliny*. Cambridge: Loeb Classical/ Penguin Books, 1962/1969.

RADICKE, I. Die Selbstdarstellung des Plinius in seinen Briefen , In: *Hermes,* 125 (1997), p. 447-469.

REVILLA, Victor. Poder politico, visibilid social y honores em la Roma del siglo I d. C. In: BENOIT, H et FUNARI, P.P.A. (org). *Ética e política no Mundo Antigo*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 253-263.

REYNOLDS, L. D. *Texts and Transmission: A Survey of the Latin Classics.* Londres: Oxford, 1983.

RIGGSBY, A. M. Pliny and Cicero on Oratory. Self-Fashioning in the Public Eye , In: *American Journal of Philology*, 116 (1995), p. 123-135.

_____. Self and Community in the Younger Pliny , In: *Arethusa*, 31 (1998), p. 75-97.

ROSSI, Andréa L. D.O.C. *Poder e Mito: o Principado na literatura latina (Tácito, Suetônio ePlínio, o Jovem)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

_____. O Principado Romano na Perspectiva literária: o discurso político no Panegírico de Trajano. In: *Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e IV Encontro de Estudos Literários*, 1994, Assis. Anais XV Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa (Literatura Portuguesa: texto, contexto, intertexto), IV Seminário de Estudos Literários (Texto, Contexto, intertexto). Assis/São Paulo : Editora Arte & Cultura, 1994. v. 2. p. 374-379.

_____. Poder e Mito: o Principado na perspectiva da literatura latina (Tácito, Suetônio e Plínio o Jovem). Pós História, UNESP/Assis, v. 5, 1997.

_____. *Index das Cartas de Plínio, o Jovem*. 1993. *Ad usum privatum.*

RUSCA, F. *Plinio il Giovane attraverso le sue lettere*, Côme, 1967.

SAYLOR, C. The Emperor as Insula. Pliny, Epist. 6.31. In: *Classical Philology*, 67 (1992), p. 47-51.

SCHUSTER, M.. *Plinius*, dans *Real Encyclopaedie*, XXI (1951), n°6 (*C. Plinius Caecilius Secundus, der 'jüngere Plinius'*), col. 439-456.

SCIVOLETTO, Nevio *Urbs, municipia, villae* e *studia* nell' epistolario di Plínio. In: *GIF* 41, 1989. p. 179-93

SHERWIN-WHITE, A. N. Pliny, the Man and His Letters , In: *Greece and Rome*, n.s. 15 (1968), p. 76-90.

_____. *The Letters of Pliny. A Historical and Social Commentary*, Oxford, 1966.

SIRAGO, V. A. . *L'Italia agraria sotto Traiano*, Louvain (Université de Louvain, Recueil de Travaux d'Histoire et de Philologie, 4^{e} série, fascicule 16), 1958. p. 22-59.

SOUZA, Daniel A. de. *Práticas Políticas e o Mos Maiorum no Principado Romano: Uma Leitura de Plínio, o Jovem* (cartaz). Assis: XVIII Encontro Regional de História-ANPUH, São Paulo, 2006a. Color. 100 x 80 cm.

_____. Práticas Políticas e o Mos Maiorum no Principado Romano: Uma Leitura de Plínio, o Jovem. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ,2006b, Assis. *Anais.* Assis: ANPUH,2006. 1 CD- ROM.

SOVERINI, P. Impero e imperatori in Plinio il Giovane. Aspetti e problemi del rapporto con Domiziano e Traiano , In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 33.1 (1989), p. 513-554.

STADLER, Thiago David. *O Poder das Palavras na Idealização de um Princeps: epistolário cruzado entre Plínio, o jovem e Trajano (98 – 113 D.C).* Curitiba: 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

_____ . Arrependimento e Cristianismo em Plínio, o Jovem. In: III Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais e do X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais, 2008, Assis. Migrações e Imigrações em Religiões na Antiguidade e Medievalidade. Assis : Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, 2008. p. 38-38. (Resumo)

_____. Arrependimento e Cristianismo em Plínio, o Jovem. In: III Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais e do X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais, 2008, Assis. Migrações e Imigrações em Religiões na Antiguidade e Medievalidade. Assis : Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, 2008. (Texto Completo) *Ad usum privatum*.

_____. Virtudes e Amizade na Idealização de um Soberano: Caso visto atravésdo Epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e Trajano. In: III Colóquio Nacional de História do Vale do Iguaçu, 2008, União da Vitória. Caderno de Resumos: Contextos e repercussões da História Colonial Brasileira, 2008.

_____. *Amizade e Virtudes na Construção de uma Imagem Ideal encontradas no Epistolário Cruzado Entre Plínio, o Jovem e o Imperador Trajano (98 - 117 d.C).* Curitiba, 2007. (Monografia de Conclusão de Graduação - UFPR) *Ad usum privatum.*

STAUS, J. A. Pliny the Younger: Slaves and Freed Slaves in Rome. In: *LATOMUS*: 65. Bruxelas: Sociedade de Estudos Latinos, 2006. p. 1027- 1028. (Texto original em francês)

_____. The Origin of the Ten-Book Family of Pliny's Manuscripts. In: *Classical Philology* 53: 171-73 (1958).

_____.Pliny's Own Manuscript. IN: *TAPA* 98: 481-82 (1967).

STOREY, Jonathon Stanley. *Bithynia: History and Administration to the Time of Pliny the Younger*. Edmonton: Universidade de Alberta, 1998. Dissertação de Mestrado.

STOUT, S.E. *Scribe and Critic at Work in Pliny's Letters.* Bloomington, 1954.

_____. The Origin of the Ten-Book Family of Pliny's Manuscripts. In: *CP* 53. 1958. p. 171-73.

_____. Pliny's Own Manuscript. In: *TAPA* 98. 1967. p. 481-82.

STROBEL, K. Laufbahn und Vermächtnis des jüngeren Plinius. Zu CIL V 5262 .In: *Beiträge zur Geschichte* (= *Bamberger Hochshulschriften*, 9), 1983, p. 37-56.

SYME, R. Juvenal, Pliny, Tacitus. In: *Americal Journal of Philology* 100: 250-78 (1979).

_____. The Dating of Pliny's Latest Letters. In: *Classical Quarterly* 35: 176-85 (1985b).

TRAUB, H. W. Pliny's Treatment of History in Epistolary Form. In: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, 86 (1955), p. 213-232.

VENTURINI, R. L. B. . Economia e patronato: as doações de Plínio, o Jovem. In: Pedro Paulo A .Funari; Glaydson José da silva; Adilton Luís Martins. (Org.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008, v. , p. 199-209.

_____. Plinio el Joven saluda a sus amigos y familiares: la vida cotidiana romana a través de sus cartas. In: Pedro Paulo A.Funari;Dionisio Pérez-Sanches;Glaydson José da Silva. (Org.). *Arqueología e Historia del mundo antiguo: contribuciones brasileñas y españolas*. 1 ed. Inglaterra: Archaeopress Publishers of British Archeological Reports, 2008, v. , p. 87-92.

_____. . Um diálogo político: a correspondência de Plínio, o Jovem. In: *III Jornada de Estudos Antigos e Medievais: transformação social e Educação*, 2003, Maringá. Anais Completos III Jornada de Estudos Antigos e Medievais: transformação social e educação, 2003.

_____. O clientelismo no espaço público romano. In: *I Seminário Internacional de História*, 2003, Maringá. ISIH - I SEminário Internacional de História. Maringá, 2003. p. 732-742.

VENTURINI, R. L. B. . Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial.In: *Acta Scientiarum* , Maringá, v. 23, n. 1, p. 215-222, 2001.

_____. *Relações de poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana*. São Paulo, 2000. (Tese de Doutoramento em História Social, USP)

_____. *O viver urbano em Roma: uma leitura de Plínio, o Jovem e Marcial*. Assis. (Dissertação de Mestrado, F.C.L Assis/ Unesp)

_____. *As palavras e as idéias: o poder na Antigüidade*. Diálogos, UEM /DHI, v. 9, n. 2, p. 143-156, 2005.

_____. Relações de Poder em Roma: patronato e clientela. In: Clássica, São Paulo, v. 11/12, n. 11/12, p. 297-306, 2001.

_____. *Amizade e política em Roma: o patronato na época imperia*l. Acta Scientiarum, Maringá, v. 23, n. 1, p. 215-222, 2001.

VIEIRA, Mára Rodrigues. *As orações subordinadas substantivas nas Cartas de Plínio o Jovem*. Rio de Janeiro, 1993. (Tese de Doutoramento defendida na UFRJ)

_____. Considerações sobre o estilo de Plínio o Jovem. In*: IV Jornada de Estudos da Antigüidade*, 2002, Niterói. Antigüidade - Representações e Apropriações. Niterói : UFF, 2002. v. 1. p. 15-15. (Resumo)

_____. A linguagem afetiva nas Cartas de Plínio, o jovem.. In: *XI Reunião da SBEC/Simpósio Nacional de Estudos Clássicos*, 1999, Araraquara. XI Reunião da SBEC/Simpósio Nacional de Estudos Clássicos, 1999. v. 1. p. 70-71.(resumo)

_____. A beleza literária da Carta II, 17 de Plínio o Jovem. In: *XIV Semana de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras*, 1994, Rio de Janeiro. Anais da XIV Semana de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras. Rio de Janeiro : UFRJ, 1993. p. 139-143.

_____ Cartas: testemunho de uma época . In: *XI Encontro Nacional da ANPOLL*, 1996, João Pessoa. Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL. João Pessoa : Bartira Gráfica, 1996. p. 105-107.

TISSONI, G. C. . Sul consilium principis in età traianea, II : l'attività di Plinio il Giovane e la sua funzione di " porta voce " In: *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, 32 (1966), p. 129-152.

TRISOGLIO, F. *Opere di Plinio Cecilio Secondo*, Turin, 1973 (Classici Latini, Unione Tipografico Editrice Torinese), p. 49-102.

_____. *La personalità di Plinio il Giovane nei suoi rapporti con la politica, la società e la letteratura*, Turin (Memorie dell'Accademia delle Scienze di Torino. Classe di Scienze Morali, Storiche e Filologiche, série 4, n° 25), 1972.

_____. Le idee politiche di Plinio il Giovane e di Dione Crisostomo . In: dans *Il Pensiero Politico*, 5 (1972), p. 3-43.

USSANI JR, V. Leggendo Plinio il giovane, I (*Historia - nomen inertiae*). In: *RCCM* 12, 1970. p. 271-348.

_____. Leggendo Plinio il giovane, II (*Oratio -historia*). In: *RCCM* 13, 1971. p.70-135.

WEISCHE, A. Plinius der J. und Cicero. Untersuchungen zur römische Epistolographie in Republik und Kaiserzeit , In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 33.1 (1989), p. 375-386.

ZEHNACKER,H. La lettre de Pline le Jeune sur la mort de son oncle. Pour une esthétique de la communication . In:*Hommages à Carl Deroux*, I, Bruxelles, 2002.

ZELZER, K. Zur Frage der Charakteristik der Briefsammlung des jüngeren Plinius , In: *Wiener Studien*, 77 (1964), p. 144-161.

5.Sites

CERTAMEN, Virginia. *The Classics Page*. <http://www.thelatinlibrary.com/ > [Consultado em: 03 de janeiro de 2006].

CRANE, Gregory. *The Perseus Digital Library*. <http://www.perseus.tufts.edu/> [Consultado em: 15 de outubro de 2006].

DEMONET, Marie- Luce. *Les Bibliothèques Virtuelles Humanistes (BVH).* <http://www.bvh.univ-tours.fr/> [Consultado em: 10 de outubro de 2006].

HARVEY,Brian K. *Roman Achievement.* <http://www.personal.kent.edu/~bkharvey/roman/sources/sources.htm> [Consultado em: 29 de agosto de 2006].

HINGE, George. *Personal Page*. <http://epistol.georgehinge.com/plinius.html> [Consultado em: 18 de novembro de 2005].

MAROUTAEFF,B.; SCHUMACHER, J. *Dictionnaires (généraux et spéciaux) du Latin.< http://bcs.fltr.ucl.ac.be/DicLanALat.html*> [Consultado em: 07 de setembro de 2006].

SCHUMACHER, Jean. *Agora Class*. <http://agoraclass.fltr.ucl.ac.be/concordances/intro.htm> [Consultado em: 23 de maio de 2006].

TRAVLANG COMPANY. *Latin-Spanish On-line Dictionary.* < Latin-Spanish On-line Dictionary> [Consultado em: 07 de setembro de 2006].

VILLALOBOS, Cristóbal; MUÑOZ, José. *Recursos Del Mundo Clásico en Internet.* <http://www.anmal.uma.es/anmal/recursos0.htm> [Consultado em: 01 abril de setembro de 2006].

WOLF, Richard. *Eine Illustrierte Bibliographie.*< http://www.richardwolf.de/latein/index.html> [Consultado em: 07 de setembro de 2006].

Latin-Spanish On-line Dictionary. < Latin-Spanish On-line Dictionary> [Consultado em: 07 de setembro de 2006].

ANEXO

ANEXO A- *RES GESTAE* (ASSUNTOS PÚBLICOS) NAS CARTAS[1]

1. <u>Assuntos políticos contemporâneos</u>

- **debates senatoriais, perseguições, atos de magistrados e do imperador;**
- **episódios políticos anteriores ao início das Cartas;**
- **anedotas sociais ou políticas (distintas das acima pela sua brevidade, seletividade do foco e pelo tom jocoso;**
- **Corte dos Centúmviros, operações jurídicas de Plínio e seus amigos.**

2. <u>Peças de caráter</u>

- **estudos plenos de homens notáveis (*laudes hominum)*;**
- **obituários (*exitus illustrium*);**

3. <u>Patronato</u> (*promisssio auxilii* ou *commendaticiae*)

- **recomendação de promoção de jovens aos ofícios, incluindo notificações de Plínio de seus benef´ícios pessoais;**

4. <u>Advertências</u> (παραιηετικόζ)

- **recomendações, preces e vergonha. Plínio comenta sobre as ações das pessoas destinatárias. Diferem das anedotas.**

5. <u>Domésticas</u> (*res domesticae*)

- **negócios privados: transações materiais, usualmente sobre terras ou construções, incluindo benefícios pessoais e negócios testamentários;**
- **cartas íntimas a amigos e relacionados sobre, por exemplo, tratamento de escravos, crianças, e casamentos e apresentações sociais;**

6. <u>Literárias</u> (incluindo *quaestio poética*)

- **a composição, o criticismo e a publicação dos seus discursos ou dos amigos e de versos.**

7. <u>Cênicas</u> (*laus locorum* ou *quaestio naturalis*)

- **são cartas raras, mas características literariamente.**

8. <u>Cortesia social</u>

- **breves notas de convite para jantar, agradecimento por mimos, recebimento de cartas, notas de partida ou de chegada. São cartas bastante curtas.**

---

[1] *Apud* SHERWIN-WHITE, A. N. The Letters of Pliny. A historical and social commentary. Oxford: Clarendon Press, 1966.

ANEXO B- CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE CARTAS[2]

	Livro I	Livro II	Livro III	Livro IV	Livro V	Livro VI	Livro VII	Livro VIII	Livro IX
I. VIDA PÚBLICA									
Políticas	5, 7	7, 11, 12	4, 9, 20	9, 12, 22, 25	4, 9, 13, 20	5, 13, 19, 22, 27, 31	6, 10	14	--------
Histórico	---	---	16	11	---	16, 20	29, 33	6	13
Anedotas	13, 17	20	11, 14	2, 7, 17, 29	1, 14	10, 15, 24	27	18	19, 23
Centumviral	18	14	---	16	---	(2), 11, 18	---	---	---
II. CARACTERES	10, 22	3	1, 5, (11)	---	---	6	19, 25, 32	---	36, 40
III. OBITUÁRIOS	12	1	7, 21	21	5, 16, 21	(2)	24	5, 23	(9)
IV. PATRONATO	19	9, 13	2, 8 ---	4, 15	---	6, 8, 9	---	---	---
V.ADVERTÊNCIAS	3, 9, 18, 23	6		(3), 23, 24	29, 34	---	1, 3, 9, 26, 28	22, 24	5, 6, 9, 12, 17, 21,24,29, 30
VI. DOMÉSTICOS									
Negócios	21	15, 16	6, 19	10, 13	7	3, 30	11, 14, 18	2	37, 39
Intimidade	4, 14, 24	4, 18	3, 10	1, 19, 28	11, 19	4, 7, 12, 28	5, 7, 8, 15, 16, 21, 23, (31), 32	1, 10, 11, 16	7, 28
VII. LITERÁRIOS	2, 8, 16, 20	5, 10, 19	13, 15, 18, (21)	(3), 5, 14, 18, 20, 26, 27	3, 8, 10, 12, 17	17, 21, (33)	4, (9), 12, 17, 20, 30	3, 4, 7, 12, 19, 21	1, 2, 26, (27), 34
Cênico	---	17	---	30	6	(16), (20)	(27)	8, 17, 20	33
Cortesia	6, 11, 15	2, 8	12, 17	6, 8	2, 15, 18	1, 14, 26	2, 13	9, 13, 15	3, 4, 8, 10, 11, 14, 15, 16, 18, 20, 25, (27), 31, 32, 35, 38

[2] *Idem ao anterior.*

ANEXO C- Cargos da Burocracia Romana[3]

• **Censor:** responsável por revisar a lista de cidadãos e a do Senado. Em algumas circunstâncias decidia que obras públicas seriam custeadas pelo governo.

• **Cônsul:** progressivamente este cargo perdeu suas atribuições, as quais foram dissolvidas em diversas magistraturas. Em princípio tal magistratura acumulava todas as funções republicanas, conservando, ao final, o poder executivo das leis e o comando dos exércitos.

• **Edil:** cuidavam da ordem pública; da organização de jogos e festas públicas.

• ***Legatus Augusti***: título oficial de governadores de províncias imperiais durante o Principado Romano.

• ***Legatus Legionis***: o maior comandante das legiões. Este cargo era, geralmente, apontado pelo Imperador. Em uma província onde havia apenas uma legião, o *legatus* era o governador da província.

• **Pretor:** encarregado de presidir os tribunais de justiça.

• **Questor:** encarregados de cuidar do tesouro público.

• ***Tribunus Laticlavius***: era um dos seis tribunos militares em uma legião. Estava sob ordem do *Legatus Legionis*.

• **Tribuno da Plebe:** representava os interesses das "pessoas comuns". Podiam sugerir leis e possuiam o direto ao veto em relação às propostas de outros tribunos.

[3] STADLER, Thiago David. *O Poder das Palavras na Idealização de um Princeps: epistolário cruzado entre Plínio, o jovem e Trajano (98 – 113 D.C).* Curitiba: 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, p. 153.

ANEXO D - Bases Documentais Empregadas Pela Edição "Belle Lettres" de 1962[4]

Essa edição buscou o suporte de outras, que serviram principalmente ao trabalho de cotejamento do próprio texto latino em seus diversos **códices**. Os textos de suporte foram os seguintes:

1.Edição da «Garnier», com tradução e notas de C. Sicard, publicada em 1931;

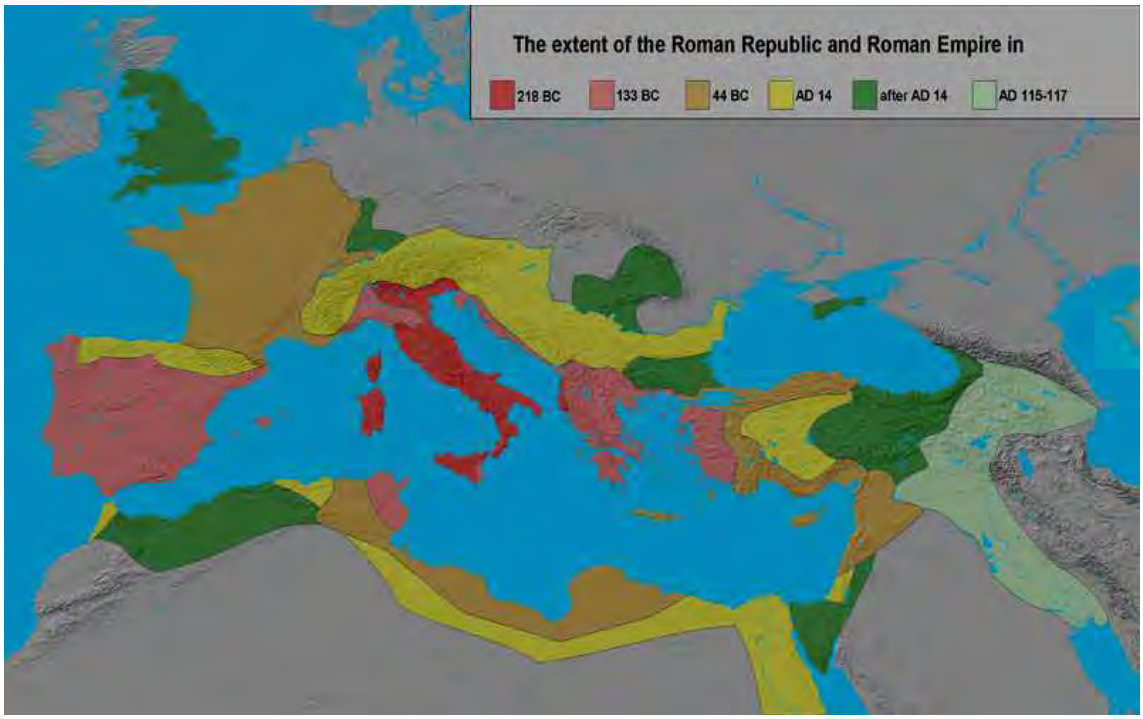
2.Edição da «Loeb Classical Library», trabalhada por W. M. L. Hutchinson e publicada por W. Heinemann, de Londres, baseada na tradução de Melmoth, de 1746, e cotejada com as edições de Keil, de 1853 e de 1873; de C. F. W. Mueller (Teubner), de 1903; de Kukula (Teubner), de 1908; e de Hardy, de 1889, para o Livro X.

Apresentamos, em seguida, os *codices* e *editiones* dos quais foram extraídas as edições modernas dos textos das Cartas:

- *codex Mediceus*, século X;
- *codex Vaticanus*, século IX ou X;
- *codex Asburnham*, século X;
- *codex S. Marci*, século IX, X ou XII;
- *codex Pierpont Morgan*, século VI;
- *codex Dresdensis*, século XV;
- *codex Marcianus*, século XV;
- *codex Ottobonianus*, século XV;
- *codex Urbinas*, século XV; - *codex Vindobonensis*, século XV;
- *codicis Bodleiani Auct.*, século VIII;
- *codex Leidensis Vossianus*, século X;
- *codex Monacensis*, século IX;
- *codex Bernensis*, século XIII;
- *codex Holkhamensis*, s.d.;
- *codex Chigianus*, s.d.;
- *codex Taurinenses*, s.d.;
- *editio Aldina*, ano 1508 e 1518;
- *editio Princeps*, ano 1471;
- *editio Romana*, ano 1474;
- *editio Pomponii Laeti*, ano 1490;
- *editio Beroaldi*, ano 1498;
- *editio Catanaei*, anos 1506 e 1518.

[4] Retirado de: GUILLEMIN, A.-M. *Lettres de Pline le Jeune*. Paris: "Belles Lettres", 1962; ROSSI, A. L. D. O. *Relatório Final de Iniciação Científica*. FAPESP, 1994. *Ad usum privatum*.

ANEXO E – Mapa: Processo de Expansão Territorial Romana[5]



[5] Retirado de http://pt.wikilingue.com/es/Ficheiro:RomanEmpire_Phases.png ; acesso em 22/ 06/2010.

ANEXO F – Mapa: Províncias Romanas[6]



[6] Retirado de http://pt.wikilingue.com/es/Ficheiro:RomanEmpire_117.svg; acesso em 22/06/2010.